

## **Copel Distribuição S.A.**

CNPJ/MF 04.368.898/0001-06

Inscrição Estadual 90.233.073-99

Subsidiária Integral da Companhia Paranaense de Energia - Copel

[www.copel.com](http://www.copel.com)    [copel@copel.com](mailto:copel@copel.com)

Rua José Izidoro Biazetto, 158 - Bloco C - Mossungue - Curitiba - PR

CEP 81200 - 240

# RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO E DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

**2011**

## SUMÁRIO

|   |           |
|---|-----------|
| <b>MENSAGEM DO DIRETOR PRESIDENTE .....</b>                       | <b>3</b>  |
| <b>1. PERFIL ORGANIZACIONAL.....</b>                              | <b>5</b>  |
| 1.1.Participação no Mercado.....                                  | 5         |
| 1.2.Copel DIS em Números .....                                    | 5         |
| <b>2. DESTAQUES .....</b>   | <b>6</b>  |
| 2.1.Modernização Tecnológica .....                                | 6         |
| 2.2.ISE Bovespa .....   | 6         |
| 2.3.Cheias no litoral .....                                       | 7         |
| 2.4.Pesquisa Abradee.....   | 7         |
| 2.5.Principais Certificações e Prêmios .....                      | 7         |
| <b>3. GOVERNANÇA CORPORATIVA .....</b>                            | <b>8</b>  |
| 3.1.Estrutura e Boas Práticas de Governança.....                  | 9         |
| 3.2.Política de Sustentabilidade e Cidadania Corporativa .....    | 10        |
| 3.3.Planejamento Estratégico e Gestão .....                       | 11        |
| 3.4.Partes Interessadas .....                                     | 12        |
| <b>4. DESEMPENHO OPERACIONAL .....</b>                            | <b>16</b> |
| 4.1.Cenários .....  | 16        |
| 4.2.Desempenho .....  | 19        |
| 4.3.Pesquisa & Desenvolvimento + Inovação (P&D +I).....           | 23        |
| <b>5. DESEMPENHO ECONÔMICO-FINANCEIRO .....</b>                   | <b>25</b> |
| 5.1.Receita Operacional Líquida .....                             | 25        |
| 5.2.Custos e Despesas Operacionais .....                          | 25        |
| 5.3.EBITDA ou LAJIDA .....  | 26        |
| 5.4.Resultado Financeiro .....                                    | 26        |
| 5.5.Endividamento .....   | 26        |
| 5.6.Lucro Líquido .....   | 27        |
| 5.7.Valor Adicionado.....   | 27        |
| 5.8.Investimentos na Concessão .....                              | 28        |
| 5.9.Inadimplência de Consumidores .....                           | 28        |
| <b>6. DESEMPENHO SOCIOAMBIENTAL .....</b>                         | <b>29</b> |
| 6.1.Força de trabalho.....  | 29        |
| 6.2.Clientes e comunidade.....                                    | 33        |
| 6.3.Apoio a Políticas Públicas .....                              | 37        |
| 6.4.Projetos e Programas Corporativos.....                        | 38        |
| 6.5.Meio ambiente .....   | 43        |
| <b>7. BALANÇO SOCIAL .....</b>                                    | <b>48</b> |
| <b>8. COMPOSIÇÃO DOS GRUPOS RESPONSÁVEIS PELA GOVERNANÇA.....</b> | <b>52</b> |



COPEL

Copel Distribuição S.A.



## MENSAGEM DO DIRETOR PRESIDENTE

É com satisfação que apresento o Relatório da Administração e as Demonstrações Financeiras da Copel Distribuição S.A., subsidiária integral da Copel, para o exercício de 2011.

Com participação de 6% no mercado nacional de distribuição e 3,9 milhões de clientes, a concessionária está presente em 1.117 localidades, dispersas em 395 municípios no Paraná e um em Santa Catarina.

No exercício de 2011, a Copel Distribuição investiu R\$ 516,4 milhões, com receita operacional de R\$ 5,5 bilhões, o que representa variação de 11,2% sobre 2010. O lucro líquido atingiu R\$ 535,9 milhões, cifra 2,2% superior à do ano anterior. A rentabilidade do patrimônio líquido foi de 16,2%, com LAJIDA de R\$ 646,0 milhões, variação de 19,1% sobre 2010.

O ano marcou feitos históricos para a Copel Distribuição: seus índices de continuidade - Duração Equivalente de Interrupção por Unidade Consumidora - DEC e Frequência Equivalente de Interrupção por Unidade Consumidora - FEC foram os melhores desde que esses indicadores foram criados, em 1990. O DEC, medido em horas, fechou o ano em 10,64 (7,2% menor que em 2010) e o FEC, em número de interrupções, ficou em 8,26 (12,7% menor que no ano anterior).

Além disso, a Copel Distribuição recebeu o Prêmio de Melhor Avaliação pelo Cliente do País, no Prêmio Abradee, em pesquisa realizada entre abril e maio de 2011, com 94,4% de satisfação dos clientes residenciais. Tal reconhecimento lhe rendeu também a categoria ouro do Prêmio CIER 2011, classificando-a pela primeira vez como a melhor na opinião do cliente residencial entre 59 distribuidoras de energia de 11 países latino-americanos.

Tais resultados reafirmam o compromisso da empresa para os próximos anos com investimentos destinados à melhoria de seus ativos e de aquisição de novas tecnologias, entre as quais a aplicação do conceito de redes inteligentes (smart grids). Excelência operacional, aumento da produtividade, otimização de custos, qualidade de serviços, melhoria da satisfação dos consumidores e expansão sustentável alinhada a objetivos de desenvolvimento do Estado do Paraná permanecem como objetivos de gestão.

Sob os preceitos da Controladora, e orientados por boas práticas de governança corporativa, portanto, manteremos expressivos investimentos em aperfeiçoamento do atendimento aos clientes e em um sistema de distribuição de qualidade ampliada.

Ao Governador Beto Richa e aos órgãos societários da Copel, mais uma vez, nossos melhores agradecimentos pelo contínuo apoio que nossa gestão tem recebido. Aos copelianos nossa especial menção pelo empenho.



**Copel Distribuição S.A.**



Curitiba, 18 de abril 2012

PEDRO AUGUSTO DO NASCIMENTO NETO

Diretor Presidente

## 1. PERFIL ORGANIZACIONAL

A Copel Distribuição S.A. (Copel Distribuição, Copel DIS ou Companhia) é uma sociedade anônima de capital fechado e subsidiária integral da Companhia Paranaense de Energia - Copel (Copel ou Controladora). No âmbito da distribuição de energia elétrica, tem como principais atividades prover, operar e manter a infraestrutura, bem como prestar serviços correlatos. Essas atividades visam atender 3,9 milhões de consumidores de energia, em 1.117 localidades pertencentes a 396 municípios no Paraná e no município de Porto União em Santa Catarina. Além de operar e manter as instalações nos níveis de tensão até 34,5 kV, em razão da cisão da Copel Transmissão (Resolução Aneel nº 1.120/2007), a Copel Distribuição assumiu essas mesmas atividades também nas instalações de níveis de tensão 69 kV e 138 kV, que até então eram de responsabilidade da Companhia extinta.

### 1.1. Participação no Mercado

A Copel Distribuição tem participação em 6% do mercado brasileiro e 35,3% do mercado da Região Sul. No Paraná, sua participação é estimada em 97,3%.

### 1.2. Copel DIS em Números

| Em R\$ mil (exceto quando indicado de outra forma)             | 2011      | 2010      | variação %<br>2011-2010 |
|--|-----------|-----------|-------------------------|
| <b>Indicadores Contábeis</b>                                   |           |           |                         |
| Receita operacional ou vendas brutas                           | 9.212.028 | 8.205.201 | 12,3                    |
| Deduções da receita  | 3.721.964 | 3.265.873 | 14,0                    |
| Receita operacional líquida ou vendas líquidas                 | 5.490.064 | 4.939.328 | 11,2                    |
| Custos e despesas operacionais do serviço                      | 5.038.081 | 4.577.731 | 10,1                    |
| Resultado das atividades                                       | 451.983   | 361.597   | 25,0                    |
| EBITDA ou LAJIDA   | 645.952   | 542.298   | 19,1                    |
| Resultado financeiro   | 256.721   | 378.910   | (32,2)                  |
| IRPJ/CSLL  | 172.818   | 215.994   | (20,0)                  |
| Lucro líquido  | 535.886   | 524.513   | 2,2                     |
| Patrimônio líquido   | 3.665.835 | 3.316.811 | 10,5                    |
| Juros sobre o capital próprio                                  | 195.524   | 109.863   | 78,0                    |
| Dividendos   | -         | 56.102    | -                       |
| <b>Indicadores Econômico-Financeiros</b>                       |           |           |                         |
| Liquidez corrente (índice)                                     | 1,3       | 1,4       | (7,1)                   |
| Liquidez geral (índice)  | 1,6       | 1,6       | -                       |
| Margem do EBITDA ou LAJIDA (%)                                 | 11,8      | 11,0      | 7,3                     |
| Dívida sobre o patrimônio líquido (%)                          | 19,8      | 16,4      | 20,7                    |
| Margem líquida (lucro líquido/receita operacional líquida) (%) | 9,8       | 10,6      | (7,5)                   |
| Rentabilidade do patrimônio líquido (%) <sup>(1)</sup>         | 16,2      | 17,2      | (5,8)                   |

<sup>(1)</sup> LL ÷ (PL inicial)



Copel Distribuição S.A.



## **2. DESTAQUES**

### **2.1. Modernização Tecnológica**

Foram implantados dois novos programas, o Sistema de Gestão Integrada de Consumidores - CIS e o Sistema Integrado de Gestão Empresarial - ERP, que são poderosas ferramentas de gestão e controle de todos os processos administrativos, financeiros e comerciais, o que propiciará ganhos na otimização e agilidade de seus processos internos, garantindo, assim, o atendimento à regulação do Setor Elétrico e de Telecomunicações.

#### **CIS**

Em maio de 2011 entrou em operação o Sistema de Gestão Integrada de Consumidores - CIS, que permitiu integrar os bancos de dados de consumidores da Copel Distribuição e aperfeiçoar os processos envolvidos em seu gerenciamento — como atendimento, serviço, leitura, faturamento, arrecadação e cobrança — conferindo alta velocidade e grande precisão ao processamento de informações, monitoramento automático dos processos e confecção de relatórios gerenciais em tempo real.

#### **ERP**

Em janeiro de 2012 entrou em operação o Sistema Integrado de Gestão Empresarial - ERP, que integra e facilita o fluxo de informações entre atividades administrativas, como aquisição de materiais e serviços, controle de estoques, ativos e inventários, interação com fornecedores, gestão de contas a pagar e a receber, informações contábeis e financeiras e gestão de recursos humanos.

### **2.2. ISE Bovespa**

A sétima edição do ISE confirma a permanência das ações da Copel, em 2012, na carteira formada por papéis das empresas brasileiras sustentáveis e socialmente responsáveis da BM&FBovespa. A Copel participa do ISE desde sua criação, em 2005, e desde então, fazemos parte da carteira, com exceção do ano de 2008.

### 2.3. Cheias no litoral

A dificuldade de acesso para restabelecer a normalidade dos serviços nas localidades rurais de Rasgadinho e Limeira (em Morretes) e Floresta (em Paranaguá), atingidas pelo temporal ocorrido em março de 2011 foi o principal obstáculo enfrentado pelas equipes da Companhia.

Para as famílias residentes nas áreas atingidas, a Copel DIS suspendeu por até seis meses o vencimento das faturas mensais de energia elétrica dos domicílios comprovadamente prejudicados pela chuva.

### 2.4. Pesquisa Abradee

Conforme a 13ª Pesquisa de Satisfação do Consumidor Residencial realizada pela Abradee - Associação Brasileira de Distribuidoras de Energia Elétrica, por meio do Instituto Innovare, os consumidores de energia elétrica atendidos pela Copel Distribuição são os mais satisfeitos do Brasil com a qualidade de fornecimento e com os serviços prestados por sua concessionária.

### 2.5. Principais Certificações e Prêmios

Dentre as principais certificações e prêmios conquistados em 2011, destacam-se:

| <b>Prêmios/Certificações</b>   | <b>Certificador</b>   |
|--|---|
| <b>Prêmio Abradee</b> - melhor avaliação pelo cliente entre as maiores Empresas de Distribuição de Energia do Brasil | Abradee   |
| <b>Prêmio Internacional Special Achievement in GIS (Geographic Information System) - SAG</b>                         | Empresa Esri, em San Diego, Estados Unidos  |
| <b>Prêmio CIER de Qualidade e Satisfação de Clientes</b> - categoria Ouro  | Comisión de Integración Energética Regional - CIER América Latina                 |
| <b>Empresa Cidadã</b> - pelas informações do Balanço Social 2010   | Conselho Regional de Contabilidade do Rio de Janeiro, Sistema Firjan e Fecomércio |



COPEL

Copel Distribuição S.A.



### **3. GOVERNANÇA CORPORATIVA**

A Copel Distribuição, segundo as diretrizes de sua controladora, procura constantemente aprimorar a aplicação de boas práticas de governança corporativa, e utiliza como parâmetro o modelo proposto pelo Instituto Brasileiro de Governança Corporativa - IBGC, nos termos de seu Código das Melhores Práticas. Os administradores tentam, dessa forma, contribuir para sua perenidade, com visão de longo prazo na busca de sustentabilidade econômica, social e ambiental; aprimorar o relacionamento e a comunicação com todas as partes interessadas; minimizar os riscos estratégicos, operacionais e financeiros; e aumentar o valor da Companhia, viabilizando a estratégia de captação de recursos.

A Companhia adota regimentos internos para todos os seus órgãos colegiados, que contêm orientação para tratar eventuais conflitos de interesse, tema este também presente em seu Código de Conduta.

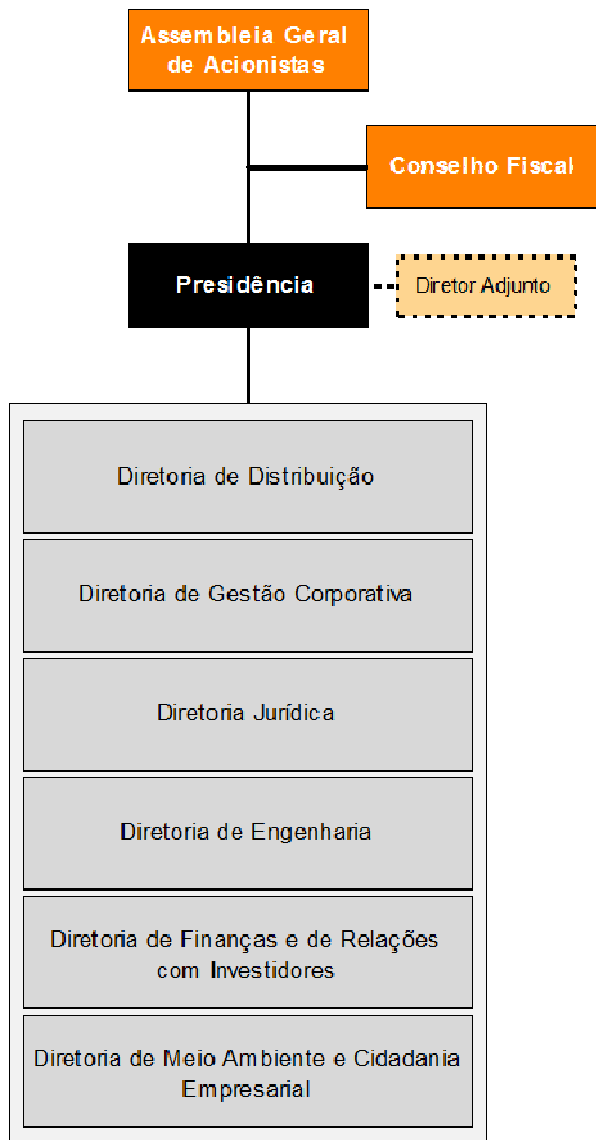
Com a adesão ao nível 1 de governança corporativa da BM&FBovespa, a Controladora reiterou os compromissos de atender aos princípios de transparência junto ao mercado de capitais.

Os indicadores e as metas definidos no processo de autoavaliação da gestão resultaram na elaboração do Relatório de Gestão submetido à avaliação do Prêmio Nacional de Qualidade em 2010. Em 2011, o compromisso da Controladora e suas subsidiárias com a conduta ética, transparente e com as melhores práticas de governança corporativa foi reconhecido, tendo a Controladora mantido suas ações no ISE da Bovespa.



### 3.1. Estrutura e Boas Práticas de Governança

O organograma a seguir apresenta a estrutura organizacional da Copel Distribuição:



A Companhia segue as práticas e políticas de governança adotadas pela Controladora no tocante a Assembleia Geral, Conselho Fiscal, Diretoria Executiva, Código de Conduta e Conselho de Orientação Ética. Além destes, a Controladora mantém o Comitê de Gestão de Riscos, o qual destacamos a seguir:

### • **Gestão de Riscos**

O processo de Gestão Integrada de Riscos Corporativos teve início na Copel Distribuição em 2006, através de sua Controladora, com o objetivo de acompanhar a gestão de riscos, procurando maximizar, de maneira consistente e permanente, os valores econômico, social e ambiental para todas as partes interessadas.

A Política e o Modelo de Gestão de Riscos foram implementados em 2009, definindo os princípios e as diretrizes de atuação da Companhia. Entre os princípios norteadores estão a classificação e a forma de avaliação dos riscos, a definição de parâmetros de apetite ao risco, bem como o Princípio da Precaução, já que a Companhia não só prevê a probabilidade de ocorrência de danos, como também promove mecanismos de mitigação dos riscos.

Devido à incerteza intrínseca dos riscos, a Copel Distribuição considera, além dos impactos financeiros, também os impactos qualitativos. Além disso, a Companhia analisa medidas de mitigação dos riscos, adotando controles, indicadores e planos de ação que levam à priorização dos riscos e apoia a tomada de decisões.

A estratégia adotada pela Companhia permite considerar os riscos em seu processo decisório segundo os seguintes níveis de abordagem:

- Riscos-chave de negócio: são os riscos associados aos objetivos estratégicos da Companhia e, desta forma, a gestão é de responsabilidade da Alta Administração (CAD, Diretoria e Comitê de Riscos).
- Riscos-chave de processos: são os riscos relacionados aos processos, de responsabilidade dos gestores de processos.
- Riscos-chave de projetos: são os riscos vinculados aos projetos estratégicos, cuja gestão é de responsabilidade dos gestores de projetos.

Em 2011 a Companhia deu continuidade ao monitoramento dos riscos-chave de negócio e intensificou ações voltadas à avaliação dos riscos relativos à composição de novos negócios e participação em leilões promovidos pela Aneel, tendo em vista o interesse estratégico em tais empreendimentos.

### **3.2. Política de Sustentabilidade e Cidadania Corporativa**

O documento tem como objetivo estabelecer as diretrizes de sustentabilidade e cidadania empresarial norteadoras das decisões e ações da Companhia, buscando a sustentabilidade empresarial, respeito a todas as partes interessadas e ampla promoção da diversidade e da ética na condução dos negócios. A Política está baseada na missão e valores corporativos e nos Princípios do Pacto Global da Organização das Nações Unidas, bem como nos Objetivos de

Desenvolvimento do Milênio e é complementar ao Código de Conduta da Controladora e suas subsidiárias.

Os Princípios da Política de Sustentabilidade e Cidadania Empresarial são: Comprometimento; Atitude Pró-ativa diante da Lei; Diálogo, Comunicação e Transparência; Respeito à Dinâmica Socioambiental; Responsabilidade Individual e Valorização da Diversidade.

### **3.3. Planejamento Estratégico e Gestão**

#### **• Referencial Estratégico**

##### **Visão**

Simplemente a Melhor da Década.

##### **Missão**

Prover energia e soluções para o desenvolvimento com sustentabilidade.

##### **Princípios e Valores**

Conjunto de crenças e pressupostos que balizam a gestão estratégica, organizacional e das pessoas e que orientam todas as ações e decisões internas e externas da Companhia e de seus membros:

- **Ética** - Resultado de um pacto coletivo que define comportamentos individuais alinhados a um objetivo comum.
- **Respeito às Pessoas** - Consideração com o próximo.
- **Dedicação** - Capacidade de se envolver de forma intensa e completa no trabalho, contribuindo para a realização dos objetivos da organização.
- **Transparência** - Prestação de contas das decisões e realizações da Companhia para informar seus aspectos positivos ou negativos a todas as partes interessadas.
- **Segurança** - Ambiente de trabalho saudável em que os empregados e os gestores colaboram para o uso de um processo de melhoria contínua da proteção e promoção da segurança, saúde e bem-estar de todos.
- **Responsabilidade** - Condução da vida da Companhia de maneira sustentável, respeitando os direitos de todas as partes interessadas, inclusive das futuras gerações, e o compromisso com a sustentação de todas as formas de vida.
- **Inovação** - Aplicação de ideias em processos, produtos ou serviços de forma a melhorar algo existente ou construir algo diferente e melhor.

Em 2011, o Planejamento Estratégico Integrado da Copel foi elaborado de acordo com o Referencial Estratégico, que estabelece e baliza o posicionamento futuro. O Referencial Estratégico da Companhia foi redefinido em abril de 2011, a partir do trabalho desenvolvido por profissionais de todas as diretorias.

Os esforços foram na busca de resultados para atender a dois grandes desafios estratégicos: excelência operacional e expansão sustentável.

Para a contribuição e o alcance dos resultados esperados, o foco do planejamento empresarial foi a execução do plano estratégico, tendo como principais atividades:

- Comunicação da estratégia, envolvendo o universo de gerentes e empregados, com o objetivo de promover entendimento, motivação e comprometimento;
- Reuniões de análises críticas e estratégicas visando o aprimoramento do processo de desenvolvimento e gestão da estratégia, a partir da qualificação dos critérios e metodologias;
- Qualificação dos indicadores e metas para os diferentes níveis hierárquicos seguindo as boas práticas do mercado e premissas da Fundação Nacional da Qualidade - FNQ, através do Modelo de Excelência de Gestão;
- Desdobramento da estratégia em toda a organização e publicação do Painel Estratégico e do Cockpit de Indicadores e Metas, de forma a garantir que toda a Companhia pudesse acompanhar os resultados obtidos; e
- Criação do Escritório de Projetos Corporativo com o objetivo de subsidiar no desenvolvimento e controle dos projetos.

A Diretoria da Controladora decidiu pela adoção do Modelo de Excelência da Gestão - MEG da FNQ. Este modelo tem o objetivo de promover a melhoria da gestão empresarial, tendo como referência os fundamentos de excelência, reconhecidos internacionalmente e que são encontrados em organizações líderes de Classe Mundial.

### **3.4. Partes Interessadas**

Em 2011, as partes interessadas direta e sistematicamente envolvidas com a Companhia foram: público interno, clientes, fornecedores, poderes públicos, acionistas e investidores, sociedade e organizações ligadas ao meio ambiente.

Dentre as ações, destacam-se a aproximação com as comunidades desenvolvidas por meio de projetos específicos, uma forma de melhor entender e construir uma relação sustentável com os diversos públicos da Companhia.

### **3.4.1. Canais de Diálogo**

#### **Diálogo com o Público Interno**

Como forma de dar prosseguimento ao Plano de Gestão de Pessoas em 2011, a Copel Distribuição realizou em setembro, por meio de instituto terceirizado, a Pesquisa de Opinião dos Empregados. O Plano de Gestão de Pessoas está alinhado ao Planejamento Estratégico da Companhia e tem o intuito de garantir melhores condições de trabalho e uma comunicação eficiente com os empregados. A Pesquisa de Opinião dos Empregados substituiu a Pesquisa de Clima Organizacional.

A pesquisa mediu a satisfação, comprometimento e a felicidade em trabalhar na Companhia utilizando o Índice de Felicidade no Trabalho - IFT. A metodologia utilizada foi quali-quantitativa, que significa aplicação de questionários de autopreenchimento e realização de grupos focais. Entre os resultados obtidos cabe destacar que 85,9% dos empregados consideram a Copel DIS ótima ou boa para se trabalhar e que 71,2% estão muito felizes ou felizes em trabalhar na Companhia.

#### **Diálogo com Clientes**

Os clientes atendidos pela Copel Distribuição têm à disposição diversos canais de acesso para efetuar solicitações, sugestões e reclamações. Entre os canais de maior destaque no volume de atendimentos está o Call Center (0800 51 00116), sem custo de ligação para o cliente. Além de empregados próprios, o serviço de teleatendimento emprega contratados portadores de necessidades especiais junto às diversas associações de deficientes físicos do Paraná.

Em 2011 o Call Center da Companhia atendeu, em média, 576 mil ligações mensais, representando 46% dos atendimentos da Companhia.

Atualmente o site da Copel Distribuição ([www.copel.com](http://www.copel.com)) recebe aproximadamente 2 milhões de visitas mensais. Foram 409 mil consultas e serviços mensais solicitados através da opção "Serviços Online".

Em 2011 foram abertos pela Copel DIS novos postos de atendimento presencial, totalizando 409 unidades distribuídas em toda a área de concessão. Elas realizaram, em média, 214 mil atendimentos ao mês. O endereço de cada posto de atendimento pode ser consultado no site da Copel, facilitando a localização pelos clientes.

Ainda em 2011, foi implementado o chat no site da Companhia, mais um canal de atendimento via internet, que recebeu um total de 123 mil acessos online ao longo do ano, a fim de tirar dúvidas e solicitações de serviços. Também foi feita a integração do e-mail enviado pelo cliente com o sistema de telefonia, possibilitando, em tempo real, conhecer a quantidade de e-mails recebidos, facilitando a gestão das pessoas que analisam os documentos e respondem aos clientes, com o recebimento de 66 mil documentos durante todo o ano.



COPEL

Copel Distribuição S.A.



Em fevereiro de 2012, foi alterado o procedimento da Unidade de Resposta Audível - URA de Emergência, que agora informa o protocolo da solicitação no início da ligação. Está em fase de testes a URA de Religação, na qual o cliente faz o pedido de religação eletronicamente, sem atendimento humano, otimizando as chamadas do atendimento telefônico, com previsão de entrar em produção em 2012.

Os registros de falta de energia através de SMS - *Short Message Service* de telefones celulares, também conhecidos como “torpedos”, ocorreram na média 5,4 mil vezes ao mês em 2011. Para utilizar esse serviço basta que o cliente envie uma mensagem para o número 28593 com o texto “SL” e o número da unidade consumidora constante na fatura de energia.

A Companhia também dispõe de 15 postos de atendimento móvel que percorrem bairros em grandes cidades e participam de feiras, eventos e palestras em escolas ou empresas, bem como divulgam informações sobre uso eficiente e seguro de energia elétrica.

Adicionalmente, a Copel Distribuição oferece, nas agências dos Correios em todo o Estado, envelopes pré-pagos para envio de documentos e solicitações à Companhia.

Além disso, a Companhia mantém sua Ouvidoria e Conselho de Consumidores como meios para melhorar o relacionamento com seus clientes.

### **Diálogo com Fornecedores**

Parte importante da cadeia produtiva, os fornecedores encontram na Copel Distribuição um parceiro de negócios atento às necessidades para melhor atender e fortalecer o diálogo com vistas à melhoria dos serviços prestados aos clientes.

Em sintonia com as diretrizes da Controladora, tão logo encontra os fornecedores para determinado produto, a Copel Distribuição propõe reuniões de integração efetuadas a cada novo contrato, antes do início dos serviços, onde são abordados os assuntos acerca das práticas de segurança e saúde no trabalho exigidas pela Companhia, questões relativas ao meio ambiente e responsabilidade social, bem como as cláusulas contidas no Código de Conduta da Copel e suas subsidiárias.

Reuniões extraordinárias e descentralizadas são outros diálogos, eventuais, abertos a participação dos fornecedores habilitados a prestar serviços de Engenharia no negócio Distribuição, coordenados e realizados pelas gerências Regionais, localizadas nas cidades polos do Estado. O intuito é aproximar a realidade do mercado local com as exigências mínimas requeridas pela Copel Distribuição, mantendo um padrão de qualidade e de preceitos de saúde, segurança e ética assumidos pela Companhia.



**Copel Distribuição S.A.**



Nos contratos relativos às contratações de empreiteiras, há reuniões periódicas com os sindicatos das categorias (que representam 80% dos prestadores de serviço) para tratar assuntos de interesse comum no negócio de obras e serviços de engenharia.

Desta maneira, a Copel Distribuição busca aproximação com seus fornecedores e elevação do nível de conhecimento e engajamento para toda a cadeia produtiva.

## 4. DESEMPENHO OPERACIONAL

### 4.1. Cenários

#### 4.1.1. Análise Internacional

Passados mais de três anos do início da crise financeira internacional, os dados do Fundo Monetário Internacional - FMI indicam uma recuperação mais rápida dos países de economias emergentes e uma incerta recuperação dos países desenvolvidos. As economias avançadas possuem elevadas dívidas, em função do socorro ao setor privado durante a crise de 2008, e as projeções apontam para a manutenção de baixo crescimento e desemprego. Dentro do bloco da União Europeia não há consenso em se resolver a crise da dívida dos PIIGS — Portugal, Itália, Irlanda, Grécia e Espanha. Desta forma se mantém o risco de nova crise no sistema financeiro, já que os grandes bancos são os maiores credores destes países. Por outro lado, o desempenho econômico dos países que constituem os BRIC — Brasil, Rússia, Índia e China — está acima do previsto logo após o início da crise financeira, com a China na base de sustentação dos mercados de *commodities*. As projeções do FMI para o crescimento da economia mundial, das economias desenvolvidas e dos mercados emergentes em 2012 são de 3,3%, 1,2% e 5,4%, respectivamente.

#### 4.1.2. Análise Nacional

A adoção de uma política macroeconômica consistente, baseada no controle da inflação, responsabilidade fiscal e no câmbio flutuante, aliada a uma moderna regulação do sistema financeiro nacional, tem sido essencial para a estabilidade financeira. Isso permitiu um aumento da renda *per capita* e a redução da desigualdade social. Reflexos deste contexto foi a melhoria na classificação do risco da dívida brasileira por três respeitadas agências internacionais em 2011.

A renda e a massa salarial possuem perspectivas de elevação no curto prazo, devido ao aumento do salário mínimo a partir de 1º.01.2012. O estreitamento entre desemprego efetivo e natural implica ganhos reais aos salários ao longo dos anos e o efeito estrutural é a distribuição de renda. Se, por um lado, os reajustes salariais e a manutenção do emprego sustentam o otimismo, por outro os juros em patamares ainda elevados, o aumento do endividamento e a aceleração da inflação devem conter esta confiança.

As incertezas em relação ao cenário internacional, que afetariam a economia brasileira através dos canais de crédito e confiança, deram espaço para que o Comitê de Política Monetária do Banco Central reduzisse o aperto monetário no segundo semestre de 2011. Com a demanda doméstica em patamar elevado, a inflação atingiu o teto previsto para o ano, mas a previsão é de que irá



convergir ao centro da meta em 2012. O modesto crescimento do Produto Interno Bruto brasileiro em 2011, explicado em partes pela elevada base do ano anterior, foi sustentado pelo valor adicionado dos serviços, na ótica da produção, e pela despesa de consumo das famílias na ótica da demanda. As estimativas do Fundo Monetário Internacional para o PIB brasileiro de 2012 e 2013 são de 3,0% e 4,0%, respectivamente.

### **4.1.3. Análise Estadual**

O balanço dos indicadores econômicos do Paraná em 2011 mostra que o Produto Interno Bruto estadual cresceu 4,0%, superando a expansão da economia brasileira, segundo dados apurados pelo Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico Social - IparDES. Os resultados das pesquisas realizadas ao longo do ano apresentam números bastante positivos, que refletem a aposta no crescimento realizada pelos agentes econômicos atuantes no Paraná. A diferença entre as duas taxas de crescimento, favorável ao Estado, pode ser atribuída principalmente ao setor industrial. De acordo com pesquisa do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE, os dados da produção física paranaense mostram que o Estado registrou taxas acima da média Brasil e da região Sul em 2011. As estatísticas com recordes na geração de emprego formal e os significativos resultados do comércio e exportações ao longo do ano também ressaltam o dinamismo da economia paranaense.

A partir de 2012 projeta-se uma economia com vetores de crescimento na ampliação do complexo metalmeccânico, derivada do retorno dos investimentos produtivos, preponderantemente transnacionais, na maturação das inversões na petroquímica, na continuidade da trajetória ascendente da produtividade agrícola e no adensamento da cadeia agroindustrial, em direção da oferta de bens alimentares elaborados. Além disso, como importante determinante da expansão da economia local, pode-se citar o aumento dos investimentos como proporção do gasto público estadual, redundando na ampliação e na modernização da infraestrutura física, o que deverá garantir externalidades positivas ao setor produtivo, com subseqüentes ganhos em termos de competitividade.

#### 4.1.4. Análise Setorial

- **Concessões**

Em 2015 vencem as concessões de 41 distribuidoras (30% do mercado de distribuição).

Duas soluções se apresentam mais viáveis para o tema: adequação da legislação para que se permita prorrogação de concessões ou renovação das concessões quando do vencimento dos contratos.

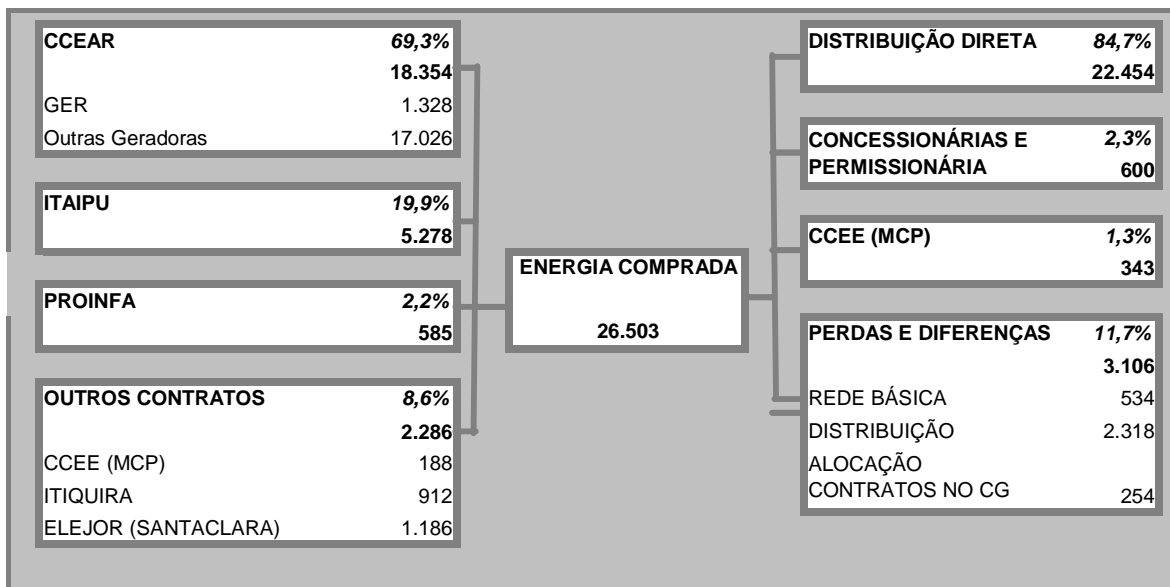
Em ambos os cenários a modicidade tarifária se destaca como uma variável decisiva nesse processo e juntam-se a ela a necessidade da manutenção do parque existente, a necessidade de garantias para a continuidade dos serviços com qualidade de atendimento aos consumidores e retorno adequado aos concessionários. Além disso, a solução indicará como se dará a manutenção dos investimentos na expansão do sistema.

A Copel Distribuição, em 2015, terá o vencimento da concessão do seu sistema de distribuição. Nesse contexto, a Companhia vem buscando junto a todos os agentes e órgãos setoriais uma solução transparente, ágil, isonômica e que as regras sejam apresentadas com a antecedência necessária.

Temos também a expectativa de que a opção seja pela renovação das concessões naturalmente em condições que permitam a manutenção da qualidade de serviços prestados, estabelecimento das tarifas justas para os consumidores, e a preservação da viabilidade econômica e financeira dos agentes e da indústria.

Por orientação da Aneel, a Companhia apresentará em maio de 2012 os requerimentos de prorrogação dos contratos de concessão da distribuição, que vencem em 2015.

• **Fluxo de Energia (em % e GW/hora)**



Valores sujeitos a alterações após o fechamento pela CCEE

CCEAR = Contrato de Comercialização de Energia no Ambiente Regulado

CCEE = Câmara de Comercialização de Energia Elétrica

MCP = Mercado de Curto Prazo

CG = Centro de Gravidade do Submercado (diferença entre a energia faturada e a recebida no CG)

## 4.2. Desempenho

A Copel Distribuição tem como principais atividades prover, operar e manter a infraestrutura, bem como prestar serviços correlatos. Essas atividades visam ao atendimento dos mais de 3,9 milhões de consumidores de energia, em 1.117 localidades pertencentes a 396 municípios, no Paraná e no município de Porto União, em Santa Catarina. Os municípios de Guarapuava, Coronel Vivida e Rio Negro são atendidos parcialmente. Além de operar e manter as instalações nos níveis de tensão até 34,5 kV, a Copel Distribuição também opera nas instalações de níveis de tensão 69 e 138 kV.

A Companhia mantém seu desafio de executar um arrojado programa de obras de linhas e subestações na área de distribuição de energia elétrica, estabelecendo contínuos records de construção de novos empreendimentos nesse segmento.

Em 2011, foram conectadas 11 novas subestações e concluídas 5 novas linhas em alta tensão para reforçar o sistema elétrico de distribuição, melhorando a qualidade e aumentando a disponibilidade de energia aos consumidores.

Esses investimentos refletem o compromisso da Copel com a população paranaense, contemplando todas as regiões do estado com diversos empreendimentos, entre subestações e linhas de alta tensão de 69 kV e 138 kV.

Dentre as obras de subestações concluídas em 2011, destacam-se:

- Subestação Novo Mundo, com 41 MVA/69 kV, em Curitiba;
- Subestação Tangará, com 41 MVA/138 kV, em Araçongas;
- Subestação Portal, com 20 MVA/138 kV, em Foz do Iguaçu;
- Subestação Tunas, com 25 MVA/69 kV, em Tunas do Paraná;
- Subestação Prudentópolis, com 20 MVA/138 kV, em Prudentópolis;
- Subestação Barbosa Ferraz, com 20 MVA/138 kV, em Barboza Ferraz;
- Subestação Marialva, com 20 MVA/138 kV, em Marialva;
- Subestação Arapoti, com 2x20 MVA/138 kV, em Arapoti;
- Subestação Santa Helena, com 20 MVA/138 kV, em Santa Helena;
- Subestação Coroados, com 7 MVA/34,5 kV, em Guaratuba; e
- Subestação Areia Branca dos Assis, com 4 MVA/34,5 kV, em Mandirituba.

Além dessas obras, foram ampliadas as subestações Olímpico (Cascavel), e Mercês (Curitiba), com a instalação de novos transformadores de 41 MVA.

Novas linhas de Alta tensão em 69 kV e 138 kV que foram concluídas:

- 138 kV Barbosa Ferraz — Ivaiporã , com 42,14 km de extensão;
- 138 kV Campo Mourão — Barbosa Ferraz, com 37,97 km de extensão;
- 69 kV Santa Mônica — Pinhais , com 14,20 km de extensão; e
- 69 kV Santa Mônica — Quatro Barras, com 7,83 km de extensão.

Ao todo, estes empreendimentos adicionaram, em 2011, 369 MVA ao sistema de distribuição e 115,1 km de novas linhas de transmissão de 69 ou 138kV.

### • Linhas de Distribuição

Na tabela a seguir são apresentadas as quantidades de quilômetros de linhas de distribuição da Companhia:

| <b>Linhas de Distribuição</b> | <b>Extensão (em km)</b> |
|-------------------------------|-------------------------|
| 13,8 kV                       | 97.981,0                |
| 34,5 kV                       | 80.662,2                |
| 69 kV                         | 1.003,5                 |
| 138 kV                        | 4.705,3                 |
| 230 kV                        | 66,1                    |
| <b>Total</b>                  | <b>184.418,1</b>        |

### • Redes Compactas

A Copel Distribuição vem implantando redes compactas em áreas urbanas com elevado grau de arborização nas proximidades das redes de distribuição. Essa tecnologia evita cortes e podas de árvores e melhora a qualidade do fornecimento, pois reduz o número de desligamentos. Ao final de 2011, a extensão das redes compactas de distribuição instaladas era de 2.730 km.

### • Redes Secundárias Isoladas

A Copel DIS também está investindo em redes secundárias isoladas em baixa tensão (127/220 V), que apresentam vantagens significativas em relação à rede aérea convencional, tais como: melhorar os indicadores DEC (duração equivalente de interrupções por consumidor) e FEC (frequência equivalente de interrupções por consumidor), dificultar o roubo de energia, melhorar as condições do meio ambiente e reduzir a área de podas, aumentar a segurança, reduzir a queda de tensão ao longo da rede e aumentar a vida útil dos transformadores pela redução do número de curtos-circuitos na rede, entre outras. Ao final de 2011, a extensão das redes de distribuição secundárias isoladas instaladas era de 7.743 km.

### • Subestações

A tabela a seguir apresenta o parque de subestações de distribuição da Copel, aberto por tensão:

| Tensão       | Nº subestações automatizadas | MVA             |
|--------------|------------------------------|-----------------|
| 34,5 kV      | 235                          | 1.539,6         |
| 69 kV        | 35                           | 2.342,8         |
| 88 kV        | -                            | 5,0             |
| 138 kV       | 87                           | 6.170,5         |
| <b>Total</b> | <b>357</b>                   | <b>10.057,9</b> |

### • Qualidade de Fornecimento

O resultado dos indicadores de continuidade coletivos da Copel Distribuição (DEC e FEC), além de estar em conformidade com os limites estabelecidos pela Aneel, apresentou o melhor desempenho já verificado, devido ao significativo volume de investimentos realizados.

A evolução desses indicadores e do tempo de espera é mostrada no quadro a seguir:

| Jan/Dez | DEC <sup>(1)</sup><br>(horas) | FEC<br>(interrupções) | Tempo de espera<br>(horas) |
|---------|-------------------------------|-----------------------|----------------------------|
| 2007    | 13,54                         | 12,41                 | 01:31                      |
| 2008    | 12,18                         | 10,69                 | 01:34                      |
| 2009    | 12,91                         | 11,04                 | 01:48                      |
| 2010    | 11,46                         | 9,46                  | 01:39                      |
| 2011    | 10,64                         | 8,26                  | 01:40                      |

<sup>(1)</sup> DEC medido em horas e centesimal de horas.

### • Mercado de energia

A classe residencial consumiu 5,0% a mais que em 2010 e a classe comercial 6,8%. Ambos devido ao mercado de trabalho aquecido, com elevação de renda e disponibilidade de crédito. A classe industrial cresceu 5,3% em razão do bom desempenho da indústria de veículos automotores, refino de petróleo e produção e álcool. Esta classe engloba 33,3% do mercado cativo da Copel Distribuição.

A classe rural cresceu 5,5% em decorrência da expansão do número de consumidores e da expansão da economia. As outras classes (poderes públicos, iluminação pública, serviços públicos e consumo próprio) consumiram 2.123 GWh e equivalem a 9,5% do mercado cativo da Copel DIS.

A tabela a seguir apresenta o comportamento do mercado cativo aberto por classe de consumo:

| Mercado Cativo        |                    |                  |            |                       |               |            |
|-----------------------|--------------------|------------------|------------|-----------------------|---------------|------------|
|                       | Nº de consumidores |                  |            | Energia vendida (GWh) |               |            |
|                       | Dez/11             | Dez/10           | %          | 2011                  | 2010          | %          |
| Residencial           | 3.089.619          | 2.964.805        | 4,2        | 6.224                 | 5.925         | 5,0        |
| Industrial            | 80.771             | 69.198           | 16,7       | 7.467                 | 7.092         | 5,3        |
| Comercial             | 319.667            | 308.987          | 3,5        | 4.769                 | 4.466         | 6,8        |
| Rural                 | 374.819            | 366.694          | 2,2        | 1.871                 | 1.774         | 5,5        |
| Outros                | 52.058             | 49.715           | 4,7        | 2.123                 | 2.047         | 3,7        |
| <b>Mercado Cativo</b> | <b>3.916.934</b>   | <b>3.759.399</b> | <b>4,2</b> | <b>22.454</b>         | <b>21.304</b> | <b>5,4</b> |

### • Mercado Fio (TUSD)

| Mercado Fio de Energia             |                              |                  |            |                           |               |            |
|------------------------------------|------------------------------|------------------|------------|---------------------------|---------------|------------|
|                                    | Nº de consumidores/contratos |                  |            | Energia distribuída (GWh) |               |            |
|                                    | Dez/11                       | Dez/10           | %          | 2011                      | 2010          | %          |
| Mercado Cativo                     | 3.916.934                    | 3.759.399        | 4,2        | 22.454                    | 21.304        | 5,4        |
| Concessionárias e Permissionárias  | 4                            | 4                | -          | 600                       | 568           | 5,7        |
| Consumidores Livres <sup>(1)</sup> | 31                           | 29               | 6,9        | 3.139                     | 3.211         | (2,2)      |
| <b>Mercado Fio</b>                 | <b>3.916.969</b>             | <b>3.759.432</b> | <b>4,2</b> | <b>26.193</b>             | <b>25.083</b> | <b>4,4</b> |

<sup>(1)</sup> Total de consumidores livres atendidos pela Copel GeT e por outros fornecedores dentro da área de concessão da Copel DIS.

## • Tarifas

Em junho deste exercício, com a Resolução nº 1.158/2011, a Aneel homologou o resultado do reajuste tarifário anual de 2011 sobre as tarifas de suprimento e de fornecimento de energia elétrica, fixou as Tarifas de Uso dos Sistemas de Distribuição - TUSD, estabeleceu a receita anual das instalações de conexão e fixou o valor anual da Taxa de Fiscalização de Serviços de Energia Elétrica - TFSEE referentes à distribuição. As tarifas de energia elétrica foram, em média, reajustadas em 5,55%, sendo 5,77% relativos ao reajuste tarifário anual econômico e 0,22% negativos referentes aos componentes financeiros pertinentes, correspondendo a um efeito médio de 2,99% a ser percebido pelos consumidores cativos.

A Copel Distribuição manteve o Programa Tarifa Rural Noturna, cujo objetivo é conceder o benefício tarifário, conforme Resolução Aneel nº 207/2006, a todos os consumidores rurais do Grupo B no horário compreendido entre 21h30 e 6h e, com isso, incentivar a utilização de equipamentos elétricos na madrugada, deslocando a carga para o horário fora de ponta.

### **4.3. Pesquisa & Desenvolvimento + Inovação (P&D +I)**

Em cumprimento à Lei nº 9.991/2000, que dispõe sobre a realização de investimentos em pesquisa e desenvolvimento por parte das empresas concessionárias, permissionárias e autorizadas do setor de energia elétrica, a Copel Distribuição participou em 2011, de 30 projetos de P&D, sendo quatro estratégicos, nos quais a participação é de forma cooperada com outras empresas e cujos temas são estabelecidos pela Aneel, aplicando aproximadamente R\$ 7,7 milhões.

Dentre os projetos que compõem o Programa de P&D, destacam-se os seguintes:

- Desenvolvimento de coletor solar de baixo custo para redução de consumo em chuveiro elétrico;
- Desenvolvimento de metodologia computacional para cálculo dos campos elétricos e magnéticos em subestações;
- Desenvolvimento de cabeça de série de sensor de proximidade de rede de distribuição como acessório de capacetes de segurança; e
- Geração de energia fotovoltaica - Pesquisa e Desenvolvimento de geração isolada e conexão com o sistema de distribuição.

Dentre as participações de forma cooperada destacam-se os projetos de P&D estratégico "Metodologia para estabelecimento de estrutura tarifária para o serviço de distribuição de energia elétrica" e "Programa Brasileiro de Redes Elétricas Inteligentes".

Foi protocolado o pedido de patente de invenção para a "Central Remota de Proteção de Transformadores de Distribuição Convencionais" e protocolado também o primeiro pedido de



**Copel Distribuição S.A.**



patente de produto para o “Sensor de Campo Elétrico Tridimensional Acoplado em Capacete de Segurança”, resultado de projeto de P&D com finalidade de aumentar a segurança dos trabalhadores.



## 5. DESEMPENHO ECONÔMICO-FINANCEIRO

### 5.1. Receita Operacional Líquida

Em 2011, a Receita Operacional Líquida teve acréscimo de R\$ 550,7 milhões, representando 11,2% de aumento em relação a 2010. Tal variação decorre principalmente de:

- 1) Acréscimo na **Receita de Fornecimento de Energia Elétrica** de R\$ 128,4 milhões, em virtude dos seguintes fatores:
  - aumento de 5,4% no mercado cativo de energia elétrica, o que representa um incremento de 1.150,2 GWh na energia fornecida, notadamente nas classes comercial, rural, industrial e residencial. Detalhamento no capítulo 4.2;
  - acréscimo de 4,2% na quantidade de consumidores;
  - repasse tarifário médio de 2,99%, a partir de 24.06.2011, conforme Resolução Aneel nº 1.158/2011.
- 2) Acréscimo na **Receita de Disponibilidade da Rede Elétrica** em R\$ 388,0 milhões, decorrente principalmente do reajuste tarifário em 24.06.2011.

### 5.2. Custos e Despesas Operacionais

Tiveram acréscimo de R\$ 460,4 milhões em 2011, representando um aumento de 10,1%, influenciados, principalmente por:

- 1) Acréscimo de R\$ 194,7 milhões em **Energia Elétrica Comprada para Revenda**, devido principalmente ao aumento da energia adquirida em Leilão de R\$ 199,4 milhões;
- 2) Acréscimo de R\$ 37,1 milhões em **Encargos do Uso da Rede** decorrente dos reajustes contratuais observados no período;
- 3) Acréscimo de R\$ 110,5 milhões em **Pessoal e Administradores**, decorrente principalmente da revisão do plano de cargos e salários, do reajuste salarial conforme acordo coletivo que passou a vigorar em outubro de 2011 e ao Programa Permanente de Sucessão e Desligamento Voluntário – PSDV. Detalhamento no capítulo 6.1;
- 4) Acréscimo de R\$ 17,9 milhões na conta de **Planos Previdenciário e Assistencial**, decorrente principalmente dos valores apropriados em despesa no Plano Assistencial Pós Emprego, definido no laudo atuarial de 2011.

### 5.3. EBITDA ou LAJIDA

| Cálculo do EBITDA/LAJIDA (Lucro antes dos juros, impostos, depreciação e amortização) - Em R\$ mil |                | Distribuição   |
|--|----------------|----------------|
|  | 2011           | 2010           |
| Lucro líquido  | 535.885        | 524.513        |
| IRPJ e CSLL  | 172.819        | 215.994        |
| Despesas (receitas) financeiras, líquidas  | (256.721)      | (378.910)      |
| <b>Lajir/Ebit</b>  | <b>451.983</b> | <b>361.597</b> |
| Depreciação e Amortização  | 193.969        | 180.701        |
| <b>LAJIDA/EBITDA</b>   | <b>645.952</b> | <b>542.298</b> |
| Receita Operacional Líquida - ROL  | 5.490.064      | 4.939.328      |
| Margem do EBITDA%  | <b>11,8%</b>   | <b>11,0%</b>   |

### 5.4. Resultado Financeiro

O resultado financeiro apresentou decréscimo de R\$ 122,2 milhões, 32,2% menor em relação a 2010 devido:

- 1) **Receitas Financeiras** - apresentaram decréscimo de R\$ 78,1 milhões, devido principalmente a:
  - Decréscimo de R\$ 72,1 milhões em Variações Monetárias sobre o repasse da CRC, corrigido pelo IGP-DI, índice que, no período de janeiro a dezembro de 2011, teve variação positiva de 5,02%, enquanto que, no mesmo período de 2010, a variação foi positiva de 11,29%;
  - Decréscimo em variação monetária de R\$ 50,8 milhões sobre contas a receber vinculadas à concessão, a qual é corrigida pelo IGP-M, indicador que, no período de janeiro a dezembro de 2011, teve uma variação positiva de 5,08%, enquanto que, no mesmo período de 2010, a variação foi positiva de 11,33%; e
  - Compensado pelo acréscimo de R\$ 51,4 milhões em rendas de aplicações financeiras, devido principalmente ao aumento do capital aplicado, das taxas de juros e da rentabilidade da carteira.
- 2) **Despesas Financeiras** - apresentaram acréscimo de R\$ 44,1 milhões, decorrentes, principalmente pelos encargos de dívidas sobre novos ingressos de empréstimos e financiamentos.

### 5.5. Endividamento

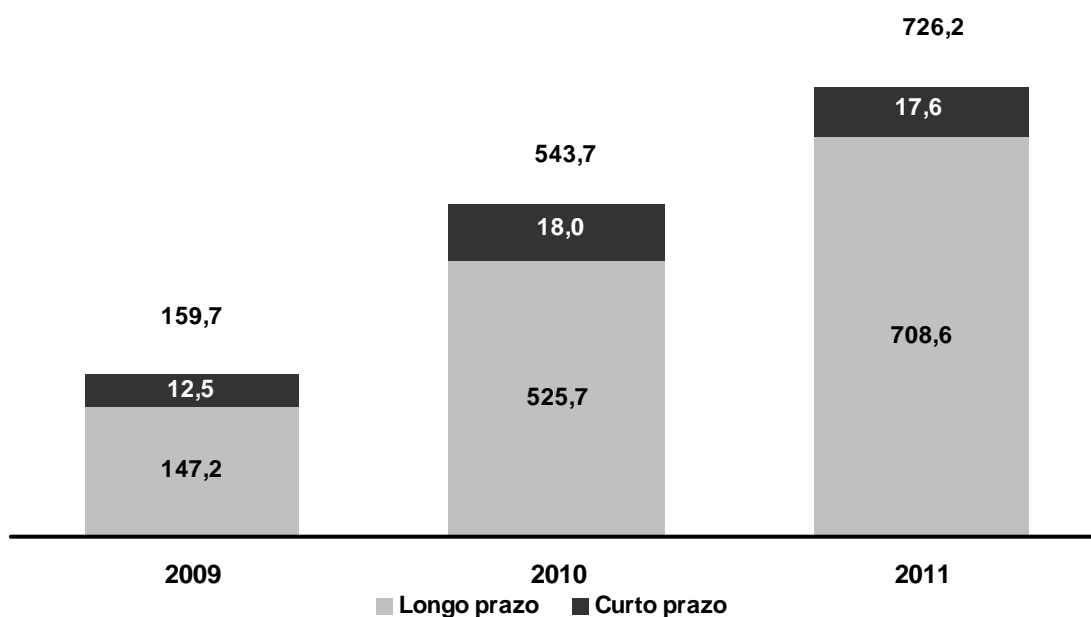
As variações da dívida de curto e longo prazo referentes aos empréstimos e financiamentos decorreram principalmente dos seguintes ingressos de recursos:

- R\$ 150,0 milhões referentes ao Contrato de Abertura de Crédito Fixo com o Banco do Brasil;

- R\$ 2,2 milhões referentes ao contrato com a Eletrobrás para aplicação no programa “Luz para Todos”.

Os pagamentos ocorridos no ano totalizaram R\$ 31,2 milhões, sendo R\$ 15,7 milhões de principal e R\$ 15,5 milhões de encargos.

O gráfico a seguir demonstra a composição dos empréstimos e financiamentos em curto e longo prazo:

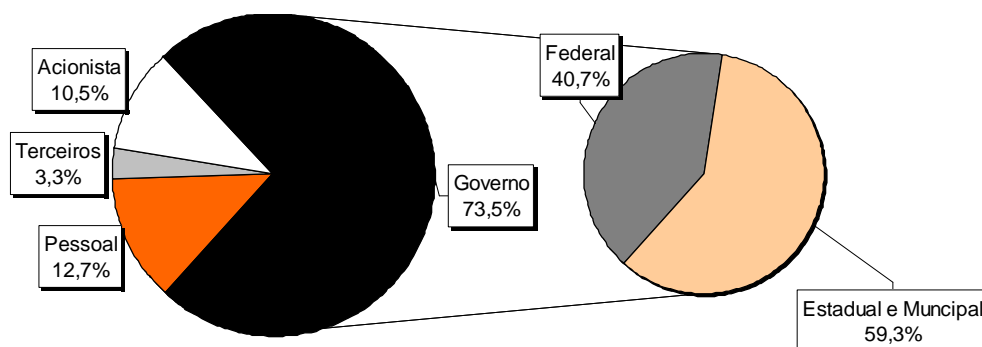


## 5.6. Lucro Líquido

Em 2011, a Companhia obteve lucro líquido de R\$ 535,9 milhões, sendo 2,2% maior que o obtido no exercício anterior, de R\$ 524,5 milhões.

## 5.7. Valor Adicionado

No exercício de 2011, a Copel apurou R\$ 5.088,6 milhões de Valor Adicionado Total, 12,1% superior ao apurado no ano anterior, o que corresponde a R\$ 548,9 milhões. A seguir, representação gráfica da Distribuição do Valor Adicionado. A demonstração na íntegra encontra-se nas Demonstrações Financeiras.



## 5.8. Investimentos na Concessão

Em 2011, o investimento da Copel Distribuição no Ativo Intangível foi de R\$ 516,4 milhões, 23,6% menor que em 2010, que foi de R\$ 676,3 milhões. O investimento previsto para 2012 é da ordem de R\$ 1.105,0 bilhão.

## 5.9. Inadimplência de Consumidores

A partir do período contábil de 2003, a Copel passou a calcular o índice de inadimplência do produto fornecimento de energia elétrica, utilizando a seguinte metodologia de cálculo:

$$\text{Inadimplência (\%)} = \frac{\sum \text{Débitos vencidos } > 15 \text{ dias } \leq 360 \text{ dias}}{\sum \text{Faturamento no período de 12 meses}}$$

Para o cálculo, considera-se inadimplente o consumidor com débito vencido há mais de 15 dias até 360 dias, em conformidade com o prazo de aviso de vencimento (Resolução Aneel nº 456/2000), e é excluído o reconhecimento de perdas dos débitos vencidos.

Em dezembro de 2011 a inadimplência da Copel Distribuição foi de R\$ 143,7 milhões, que equivale a 1,8% do faturamento.

## **6. DESEMPENHO SOCIOAMBIENTAL**

### **6.1. Força de trabalho**

Os 7.034 empregados da Copel Distribuição estão segregados em três carreiras em função da natureza das atividades e dos requisitos do cargo: Profissional de Nível Médio (4.776 empregados), profissional técnico de nível médio (1.381 empregados) e profissional de nível superior (877 empregados). A Copel DIS vem redimensionando seu quadro funcional, tendo admitido em 2011, 781 novos empregados mediante concurso público. Durante o mesmo período, 408 empregados desligaram-se da Companhia, grande parte por aposentadoria, tendo a taxa de rotatividade sido de 8,96 %, enquanto que em 2010 foi de 10,83%.

Em 2011, a Companhia destinou 5% das vagas para cargos de natureza administrativa a portadores de necessidades especiais, tendo sido admitidos 2 empregados nessa condição. Também foram destinadas 10% das vagas para candidatos afrodescendentes, e foram admitidos 26 empregados de cor negra e 82 de cor parda.

- **Desenvolvimento de Pessoal**

As necessidades de capacitação e desenvolvimento são feitas com base na metodologia Diagnóstico de Necessidade de Desenvolvimento, realizada anualmente em todas as áreas.

As necessidades de treinamentos dos contratados são identificadas a partir das atividades específicas, correlatas aos exigidos dos empregados próprios e são estabelecidas nos contratos. Nesta categoria podem ser citados os treinamentos sobre os sistemas e aplicativos computacionais que são utilizados pelos teleatendentes e cursos de requalificação de contratados para serviços no sistema elétrico, realizados em parceria com Senai, UTFPR, entre outras. Também há cursos ofertados para os contratados, tais como os exigidos pela NR-10, medição comercial, operação de redes e subestações e outros estabelecidos em contrato.

Em 2011, foram realizadas ações de treinamento e desenvolvimento (cursos e eventos), sendo internos, externos no país e no exterior. No que se refere a treinamento e desenvolvimento no tema Sustentabilidade, em 2011 também houve participações de empregados de diversas áreas da Companhia.

Os treinamentos realizados na Copel Distribuição foram distribuídos por carreira, conforme tabela a seguir:

---

| <b>Treinamentos de empregados por carreira</b> | <b>2011 (em horas/média)</b> |
|--|------------------------------|
| Administrativa                                 | 65,5                         |
| Técnica  | 73,5                         |
| Profissional                                   | 71,6                         |

---

- **Benefícios**

Entre os benefícios concedidos diretamente pela Companhia a todos os empregados, além dos previstos pela legislação, destacam-se: auxílio-educação, abono de férias, auxílio-alimentação e refeição, auxílio-creche, auxílio a portadores de necessidades especiais, além de outros possibilitados pelo convênio existente entre a Copel Distribuição e o Instituto Nacional do Seguro Social - INSS. Adicionalmente, através da Fundação Copel de Previdência e Assistência Social, da qual a Copel é mantenedora, há concessão de: plano de previdência privada, adicional ao valor da previdência oficial, e plano de assistência médico-hospitalar e odontológica.

- **Política salarial**

As práticas de remuneração, reconhecimento e incentivo estão baseadas no modelo de remuneração estruturado pela Controladora, apoiando-se em dois pilares: remuneração fixa (comparação de mercado e mérito) e variável (Participação dos Empregados nos Lucros e/ou Resultados - PLR). A PLR dos empregados da Copel DIS ocorre de acordo com a Lei Federal nº 10.101/2000, o Decreto Estadual nº 1978/2007 e a Lei Estadual nº 16560/2010. O Plano de Cargos e Salários da Copel, estruturado de maneira a refletir a realidade ocupacional da Companhia, serve como referência para a remuneração fixa e busca a comparação dos salários pagos pela Copel Distribuição com valores de mercado e aplicação da política salarial. A proporção entre o menor salário praticado pela Companhia em dezembro de 2011 (R\$ 1.180,19) e o salário mínimo nacional vigente naquela data (R\$ 545,00) era de 2,17 vezes, não havendo diferença significativa no mesmo período relativamente à proporção de salário-base entre homens e mulheres.

- **Riscos trabalhistas**

Além de cumprir totalmente com suas obrigações trabalhistas, garantindo aos empregados os seus direitos instituídos pela legislação pátria, a Copel Distribuição realiza uma série de ações, com o intuito de reduzir os riscos trabalhistas, dentre as quais destacamos:

- Programa Permanente de Sucessão e Desligamento Voluntário - PSDV, com o objetivo de minimizar a perda de conhecimento que ocorre quando da aposentadoria de empregados da

Companhia. O destaque do programa é a obrigatoriedade de formação de um sucessor antes do desligamento definitivo do empregado.

- Com o objetivo de estabelecer regras para tratamento das denúncias de assédio moral e para a investigação de sua procedência, foi instituída em maio de 2010 a Comissão de Análise de Denúncias de Assédio Moral - Cadam, cuja composição procura garantir a imparcialidade nas análises dos processos. Contendo membros eleitos pelos empregados e indicados pela direção da Companhia, além de um membro representando a sociedade civil, contratado especificamente para a função de coordenador, espera-se a redução das demandas trabalhistas motivadas por assédio moral.
- Buscando atender a expectativa dos empregados no que se refere ao crescimento profissional, aconteceu, em 2011, a revisão do plano de cargos e salários, passando a se chamar Estrutura de Carreira e Remuneração. As principais mudanças foram:
  - a) na revisão da estrutura para 3 carreiras: Profissional de Nível Médio; Profissional Técnica de Nível Médio e Profissional de Nível Superior;
  - b) no tempo para acesso aos níveis ascendentes, com destaque para a aceleração do crescimento profissional no início da carreira;
  - c) maior possibilidade de mobilidade dentro da mesma carreira;
  - d) adequação dos salários a 100% da média de mercado; e
  - e) implementação da possibilidade de a gerência conceder promoções salariais, dentro do mesmo nível, na medida em que o desempenho do empregado se mostre satisfatório para tal, reduzindo assim a rotatividade de empregados em início de carreira.
- A Copel DIS se relaciona com os sindicatos representativos das diversas classes de trabalhadores, e ao longo do ano promove reuniões para discussão de assuntos de interesse mútuo. Por ocasião da data base (outubro) esse relacionamento se intensifica, quando os sindicatos e Copel discutem as reivindicações, chegando ao Acordo Coletivo de Trabalho - ACT. O cumprimento das cláusulas destes ACTs mitiga possíveis problemas com sindicatos e empregados.
- As dispensas por justa causa são precedidas de processo administrativo sumário, regulado por norma administrativa interna, que garante ao empregado o direito de defesa.

- **Contratados**

A Copel Distribuição promove o Programa de Sensibilização Ambiental, que visa estimular mudanças comportamentais nos trabalhadores envolvidos na construção e reforma dos empreendimentos da Companhia, ampliando sua consciência e responsabilidade ambiental, além



COPEL

Copel Distribuição S.A.



de provocar reflexões quanto aos impactos ambientais das obras e às formas de minimizá-los. Com relação à orientação dos procedimentos ambientais nas atividades de poda e roçada, os técnicos florestais da empresa promoveram palestras com mais de 500 funcionários das empresas responsáveis pela realização destas atividades, onde foram abordados temas como: Normas da Copel DIS para realização de poda e roçada; regras para ligação de energia em APPs e Unidades de Conservação - UCs no Litoral e suas implicações; e legislação ambiental.

Ao todo a Copel Distribuição realizou aproximadamente 6.000 horas de treinamento com temas relacionados ao meio ambiente onde participaram mais de 1.300 colaboradores contratados.

- **Saúde e segurança no trabalho**

A Copel Distribuição, através de sua Controladora, considerando o contexto do serviço especializado em engenharia de segurança e medicina do trabalho e o acompanhamento e controle de saúde ocupacional, conta com médicos do trabalho especializados, distribuídos nas principais regiões da Companhia, equipe de enfermagem e apoio administrativo. Estes profissionais realizam não apenas os exames médicos legais e obrigatórios, mas uma série de programas de prevenção em saúde.

Também mantém controle estatístico dos índices e causas de afastamentos do trabalho motivados por doenças, além do acompanhamento dos processos junto à Previdência Social quando é necessário afastamento prolongado através de convênio específico com aquele instituto.

Sempre que a capacidade laborativa mostra-se comprometida, por qualquer fator, ainda realiza o estudo e readequação necessária para que o exercício profissional seja o mais seguro e adequado possível, conjuntamente com equipe multidisciplinar.

A Copel também assessora as Cipas e diversas áreas com palestras sobre temas de saúde, incluindo cursos sobre primeiros socorros, difundindo informações ao corpo funcional e promovendo a qualidade de vida.

O Programa Copel de Qualidade de Vida, implantado em 1998 pela Controladora, tem o objetivo de despertar o interesse dos empregados na busca constante da melhoria da qualidade de vida e consolidar as ações desenvolvidas anualmente na Companhia. Para tanto, são desenvolvidos vários programas, sendo os principais: Programa Promoção de Saúde, que é composto pela Gestão Pessoal de Saúde; exames médicos periódicos; benefícios assistenciais e previdenciários; programa de dependências químicas; programa de absenteísmo-doença; Campanha Dê Preferência à Vida; Programa Valorizando a Vida; Programa Caça ao Risco e Minuto da Segurança. Além disso, são oferecidas ações complementares, como o Programa de Alimentação Saudável (alimentação oferecida dentro da Companhia), Semana da Saúde, campanhas de vacinação e informativos de saúde no Copel Online.





COPEL

Copel Distribuição S.A.



Para melhoria das relações sociais no trabalho são desenvolvidos programas de atendimento e integração social, Programa de Responsabilidade Social EletriCidadania, divulgação e entendimento do Código de Conduta. São promovidos programas comemorativos no aniversário de admissão na Companhia e envio de mensagens em datas comemorativas (aniversário de admissão, aniversário de nascimento, dia da profissão, entre outros).

Para melhoria no estilo de vida pessoal e familiar as seguintes ações educativas são oferecidas: Programa de Preparação para a Aposentadoria; Programa Gestão Financeira; Programa Energia e Saúde (atividades de ginástica laboral, condicionamento físico e atividade antiestresse); Jogos Internos Copel; Jogos do Sesi; e Programa Auxílio-Educação.

## 6.2. Clientes e comunidade

Os clientes têm representatividade através do Conselho de Consumidores, instituído em novembro de 1993, com a atribuição de examinar questões ligadas ao fornecimento de energia elétrica, às tarifas, à adequação dos serviços prestados ao consumidor final, além de apresentar sugestões para o aprimoramento das relações da Companhia com seus consumidores e com a comunidade em geral. O Conselho é composto por representantes das classes de clientes residencial, comercial, rural, poder público e industrial, além de representante da Coordenadoria Estadual de Proteção e Defesa do Consumidor - Procon.

O site da Companhia oferece navegação rápida e fácil a suas partes interessadas, incluindo aqueles com deficiência visual, além do atendimento através do chat. Outra facilidade é o simulador de consumo de energia, que permite ao usuário avaliar os gastos com eletricidade em seu domicílio ou especificamente de um equipamento ou aparelho. Estão disponíveis no site alguns serviços, como emissão de segundas vias de faturas, consultas aos desligamentos programados, consultas aos postos de atendimento presencial (que totalizam 408 na área de concessão), aos locais credenciados para pagamento das faturas e solicitações de manutenção de iluminação pública, quando de responsabilidade da Companhia. O acesso ao conteúdo também é possível a partir de dispositivos móveis, como telefone celular ou *palmtop*. Também foi implementado o registro de falta de energia por SMS (torpedo), facilitando a comunicação pelos clientes.

Em 2011, a Copel Distribuição concluiu a abertura de mais 256 postos de atendimento presencial, atingindo, desta forma, todos os municípios de sua área de concessão no Estado do Paraná.

Também em 2011, a Companhia concluiu a implantação de um novo sistema de gerenciamento de consumidores, o que possibilitará maior eficiência nos processos de atendimento às solicitações e necessidades de seus clientes.

### **6.2.1. Comunicação e informação com os públicos relacionados**

É por meio do rádio e das novas mídias que a Copel Distribuição leva as informações sobre seus programas e projetos aos diversos públicos com os quais se relaciona. Informar, instruir e orientar para o correto e seguro uso da energia, bem como fomentar o uso de novas tecnologias que trazem melhorias de economia de energia, são os principais conteúdos divulgados.

Em 2011, a Copel DIS intensificou o uso do rádio por meio de mensagens, que são irradiadas em 304 emissoras filiadas à Associação das Emissoras de Radiodifusão do Paraná, onze vezes ao dia, seis dias por semana. As 3.168 veiculações nas rádios chegam aos públicos rurais e urbanos e com faixa etária e renda variada, sendo, portanto, uma das mídias mais democráticas e de maior alcance.

O reforço da comunicação está nas ações realizadas por voluntários da Companhia, que atuam em todo o Estado realizando palestras em escolas com o material chamado de Kit Escola. A ferramenta é um importante elo entre a Copel DIS e o futuro público de relacionamento comercial e inicia um ciclo de relacionamento que se perpetua e se conecta às demais comunicações desenvolvidas via rádio, faturas de energia, site e mídias sociais.

A Semana Nacional de Segurança, em conjunto com a Associação Brasileira de Distribuidores de Energia Elétrica - Abradee, reforça as ações realizadas durante todo o ano numa semana intensa de comunicação, interação e relacionamento com donas de casa, estudantes, operários da construção civil e produtores rurais, alertando-os sobre os riscos que a energia elétrica oferece.

Os clientes também recebem mensagens em suas faturas de energia e envelopes. Clientes das áreas rurais recebem o calendário rural de autoleitura do consumo de energia, no qual constam informações sobre segurança no uso da energia e outros conceitos sobre sustentabilidade.

### **6.2.2. Educação Socioambiental para a Sustentabilidade com as Partes Interessadas**

A proposta da educação socioambiental é trazer a reflexão e sensibilizar cada empregado para a responsabilização individual no que se refere à sustentabilidade nos processos e atividades desenvolvidos da Companhia e nas relações cotidianas, focando na abordagem de que cada um é um agente de transformação e responsável pela mudança no mundo.

O Programa de Educação para a Sustentabilidade tem os seguintes objetivos:

- Aprimorar a gestão das lideranças, formais e informais, direcionando suas iniciativas e práticas para o enraizamento da sustentabilidade empresarial, tendo como fundamento as diretrizes das plataformas nacionais e internacionais;

- Capacitar os líderes a fomentar redes sociais como articuladoras de engajamento e diálogo com as partes interessadas da Companhia;
- Empreender atividades de sensibilização e mobilização com os envolvidos na cadeia de suprimentos;
- Sensibilizar e mobilizar os empregados para o desenvolvimento sustentável, visando à inclusão das variáveis da sustentabilidade nos processos e projetos corporativos;
- Desenvolver iniciativas específicas a cada uma das partes interessadas mapeadas pela Companhia, que propiciem o compartilhamento de informações sobre a sustentabilidade, a revisão de valores e o desenvolvimento e aperfeiçoamento de habilidades nos temas relacionados.

O programa teve início em 2011, com a realização do I Encontro Executivo da Gestão para a Sustentabilidade Empresarial, que teve a participação dos Diretores e de representantes do CAD da Controladora.

#### • **Rede de Agentes para a Sustentabilidade**

Visa promover e estimular a percepção abrangente do indivíduo, de sua conexão sistêmica com o meio em que vive e de seu papel na construção da história, inspirando comportamentos responsáveis e ambientalmente sustentáveis na Companhia e na sociedade. A Rede Copel de Agentes para a Sustentabilidade atua na mobilização, sensibilização e conscientização do público interno para questões afetas à sustentabilidade, alinhadas com o referencial estratégico da Companhia.

Durante o ano de 2011, foi criado o informativo digital “Compartilhando Novidades”, de veiculação quinzenal, criado exclusivamente para as finalidades de informação, articulação e mobilização para o trabalho voluntário, fomento a implementação de projetos sociais e ambientais e estímulo aos empregados para ações proativas de boas práticas socioambientais. Também foram realizadas nove promoções do curso “Agindo de forma sustentável” para público interno, com o objetivo de disseminar a Política de Sustentabilidade e Cidadania Empresarial da Companhia.

A realização do 2º Seminário Copel de Boas Práticas Socioambientais encerrou o ano de 2011 obtendo avaliação de aproximadamente 90% de satisfação entre seus participantes. O evento foi criado com o objetivo de dar visibilidade, difundir e replicar os projetos e práticas socioambientais desenvolvidos na Copel.

### **6.2.3. Relacionamento com as Comunidades Tradicionais**

#### **Agente de Contato Indígena**

Em 2011, foi construída a base para desenvolver um programa corporativo voluntário de apoio às comunidades indígenas, visando proporcionar instrumentos de aperfeiçoamento no fornecimento de energia elétrica. O programa prevê a contratação de um indígena bilíngue em cada Terra Indígena do Estado do Paraná, para auxiliar as famílias a manter a base cadastral atualizada, solicitar serviços à concessionária, ministrar noções de economia e conceitos de segurança no uso de equipamentos elétricos no ambiente doméstico e manter o canal de relacionamento. A expectativa é de que o programa auxilie os indígenas na redução do número de acidentes domésticos com energia elétrica e para que suas unidades consumidoras permaneçam nas faixas de tarifa beneficiadas pelas políticas sociais.

#### **Comunidades Quilombolas**

Em parceria com instituições dos Governos Federal e Estadual, a Copel está inserida no grupo de trabalho intersecretarial, responsável por implementar o Programa Brasil Quilombola, no Estado do Paraná, o qual visa efetivar as políticas públicas para as comunidades quilombolas do Estado. A institucionalização do grupo de trabalho deverá ocorrer por meio de Decreto Estadual.

No Programa está previsto que a Copel efetuará 114 ligações elétricas nas comunidades do Parque das Lauráceas e irá instalar 24 sistemas fotovoltaicos, em função da impossibilidade de passagem de rede na comunidade de Areia Branca. Tais obras deverão ser concluídas em 2012, pois dependem de negociações visando agilizar o processo de atendimento àquelas comunidades, por meio da utilização da infraestrutura de distribuição de energia existente, assim como evitar impacto no meio ambiente e reduzir custos.

Entre as ações realizadas em 2011, destacam-se o levantamento das Comunidades Quilombolas do Vale do Ribeira que ainda não possuem energia elétrica e a contratação de empresa para efetuar as reformas das instalações elétricas nas residências das comunidades de Palmas e do Vale do Ribeira.

#### **Eficiência Energética para Comunidades Tradicionais**

Programa que se encontra em fase de implantação e já beneficiou as comunidades das Terras Indígenas Palmas, Marrecas, Mangueirinha e São Jerônimo da Serra, em ações que acontecerão ao longo de dois anos e contemplarão todas as Terras Indígenas do Estado do Paraná. Seu desenvolvimento teve início a partir de um projeto piloto desenvolvido especificamente na Terra Indígena Apucarantina, em 2009. Na ocasião foram substituídas as instalações elétricas



COPEL

Copel Distribuição S.A.



domésticas, lâmpadas incandescentes por fluorescentes compactas e fornecidos equipamentos recuperadores de calor associados a chuveiros mais econômicos.

Para as comunidades atendidas pelo Programa serão fornecidos refrigeradores e aquecedores solares. As ações contribuirão para reduzir as despesas com energia elétrica e os acidentes com energia elétrica no ambiente doméstico.

### **6.3. Apoio a Políticas Públicas**

Historicamente, a Copel, como fomentadora do desenvolvimento social e econômico do Estado do Paraná, participa e apoia diversos movimentos conjuntos com órgãos do governo, Organizações não Governamentais - ONGs e outras entidades para a promoção da cidadania, sobretudo junto a comunidades carentes.

#### **• Segurança Alimentar e Desenvolvimento Comunitário Sustentável**

A Copel DIS através de sua controladora, membro permanente do Conselho Estadual de Segurança Alimentar - Consea, empreende um projeto piloto de Segurança Alimentar com Base Orgânica. O projeto não visa apenas à mudança do sistema atual alimentar dos empregados e familiares, mas reforça os compromissos com a sustentabilidade, incentivando a agricultura familiar orgânica, em prol da melhoria da qualidade de vida, e promovendo a inclusão social através da geração de empregos.

Em 2011, a Controladora atuou como integrante da comissão organizadora das conferências regionais e estaduais de Segurança Alimentar e Nutricional. A Companhia também realizou a Oficina de Metodologia das Conferências Regionais de Segurança Alimentar e Nutricional para Técnicos das Secretarias de Estado.

#### **• Equidade de Gênero e Raça**

Iniciado na Controladora em 2009, o Programa Pró-Equidade de Gênero e Raça é uma iniciativa do Governo Federal, que, por meio da Secretaria de Políticas para as Mulheres da Presidência da República e do II Plano Nacional de Políticas para as Mulheres, reafirma os compromissos de promoção da igualdade entre mulheres e homens inscritos na Constituição Federal de 1988. O Programa, de adesão voluntária, consiste em desenvolver novas concepções na gestão de pessoas e na cultura organizacional para alcançar a equidade de gênero e raça nas relações de trabalho.

Motivada pela inclusão da temática raça, na 4ª edição do Programa Pró-equidade da Secretaria de Políticas para as Mulheres, da Presidência da República, a Copel reforça seu compromisso com as questões relacionadas à promoção da igualdade de oportunidades e respeito às diferenças,



COPEL

Copel Distribuição S.A.



aderindo novamente ao Programa, elaborando Plano de Ação contemplando as categorias Gênero e Raça e preenchendo a Ficha Perfil de Raça e Gênero da Companhia, onde apresenta o diagnóstico relativo à temática.

#### • Incentivos Fiscais

A Copel DIS, seguindo as diretrizes de sua controladora, transformou a prática de doação através de incentivo fiscal em política e convida empresas parceiras e fornecedores a fazer o mesmo. A Companhia potencializa ao máximo a utilização de recursos dedutíveis aos Incentivos Culturais (Lei Rouanet), Incentivo ao Esporte e ao Fundo dos Direitos da Infância e da Adolescência - FIA, com base em estimativas anuais do imposto a pagar.

As contribuições sob efeito da Lei Rouanet de 2011 foram efetuadas em projetos devidamente aprovados pelo Ministério da Cultura, num total de R\$ 5,0 milhões. O projeto que recebeu o maior aporte foi o Projeto Festa da Luz, com o montante de R\$ 1,5 milhão.

A Companhia destinou o montante de R\$ 1,3 milhão em projetos inscritos no FIA, sendo que o maior aporte foi para o Projeto Gui Darin, cujo valor alcançou R\$ 0,6 milhão.

Através da Lei do Incentivo ao Esporte, a Copel destinou R\$ 1,2 milhão. O principal valor foi para o projeto de Otimização do Centro de Formação de Atletas não Profissionais, do Instituto Pratique Esporte, com o montante de R\$ 0,7 milhão.

### 6.4. Projetos e Programas Corporativos

#### • Programa Sob Linhas

Esse Programa apresenta uma grande importância social por disciplinar o uso múltiplo e a ocupação por parte das comunidades do entorno das áreas das linhas de transmissão, visando a produção de alimentos e mudas, em conformidade com a legislação aplicável. Também tem como objetivos reduzir a demanda de ações judiciais no combate das ocupações indevidas, evitar interferências à operação do sistema elétrico e facilitar a manutenção das redes de energia elétrica no que se refere à limpeza da faixa de servidão.

#### • EletriCidadania – voluntariado corporativo

Instituído em 2004, o EletriCidadania visa ao incentivo ao voluntariado e ao desenvolvimento de atitudes de cidadania e de responsabilidade social entre os empregados. O Programa permite que os empregados utilizem até 4 horas mensais do seu tempo de trabalho para a execução, de forma voluntária e espontânea, de ações comunitárias que, muito além do simples assistencialismo, levem ao desenvolvimento sustentável da sociedade em todos os aspectos, sejam eles culturais,

educacionais ou profissionais. Durante o ano de 2011, foram realizados treinamentos em todas as regionais da Copel, visando fomentar a adesão ao Programa, disseminar noções básicas de voluntariado e promover a troca de experiências.

Em 2011, foram empregadas 1.556 horas de voluntariado que proporcionaram o desenvolvimento das seguintes ações:

- Promoção da arrecadação e doação de diferentes itens para entidades assistenciais: Campanha do Agasalho; Campanha do Livro; Campanhas de Páscoa; e Campanha de Natal.
- Tricopel: confecção de peças em tricô e crochê a serem doadas para entidades sociais.
- Tecla Social: promove arrecadação, recuperação e reutilização de equipamentos eletrônicos destinando-os às escolas públicas e famílias em situação de vulnerabilidade social. Quando não é possível a recuperação dos equipamentos, é realizada a destinação adequada dos mesmos.
- Reforço Escolar: oferece aulas de reforço escolar a alunos da rede municipal de ensino.
- Oficina do Brinquedo: arrecada e recupera brinquedos que são distribuídos a crianças e entidades sociais.
- Programa Luz na Escola: promove ações educativas em escolas, bem como a visitação de alunos às Usinas da Companhia.

### • Programa Corporativo de Acessibilidade

O Programa Corporativo de Acessibilidade tem o objetivo de tornar a Companhia adaptada nas questões de acessibilidade, por meio de reformas, projetos arquitetônicos e urbanísticos, implementação de recursos tecnológicos, aplicação de treinamento e campanhas educativas, para que seus empregados e partes interessadas, com algum tipo de deficiência, tenham pleno acesso às suas instalações, informações e serviços, possibilitando a participação de todos nas atividades prestadas pela empresa, além de promover amplamente a inclusão social. As dimensões atendidas por este projeto são: urbanística, arquitetônica, atitudinal, comunicacional e tecnologias de informação.

Principais ações realizadas em 2011:

- Mais de 80 agências e postos de atendimento com acessibilidade atendida, com previsão de adequação de todas as edificações da Companhia até 2013;

- Aquisição e instalação de elevador e realização de demais adequações para tornar acessíveis o Pólo Santa Quitéria e a Sede de Maringá;
- Projeto piloto de atendimento especial para pessoas com deficiência auditiva em agências; treinamentos em Língua Brasileira de Sinais - LIBRAS aos atendentes de agências;
- Realização de seminários de acessibilidade para divulgação, educação e conscientização sobre o tema;
- Adequações e realocações permanentes da infraestrutura urbana de distribuição, de acordo com a legislação, atendendo às solicitações da comunidade e órgãos externos; e
- Pesquisa de opinião quantitativa de avaliação do grau de acessibilidade que a empresa oferece aos seus clientes residenciais que são Pessoas com Deficiência – PcD's, o que ajudará a mapear os principais desafios da Copel Distribuição nesta área.

### • Programa Luz para Todos

O Programa Luz Para Todos - LPT realizou mais de 76.000 ligações no período de 2004 a 2011, superando a meta inicialmente estabelecida. Entre estas, aproximadamente 10.000 ligações são consideradas prioritárias por atenderem assentamentos, comunidades remanescentes de quilombos, aldeias indígenas e escolas rurais.

A tabela a seguir apresenta as ligações realizadas até dezembro de 2011:

|                    | 2004  | 2005  | 2006  | 2007  | 2008   | 2009   | 2010   | 2011  | Total  |
|--------------------|-------|-------|-------|-------|--------|--------|--------|-------|--------|
| Número de Ligações | 4.006 | 7.204 | 9.860 | 8.877 | 11.797 | 15.124 | 14.166 | 4.977 | 76.011 |

O Governo Federal, por meio do Decreto nº 7.520/2011, instituiu novo Programa LPT para o período de 2011 a 2014, destinado a propiciar atendimento exclusivamente às famílias prioritárias, ou seja: moradores dos Territórios da Cidadania, assentamentos rurais, comunidades indígenas, quilombolas, como também a escolas, postos de saúde e poços de água comunitários.

Na Copel, para 2012, estão previstas as ligações das comunidades isoladas do Estado, notadamente as localizadas nas ilhas e no litoral do estado, através de redes especiais e sistema solar fotovoltaico. Para estas comunidades, além dos benefícios do Programa LPT, cada família receberá uma geladeira, um sistema de aquecimento solar para água e lâmpadas a LED, subsidiados pelo Programa de Eficiência Energética - PEE da Copel.

A Aneel, em resolução que se encontra em audiência pública, deverá prorrogar o ano limite para a universalização do acesso ao serviço de energia elétrica na área rural para 2014.

Mediante os novos fatos, o programa na Copel deverá ser continuado com o objetivo de atendimento restrito aos prioritários.





COPEL

Copel Distribuição S.A.



### • Programa Nacional de Iluminação Pública Eficiente - Reluz

O Reluz tem o objetivo de promover o desenvolvimento de sistemas eficientes de iluminação pública, contribuindo para melhorar as condições de segurança pública e a qualidade de vida nas cidades brasileiras, bem como contribuir para a otimização do sistema elétrico e postergação de investimentos em geração, transmissão e distribuição de energia elétrica.

O Programa é viabilizado através de contratos de financiamento firmados entre Copel e Eletrobrás e entre Copel e Município. A Eletrobrás financia a concessionária até o limite de 75% do valor do Projeto, que, por sua vez, financia as obras do Município, que participa com no mínimo 25% do valor do projeto (contrapartida).

Em 2011, foi apresentado pelo Município de Carambeí projeto de expansão do sistema de iluminação pública, que está em análise na Eletrobrás, para viabilização de contrato de financiamento através dos recursos do Reluz.

O projeto prevê as seguintes ações:

- Expansão de 366 pontos de Iluminação pública;
- Extensão de rede de aproximadamente 7 km; e
- Investimento previsto de R\$ 549,0 mil.

### • Programa Luz Legal

O Programa Luz Legal é um empreendimento social, implementado por convênio assinado entre o Governo do Estado, a Companhia de Habitação do Paraná - Cohapar e a Copel, que possibilita a instalação facilitada de entradas de serviço em unidades consumidoras residenciais monofásicas estabelecidas em regiões urbanas expandidas por invasão, oferecendo oportunidade de melhoria das condições de vida, cidadania e segurança a centenas de famílias que utilizam a energia de forma irregular e insegura.

A seleção das comunidades e das famílias a serem atendidas é feita pela Cohapar, que promove a regularização e a urbanização dos terrenos e a construção de moradias nas áreas envolvidas.

Empreiteiras contratadas pela Copel constróem as entradas de serviço, as quais são pagas pelo consumidor em 24 vezes sem juros e correção, com a cobrança das parcelas incluída na fatura de energia.

Em oito anos de Programa, foram feitos 6.460 atendimentos, sendo que em 2011 foram atendidas 1.076 famílias.



COPEL

Copel Distribuição S.A.



### • Programa de Irrigação Noturna

Realizado em conjunto com a Secretaria de Estado da Agricultura e do Abastecimento, o Instituto Paranaense de Assistência Técnica e Extensão Rural - Emater, a Secretaria de Estado do Meio Ambiente, entre outros órgãos, o programa tem por objetivo incentivar o aumento da produtividade agrícola mediante desconto na energia elétrica utilizada à noite — que varia de 60% a 70% no período de 21h30 às 6h — para acionamento de sistemas de irrigação, o que resulta em aumento da renda e melhoria de qualidade de vida do produtor rural.

Até 2011, 2.947 agricultores foram beneficiados pela tarifa especial de irrigação.

### • Programa Tarifa Rural Noturna

O programa tem por objetivo incentivar os produtores rurais paranaenses, classificados como consumidores rurais do Grupo B, a utilizar a energia elétrica no período compreendido entre 21h30 e 6h, mediante desconto de 60% na tarifa, proporcionando minimização de custos e incremento da produção rural no Estado do Paraná.

Até 2011, 5.407 propriedades foram beneficiadas pela tarifa especial noturna.

### • Programa Luz Fraterna

Programa em parceria com o Governo do Estado do Paraná, pelo qual as unidades consumidoras classificadas como residencial baixa renda ou residencial rural e com consumo de até 100 kWh têm isenção total da fatura, cujo débito é assumido pelo Governo do Estado.

O total de consumidores (média mensal) da Copel beneficiados pelo Programa Luz Fraterna em 2011 foi de 225.243 e em 2010 de 210.929.

### • Programa de Eficiência Energética - PEE

A Copel desenvolve anualmente o Programa de Eficiência Energética - PEE, em atendimento ao contrato de concessão para distribuição de energia elétrica e à Lei nº 9.991/2000, por meio do qual são aplicados recursos financeiros em projetos que têm como objetivo a promoção da eficiência energética no uso final da energia elétrica.

Os critérios de investimento e tipos de projetos permitidos são estabelecidos pela Aneel e abrangem clientes do segmento residencial, industrial, comercial e poder público, com ações que contemplam a melhoria da eficiência energética dos principais usos finais de energia elétrica, tais como iluminação, força motriz, refrigeração e condicionamento de ar.

Em 2011, foram aplicados cerca de R\$ 25,3 milhões em ações que contemplaram a melhoria da eficiência energética nas instalações de consumidores residenciais de baixa renda, comunidades

indígenas, hospitais sem fins lucrativos, prédios públicos, estabelecimentos comerciais, sinalização semafórica.

| <b>Tipo</b>             | <b>Investimento<br/>(R\$ mil)</b> | <b>Energia Economizada<br/>(MWh/ano)</b> | <b>Redução de Demanda<br/>na Ponta (kW)</b> |
|-------------------------|-----------------------------------|--|---|
| Residencial Baixa Renda | 11.049,6                          | 21.493,5                                 | 11.772,6                                    |
| Comercial               | 3.445,3                           | 4.414,6                                  | 1.010,5                                     |
| Poder Público           | 9.808,1                           | 1.731,3                                  | 400,3                                       |
| Gestão Energética       | 2,6                               | -  | -   |
| Educacional             | 58,0                              | -  | -   |
| Outros                  | 1.029,8                           | -  | -   |
| <b>Total</b>            | <b>25.393,4</b>                   | <b>27.639,4</b>                          | <b>13.183,4</b>                             |

## **6.5. Meio ambiente**

Comprometida com o desenvolvimento, a Copel Distribuição, promove o crescimento econômico com responsabilidade socioambiental.

### **6.5.1. Licenciamento Ambiental**

O gerenciamento de licenciamentos e autorizações ambientais é realizado por meio do registro e acompanhamento dos prazos legais e do cumprimento das condicionantes ambientais associadas, visando à continuidade da operação dos empreendimentos e a minimização dos riscos de sanções legais, para implantação, operação e manutenção.

Em 2011, foram protocoladas 68 solicitações de licenças ambientais para linhas de distribuição. Em 2010, no mesmo período, foram obtidas 60 licenças.

#### **• Regularização do Licenciamento Ambiental**

Em 2009, a Controladora iniciou negociações com o Instituto Ambiental do Paraná - IAP com o objetivo de regularizar o licenciamento ambiental de Linhas de Transmissão e Subestações que iniciaram sua operação antes de fevereiro de 1986. Assim, em dezembro de 2010, a Copel e o IAP firmaram um TAC para a regularização de 197 empreendimentos da Companhia.

Até o final de 2011, a Copel havia protocolado a solicitação de regularização de 163 empreendimentos junto ao órgão ambiental, recebendo 17 Licenças de Operação. A meta para 2012 é protocolar, ainda no primeiro semestre, as solicitações dos 64 empreendimentos restantes.

#### **• Auditoria Ambiental Compulsória**

A Auditoria Ambiental Compulsória - AAC é um pré-requisito para renovação das licenças de operação de empreendimentos sujeitos a licenciamento ambiental, conforme disposto na Lei



COPEL

Copel Distribuição S.A.



Estadual nº 13.448/2002, no Decreto Estadual nº 2.076/2003 e na Resolução Conjunta SEMA/IAP nº 09/2010.

Em 2011, foram realizadas 3 AACs , sendo em duas linhas de distribuição e em uma subestação.

As AACs auxiliam na identificação de não-conformidades e oportunidades de melhoria, além de atender exigência legal para renovação do licenciamento ambiental. A partir desta identificação, são elaborados planos de ação para adequação das não-conformidades e implantação das oportunidades de melhoria, visando o aprimoramento do desempenho ambiental da Companhia.

### **6.5.2. Programa de Arborização Urbana**

Instituído em 2006, o programa incentiva a melhoria da arborização urbana dos municípios da área de concessão da Copel Distribuição, por meio de ações junto às Prefeituras, visando a convivência das redes de distribuição de energia e as árvores urbanas. O plantio de árvores adequadas em locais corretos resulta em uma menor necessidade de intervenções com podas drásticas e na redução de interrupções no fornecimento de energia, com conseqüente melhoria da imagem da Companhia junto às partes interessadas.

Até 2011, foram firmados e executados 28 convênios entre a Copel DIS e prefeituras municipais, que propiciaram a substituição de 2.389 árvores que ofereciam riscos às redes de energia e o fornecimento de 11.520 mudas adequadas à arborização de vias públicas e ao convívio com as redes de energia.

### **6.5.3. Tecnologias de redes de distribuição de energia**

Os impactos socioambientais mais significativos das redes de distribuição são: riscos de acidentes com terceiros, conflitos com a arborização e poluição visual. Para mitigar estes impactos, em locais arborizados ou em áreas rurais com vegetação protegida por lei, a Copel Distribuição adota tecnologias substitutivas às redes nuas, como a rede compacta protegida, a rede secundária isolada, a rede isolada e a rede subterrânea.

- **Rede de Distribuição Compacta Protegida - RDC e Rede de Distribuição Secundária Isolada - RSI**

As RDCs minimizam a área de interferência com a vegetação e a necessidade de poda das árvores. As RSIs permitem maior proximidade dos galhos de árvores, sem o risco de provocar interrupções em caso de contato eventual e não permanente nos condutores.

As RDCs e RSIs, juntas, representam 85,5% e 11,0% do total de redes construídas em 2011, nas áreas urbana e rural, respectivamente.

### • Rede Subterrânea

A Companhia conta hoje com aproximadamente 104,5 km de rede de média tensão, 212 km de rede de baixa tensão e 2.054 caixas e poços de inspeção. Muitos empreendimentos estão em fase de implantação (projetos, estudos e construção), a exemplo de: rede do Parque Nacional do Iguaçu (13 km) e o atendimento às comunidades no litoral do Paraná (35 km).

A Copel Distribuição, em parceria com projetistas, empreendedores e fornecedores, também estuda e viabiliza redes subterrâneas no interior de condomínios residenciais.

### • Substituição de óleo mineral isolante por óleo vegetal

A Copel Distribuição vem realizando estudos e pesquisas em transformadores e disjuntores de distribuição através da implantação de forma gradual de equipamentos isolados a óleo vegetal isolante, como segue:

- Foz do Iguaçu - 21 transformadores de 15 kV - 500 kVA na rede subterrânea;
- Cascavel - 17 transformadores de 15 kV - 112,5 kVA na rede aérea no entorno do lago municipal;
- Cascavel - 5 transformadores de 15 kV - 75 kVA na rede aérea no Parque Tarquínio;
- Maringá - 18 transformadores de 15 kV - 500 kVA na rede subterrânea;
- Curitiba - 3 reguladores de tensão de 34,5 kV - 400 kVA;
- Curitiba - 2 transformadores de 15 kV - 75 kVA na rede aérea do Almoarifado Central da Copel e
- Cascavel - 4 disjuntores nas tensões de 15 e 34,5 kV em Subestações.

Em maio de 2010, visando dar continuidade aos estudos, a Copel Distribuição instalou um transformador de distribuição isolado a óleo vegetal de Crambe, classe 15 kV, 75 kVA, na SE/PHS, operando como serviço auxiliar e alimentando todo o sistema que utiliza corrente alternada daquela subestação.

Em 2011, cinco transformadores de 15 kV - 45 kVA isolados a óleo vegetal isolante foram instalados na rede aérea de Curitiba e, em Cascavel, nove transformadores de distribuição de potências diversas que utilizavam óleo mineral isolante - OMI foram substituídos por transformadores isolados a óleo vegetal isolante - OVI.

#### **6.5.4. Gestão de Recursos Naturais**

- **Emissões e Resíduos**

##### **Iniciativas para reduzir emissões de gases de efeito estufa**

Em junho de 2011, foi aprovada e publicada no site da Companhia a Agenda Copel de Mudanças Climáticas. A Agenda apresenta os compromissos que a Companhia assume para os próximos anos em relação ao tema.

##### **Emissões**

Em 2011 foi elaborado e publicado no site do GHG Protocol Brasil o terceiro Inventário Anual de Emissões de Gases de Efeito Estufa da Copel, que apresenta as emissões da Companhia no ano de 2010. A elaboração do inventário traz reflexos positivos para a Companhia, a exemplo de sua participação no Índice Carbono Eficiente - ICO<sub>2</sub>, da BM&FBovespa.

##### **Resíduos**

Em 2011, destacam-se, no âmbito do Programa de Gestão Corporativa de Resíduos, a publicação de normas corporativas para o manejo adequado dos seguintes resíduos: baterias chumbo-ácido, lâmpadas fluorescentes e de descarga gasosa, materiais com amianto, pilhas e baterias portáteis, pneus, resíduos de construção civil, detectores de fumaça e para-raios.

Com relação ao manejo de Bifenilas Policloradas - PCBs (Ascarel), foram realizadas as seguintes ações: elaboração de norma e procedimento corporativo e contratação da descontaminação de 32.000 litros de óleo mineral isolante contaminado com PCB.

Ainda em 2011, foi contratada a elaboração de Planos de Gerenciamento de Resíduos Sólidos - PGRS de 45 instalações da Companhia e foi concluído o desenvolvimento de uma ferramenta de gestão de resíduos (Registro Corporativo de Resíduos - RCR), com implementação prevista para 2012.

Os resíduos perigosos gerados na Companhia são encaminhados a empresas especializadas no tratamento e disposição final, devidamente licenciadas para tais atividades. Para os resíduos críticos, são realizadas vistorias nestas empresas, visando garantir o pleno atendimento das cláusulas contratuais e da legislação social e ambiental vigente.

A tabela a seguir apresenta dados do tratamento e destinação final de resíduos perigosos gerados na Companhia em 2011:

| <b>Resíduo</b>                                      | <b>Unidade</b> | <b>Quantidade</b> | <b>Gastos com destinação em R\$ mil</b> | <b>Método de tratamento / disposição final</b> |
|---|----------------|-------------------|---|--|
| Lâmpadas fluorescentes (vapor de mercúrio e mistas) | un             | 126.170           | R\$ 56,8                                | Desmercurização e reciclagem                   |
| Óleo mineral isolante                               | litro          | 359.852           | R\$ 142,5                               | Regeneração interna                            |

### • Utilização de Papel e Plástico

No decorrer de 2009, foi implantado o uso de papel reciclado na Companhia, refletindo mudanças culturais, participação efetiva e engajamento dos empregados à nova prática adotada. Em 2010, o autoenvolvimento de faturas representou redução de, aproximadamente, três milhões de envelopes por mês. Em fevereiro de 2011, a Copel DIS voltou a adotar o uso de papel branco, de origem certificada, para as impressões administrativas e de materiais de comunicação.

Em novembro de 2010, foi iniciado, em uma das instalações onde trabalham cerca de dois mil empregados, projeto de substituição do uso de copos plásticos por xícaras de porcelana e copos de vidro, visando reduzir a geração de resíduos. A ação teve resultado positivo, com redução na utilização de copos e potes de plástico. Em 2011, essa boa prática foi expandida para outras instalações da Companhia.

## 7. BALANÇO SOCIAL

### BALANÇO SOCIAL ANUAL

Em 31 de dezembro de 2011 e de 2010

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

|   |   | 2011              |             | 2010              |             |
|---|---|-------------------|-------------|-------------------|-------------|
| <b>1 - BASE DE CÁLCULO</b>              |   |                   |             |                   |             |
| NE 21                                   | Receita Líquida - RL                            | 5.490.064         |             | 4.939.328         |             |
| <b>2 - INDICADORES SOCIAIS INTERNOS</b> |   | <b>% Sobre RL</b> |             | <b>% Sobre RL</b> |             |
|   | Remuneração dos administradores                 | 379               | -           | 455               | -           |
|   | Remuneração dos empregados                      | 481.806           | 8,8         | 385.171           | 7,9         |
|   | Alimentação (Auxílio alimentação e outros)      | 67.806            | 1,2         | 60.607            | 1,2         |
| NE 22.3                                 | Encargos sociais compulsórios                   | 149.319           | 2,8         | 127.300           | 2,6         |
| NE 15.3                                 | Plano previdenciário                            | 33.035            | 0,6         | 34.776            | 0,7         |
| NE 15.3                                 | Saúde (Plano assistencial)                      | 75.559            | 1,4         | 56.563            | 1,1         |
|   | Segurança e medicina no trabalho                | 5.059             | 0,1         | 5.352             | 0,1         |
|   | Educação  | 2.386             | -           | 1.985             | -           |
|   | Cultura   | 1.085             | -           | 1.735             | -           |
|   | Capacitação e desenvolvimento profissional      | 9.925             | 0,2         | 8.574             | 0,2         |
|   | Auxílio creche                                  | 770               | -           | 588               | -           |
| NE 22.3                                 | Participação nos lucros e/ou resultados         | 35.162            | 0,6         | 46.950            | 1,0         |
| NE 22.3                                 | Indenizações Trabalhistas                       | 43.250            | 0,8         | 12.420            | 0,3         |
| (1)                                     | Outros benefícios                               | 1.455             | -           | 1.290             | -           |
|   | <b>Total</b>                                    | <b>906.996</b>    | <b>16,5</b> | <b>743.766</b>    | <b>15,1</b> |
| <b>3 - INDICADORES SOCIAIS EXTERNOS</b> |   | <b>% Sobre RL</b> |             | <b>% Sobre RL</b> |             |
|   | Esporte e Cultura                               | 6.206             | 0,1         | 1.418             | -           |
| NE 22.8                                 | Lei do incentivo ao esporte                     | 1.271             | -           | 220               | -           |
| NE 22.8                                 | Lei Rouanet                                     | 4.935             | 0,1         | 1.198             | -           |
|   | <b>Outros programas</b>                         | <b>68.283</b>     | <b>1,2</b>  | <b>157.465</b>    | <b>3,2</b>  |
|   | Programa Luz para Todos                         | 34.645            | 0,6         | 102.727           | 2,2         |
|   | Programa Tarifa Noturna                         | 6.085             | 0,1         | 5.911             | 0,1         |
|   | Programa Luz Legal                              | 475               | -           | 931               | -           |
|   | Programa de Eficiência Energética - PEE         | 25.393            | 0,5         | 46.052            | 0,9         |
|   | Programa de acessibilidade                      | 364               | -           | 1.534             | -           |
| NE 22.8                                 | Fundo dos direitos da criança e do adolescente  | 1.310             | -           | 298               | -           |
|   | Outros programas                                | 11                | -           | 12                | -           |
|   | <b>Total das contribuições para a sociedade</b> | <b>74.489</b>     | <b>1,3</b>  | <b>158.883</b>    | <b>3,2</b>  |
|   | <b>Tributos (excluídos encargos sociais)</b>    | <b>3.625.415</b>  | <b>66,0</b> | <b>3.282.202</b>  | <b>66,5</b> |
|   | <b>Total</b>                                    | <b>3.699.904</b>  | <b>67,3</b> | <b>3.441.085</b>  | <b>69,7</b> |

NE - Nota Explicativa



(continuação)

|  |  | 2011              |               | 2010              |              |               |                 |
|--|--|-------------------|---------------|-------------------|--------------|---------------|-----------------|
| <b>4 - INDICADORES AMBIENTAIS</b>                                      |  | <b>% Sobre RL</b> |               | <b>% Sobre RL</b> |              |               |                 |
| <b>Investimentos relacionados com as operações da empresa</b>          |  |                   |               |                   |              |               |                 |
|  | Pesquisa & Desenvolvimento - P&D       | 140.166           | 2,6           | 112.990           | 2,3          |               |                 |
|  | Gestão de resíduos                     | 21.881            | 0,4           | 19.098            | 0,4          |               |                 |
|  | Rede Compacta                          | 2.122             | -             | 2.900             | 0,1          |               |                 |
|  | Programas de proteção de Fauna e Flora | 116.033           | 2,2           | 90.796            | 1,8          |               |                 |
|  |  | 130               | -             | 196               | -            |               |                 |
| <b>Investimentos em programas e/ou projetos externos</b>               |  |                   |               |                   |              |               |                 |
| (2)  | Educação Ambiental                     | 686               | -             | 577               | -            |               |                 |
|  | Programa Tributo às águas              | 25                | -             | 197               | -            |               |                 |
|  | Outros programas                       | 645               | -             | 357               | -            |               |                 |
|  |  | 16                | -             | 23                | -            |               |                 |
| <b>Total</b>   |  | <b>140.852</b>    | <b>2,6</b>    | <b>113.567</b>    | <b>2,3</b>   |               |                 |
| <b>(3) Quantidade de sanções ambientais</b>                            |  | <b>3</b>          |               | <b>2</b>          |              |               |                 |
| <b>Valor das sanções ambientais</b>                                    |  | <b>41</b>         |               | <b>-</b>          |              |               |                 |
| <b>5 - INDICADORES DO CORPO FUNCIONAL</b>                              |  |                   |               |                   |              |               |                 |
| <b>Empregados no final do período</b>                                  |  | <b>7.034</b>      |               | <b>6.657</b>      |              |               |                 |
| <b>Admissões durante o período</b>                                     |  | <b>781</b>        |               | <b>795</b>        |              |               |                 |
| <b>Escolaridade dos empregados(as):</b>                                |  |                   |               |                   |              |               |                 |
|  |  | <b>Total</b>      | <b>Homens</b> | <b>Mulheres</b>   | <b>Total</b> | <b>Homens</b> | <b>Mulheres</b> |
| Total Superior e extensão universitária                                |  | 2.679             | 1.883         | 796               | 2.547        | 1.798         | 749             |
| Total 2º Grau  |  | 4.073             | 3.443         | 630               | 3.806        | 3.263         | 543             |
| Total 1º Grau  |  | 282               | 259           | 23                | 305          | 283           | 22              |
| <b>Faixa etária dos empregados(as):</b>                                |  |                   |               |                   |              |               |                 |
| Abaixo de 18 anos  |  | 57                |               | 54                |              |               |                 |
| De 18 até 30 anos (exclusive)  |  | 1.576             |               | 1.468             |              |               |                 |
| De 30 até 45 anos (exclusive)  |  | 2.777             |               | 2.660             |              |               |                 |
| De 45 até 60 anos (exclusive)  |  | 2.594             |               | 2.451             |              |               |                 |
| Acima de 60 anos   |  | 30                |               | 24                |              |               |                 |
| <b>Mulheres que trabalham na empresa</b>                               |  | <b>1.449</b>      |               | <b>1.314</b>      |              |               |                 |
| <b>% Mulheres em cargos gerenciais:</b>                                |  |                   |               |                   |              |               |                 |
| em relação ao nº total de mulheres                                     |  | 4,8               |               | 4,6               |              |               |                 |
| em relação ao nº total de gerentes                                     |  | 17,8              |               | 17,2              |              |               |                 |
| <b>Negros(as) que trabalham na empresa</b>                             |  | <b>862</b>        |               | <b>794</b>        |              |               |                 |
| <b>% Negros(as) em cargos gerenciais:</b>                              |  |                   |               |                   |              |               |                 |
| em relação ao nº total de negros(as)                                   |  | 2,8               |               | 2,5               |              |               |                 |
| em relação ao nº total de gerentes                                     |  | 6,1               |               | 5,7               |              |               |                 |
| <b>Portadores(as) de necessidades especiais</b>                        |  | <b>70</b>         |               | <b>68</b>         |              |               |                 |
| <b>Dependentes</b>   |  | <b>11.075</b>     |               | <b>14.420</b>     |              |               |                 |
| <b>Estagiários(as)</b>   |  | <b>272</b>        |               | <b>764</b>        |              |               |                 |
| (4)  | <b>Terceirizados</b>                   | <b>4.465</b>      |               | <b>4.501</b>      |              |               |                 |
| <b>Nº de processos trabalhistas em andamento no final do exercício</b> |  | <b>2.209</b>      |               | <b>2.018</b>      |              |               |                 |
| <b>Nº de processos trabalhistas encerrados no exercício</b>            |  | <b>409</b>        |               | <b>735</b>        |              |               |                 |



COPEL

Copel Distribuição S.A.



(continuação)

|  | 2011                           | 2010                           |
|--|--------------------------------|--------------------------------|
| <b>6 - INFORMAÇÕES RELEVANTES QUANTO AO EXERCÍCIO DA CIDADANIA EMPRESARIAL</b>   |                                |                                |
| <b>Relação entre a maior e a menor remuneração na empresa</b>  | <b>26</b>                      | <b>39</b>                      |
| <b>Número total de Acidentes de Trabalho</b><br>(inclui acidentes com contratados)                                     | <b>191</b>                     | <b>177</b>                     |
| Os projetos sociais e ambientais desenvolvidos pela empresa foram definidos por:                                       | <b>direção e gerências</b>     | <b>direção e gerências</b>     |
| Os padrões de segurança e salubridade no ambiente de trabalho foram definidos por:                                     | <b>todos + Cipa</b>            | <b>todos + Cipa</b>            |
| Quanto à liberdade sindical, ao direito de negociação coletiva e à representação interna dos trabalhadores, a empresa: | <b>incentiva e segue a OIT</b> | <b>incentiva e segue a OIT</b> |
| A previdência privada contempla:   | <b>todos</b>                   | <b>todos</b>                   |
| A participação dos lucros ou resultados contempla:   | <b>todos</b>                   | <b>todos</b>                   |
| Na seleção dos fornecedores, os mesmos padrões éticos e de responsabilidade social e ambiental adotados pela empresa:  | <b>são exigidos</b>            | <b>são exigidos</b>            |
| Quanto à participação dos empregados em programas de trabalho voluntário, a empresa:                                   | <b>organiza e incentiva</b>    | <b>organiza e incentiva</b>    |
| <b>Número total de reclamações e críticas de consumidores(as):</b>   |                                |                                |
| na empresa   | <b>113.115</b>                 | <b>110.520</b>                 |
| no Procon  | <b>479</b>                     | <b>411</b>                     |
| na Justiça   | <b>1.600</b>                   | <b>1.302</b>                   |
| <b>% de reclamações e críticas atendidas ou solucionadas:</b>  |                                |                                |
| na empresa   | <b>100,0%</b>                  | <b>100,0%</b>                  |
| no Procon  | <b>93,9%</b>                   | <b>89,5%</b>                   |
| na Justiça   | <b>39,6%</b>                   | <b>21,9%</b>                   |

(continuação)

|  | 2011             | 2010             |
|--|------------------|------------------|
| <b>7- GERAÇÃO E DISTRIBUIÇÃO DE RIQUEZA</b>    |                  |                  |
| <b>Valor adicionado total a distribuir</b>     | <b>5.088.565</b> | <b>4.539.645</b> |
| <b>Distribuição do Valor Adicionado (DVA):</b> |                  |                  |
| Terceiros                                      | 3,3%             | 2,2%             |
| Pessoal  | 12,7%            | 11,7%            |
| Governo  | 73,5%            | 74,5%            |
| Acionistas                                     | 3,8%             | 3,7%             |
| Retido   | 6,7%             | 7,9%             |

**8 - OUTRAS INFORMAÇÕES**

• A partir de 2010, o Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas - IBASE, não mais prescreve seu modelo padrão de Balanço Social por entenderem que esta ferramenta e metodologia já se encontram amplamente difundida entre empresas, consultorias e institutos que promovem a responsabilidade social corporativa no Brasil. Assim sendo, a Copel Distribuição, que já utilizava este modelo desde 1999, resolveu, fundamentada na orientação do Ibase, melhorar sua demonstração de Balanço Social, abordando também informações solicitadas na NBCT 15, visando a transparência de suas informações.

• A Copel Distribuição é uma subsidiária integral da Copel, companhia pertencente ao Setor Energético, atuante no Estado do Paraná com CNPJ nº 04.368.898/0001-06.

(1) O item Outros Benefícios é composto por: Auxílio doença complementar, Auxílio maternidade prorrogado, Seguros, Vale transporte excedente, Auxílio invalidez e Morte acidental.

(2) Estes valores referem-se somente à Educação Ambiental da comunidade. Os valores de público interno estão incluídos em Capacitação e Desenvolvimento Profissional.

(3) Estas informações referem-se a multas e notificações socioambientais. Valores referente aos Termos de Compromisso - TCs e Termos de Ajustamento de Conduta - TACs são considerados em sociais externos ou ambientais, dependendo de sua natureza.

(4) Este número corresponde ao total de trabalhadores terceirizados contratados no período independentemente do número de horas trabalhadas. Não representa o número de postos de trabalho terceirizados.

## 8. COMPOSIÇÃO DOS GRUPOS RESPONSÁVEIS PELA GOVERNANÇA

### CONSELHO FISCAL

|                   |  |
|-------------------|--|
| Presidente        | JOAQUIM ANTONIO GUIMARÃES DE OLIVEIRA PORTES                   |
| Membros Titulares | LUIZ EDUARDO DA VEIGA SEBASTIANI<br>JOSE TAVARES DA SILVA NETO |
| Membros Suplentes | OSNI RISTOW<br>VAGO<br>ROBERTO BRUNNER                         |

### DIRETORIA

|  |                                  |
|--|----------------------------------|
| Diretor Presidente e Diretor de Distribuição       | PEDRO AUGUSTO DO NASCIMENTO NETO |
| Diretora de Gestão Corporativa                     | YÁRA CHRISTINA EISENBACH         |
| Diretor de Finanças e de Relações com Investidores | RICARDO PORTUGAL ALVES           |
| Diretor Jurídico                                   | JULIO JACOB JUNIOR               |
| Diretor de Engenharia                              | JORGE ANDRIGUETTO JUNIOR         |
| Diretor de Meio Ambiente e Cidadania Empresarial   | GILBERTO MENDES FERNANDES        |
| Diretor Adjunto                                    | LUIZ GEREMIAS DE AVIZ            |

### CONTADOR

|                              |                 |
|------------------------------|-----------------|
| Contador - CRC-PR-045809/0-2 | ADRIANO FEDALTO |
|------------------------------|-----------------|

### CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

O Conselho de Administração da Copel Distribuição S.A. foi extinto através de sua 10ª Assembléia Geral Extraordinária, ratificada pela 119ª Reunião Ordinária do Conselho de Administração da Companhia Paranaense de Energia - Copel.



## **Copel Distribuição S.A.**

CNPJ/MF 04.368.898/0001-06

Inscrição Estadual 90.233.073-99

Subsidiária Integral da Companhia Paranaense de Energia – Copel

[www.copel.com](http://www.copel.com)    [copel@copel.com](mailto:copel@copel.com)

Rua José Izidoro Biazetto, 158 – Bloco C - Mossunguê - Curitiba - PR

CEP 81200-240

# DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

## **2011**

## SUMÁRIO

|   |           |
|---|-----------|
| <b>DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS</b> .....  | <b>3</b>  |
| Balancos Patrimoniais .....   | 3         |
| Demonstrações de Resultados .....   | 5         |
| Demonstrações de Resultados Abrangentes .....   | 6         |
| Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido .....  | 7         |
| Demonstrações dos Fluxos de Caixa .....   | 8         |
| Demonstrações do Valor Adicionado .....   | 10        |
| <b>NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS</b> .....  | <b>12</b> |
| 1 Contexto Operacional .....  | 12        |
| 2 Principais Políticas Contábeis .....  | 12        |
| 3 Caixa e Equivalentes de Caixa .....   | 24        |
| 4 Aplicações Financeiras .....  | 24        |
| 5 Clientes .....  | 26        |
| 6 Repasse CRC ao Governo do Estado do Paraná .....  | 27        |
| 7 Contas a Receber Vinculadas à Concessão .....   | 29        |
| 8 Outros Créditos .....   | 30        |
| 9 Tributos .....  | 30        |
| 10 Depósitos Judiciais .....  | 34        |
| 11 Intangível .....   | 34        |
| 12 Obrigações Sociais e Trabalhistas .....  | 37        |
| 13 Fornecedores .....   | 38        |
| 14 Empréstimos e Financiamentos .....   | 39        |
| 15 Benefícios Pós-Emprego .....   | 44        |
| 16 Encargos do Consumidor a Recolher .....  | 46        |
| 17 Pesquisa e Desenvolvimento e Eficiência Energética .....   | 46        |
| 18 Outras Contas a Pagar .....  | 47        |
| 19 Contingências e Provisões para Litígios .....  | 47        |
| 20 Patrimônio Líquido .....   | 52        |
| 21 Receita Operacional Líquida .....  | 53        |
| 22 Custos e Despesas Operacionais .....   | 55        |
| 23 Resultado Financeiro .....   | 60        |
| 24 Contratos de Arrendamento Operacional .....  | 60        |
| 25 Instrumentos Financeiros .....   | 61        |
| 26 Transações com Partes Relacionadas .....   | 70        |
| 27 Seguros (não auditado) .....   | 72        |
| 28 Conta de Compensação da "Parcela A" .....  | 73        |
| 29 Eventos Subsequentes .....   | 76        |
| <b>RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS</b> .....                                   | <b>77</b> |
| <b>PARECER DO CONSELHO FISCAL SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS DO EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011</b> ..... | <b>79</b> |

**DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS**

**Balanços Patrimoniais**  
**levantados em 31 de dezembro de 2011 e 2010**  
**Valores expressos em milhares de reais - R\$**

| <b>ATIVO</b>  | <b>NE nº</b> | <b>31.12.2011</b> | <b>31.12.2010</b> |
|---|--------------|-------------------|-------------------|
| <b>CIRCULANTE</b>   |              |                   |                   |
| Caixa e equivalentes de caixa                                     | 3            | 647.783           | 669.079           |
| Aplicações financeiras - títulos e valores mobiliários            | 4            | 33.735            | 30.813            |
| Aplicações financeiras restritas - cauções e depósitos vinculados | 4            | 5                 | 201               |
| Clientes  | 5            | 1.104.328         | 931.463           |
| Repasse CRC ao Governo Estado do Paraná                           | 6            | 65.862            | 58.816            |
| Outros créditos   | 8            | 95.030            | 127.198           |
| Estoques  |              | 69.579            | 83.893            |
| Imposto de renda e contribuição social                            | 9            | 87.484            | 30.685            |
| Outros tributos correntes a recuperar                             | 9.3          | 44.871            | 30.089            |
| Despesas antecipadas  |              | 1.662             | 1.654             |
|   |              | <b>2.150.339</b>  | <b>1.963.891</b>  |
| <b>NÃO CIRCULANTE</b>   |              |                   |                   |
| <b>Realizável a Longo Prazo</b>                                   |              |                   |                   |
| Aplicações financeiras - títulos e valores mobiliários            | 4            | 658               | -                 |
| Aplicações financeiras restritas - cauções e depósitos vinculados | 4            | 37.553            | 26.280            |
| Clientes  | 5            | 32.363            | 43.729            |
| Repasse CRC ao Governo Estado do Paraná                           | 6            | 1.280.598         | 1.282.377         |
| Depósitos judiciais   | 10           | 185.994           | 147.895           |
| Contas a receber vinculadas à concessão                           | 7            | 2.225.203         | 1.637.888         |
| Outros créditos   | 8            | 3.172             | 3.280             |
| Outros tributos correntes a recuperar                             | 9.3          | 64.827            | 64.303            |
| Imposto de renda e contribuição social diferidos                  | 9            | 398.760           | 245.265           |
|   |              | <b>4.229.128</b>  | <b>3.451.017</b>  |
| <b>Investimentos</b>  |              | <b>4.012</b>      | <b>4.232</b>      |
| <b>Intangível</b>   | 11           | <b>1.246.514</b>  | <b>1.288.979</b>  |
|   |              | <b>5.479.654</b>  | <b>4.744.228</b>  |
| <b>TOTAL DO ATIVO</b>   |              | <b>7.629.993</b>  | <b>6.708.119</b>  |

As notas explicativas - NE são parte integrante das demonstrações financeiras

**Balanços Patrimoniais**  
 levantados em 31 de dezembro de 2011 e 2010  
 Valores expressos em milhares de reais - R\$

| <b>PASSIVO</b>                                     | <b>NE nº</b> | <b>31.12.2011</b> | <b>31.12.2010</b> |
|--|--------------|-------------------|-------------------|
| <b>CIRCULANTE</b>                                  |              |                   |                   |
| Obrigações sociais e trabalhistas                  | 12           | 151.184           | 118.790           |
| Fornecedores                                       | 13           | 531.187           | 444.987           |
| Obrigações fiscais                                 | 9.3          | 214.128           | 254.811           |
| Empréstimos e financiamentos                       | 14           | 17.619            | 17.950            |
| Dividendos a pagar                                 |              | 508.695           | 355.968           |
| Benefícios pós-emprego                             | 15           | 24.612            | 16.811            |
| Encargos do consumidor a recolher                  | 16           | 66.464            | 52.475            |
| Pesquisa e desenvolvimento e eficiência energética | 17           | 140.918           | 140.381           |
| Outras contas a pagar                              | 18           | 53.358            | 47.460            |
|  |              | <b>1.708.165</b>  | <b>1.449.633</b>  |
| <b>NÃO CIRCULANTE</b>                              |              |                   |                   |
| Mútuo com controladora                             | 26.4         | 781.031           | 715.539           |
| Obrigações fiscais                                 | 9.3          | -                 | 11.553            |
| Imposto de renda e contribuição social diferidos   | 9            | 66.057            | 32.563            |
| Empréstimos e financiamentos                       | 14           | 708.607           | 525.711           |
| Benefícios pós-emprego                             | 15           | 295.899           | 262.728           |
| Pesquisa e desenvolvimento e eficiência energética | 17           | 60.126            | 64.447            |
| Provisões para litígios                            | 19           | 344.273           | 329.134           |
|  |              | <b>2.255.993</b>  | <b>1.941.675</b>  |
| <b>PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>                          |              |                   |                   |
| Capital social                                     | 20           | 2.624.841         | 2.624.841         |
| Ajustes de avaliação patrimonial                   |              | 8.657             | 13.463            |
| Reserva legal                                      |              | 135.294           | 108.500           |
| Reserva de retenção de lucros                      |              | 883.575           | 570.007           |
| Dividendo adicional proposto                       |              | 13.468            | -                 |
|  |              | <b>3.665.835</b>  | <b>3.316.811</b>  |
| <b>TOTAL DO PASSIVO</b>                            |              | <b>7.629.993</b>  | <b>6.708.119</b>  |

As notas explicativas - NE são parte integrante das demonstrações financeiras



**Demonstrações de Resultados**  
**para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2011 e 2010**  
**Valores expressos em milhares de reais - R\$**

| <b>OPERAÇÕES CONTINUADAS</b>                              | <b>NE nº</b> | <b>31.12.2011</b>  | <b>31.12.2010</b>  |
|---|--------------|--------------------|--------------------|
| <b>RECEITA OPERACIONAL</b>                                | 21           | <b>5.490.064</b>   | <b>4.939.328</b>   |
| <b>Custos Operacionais</b>                                |              |                    |                    |
| Energia elétrica comprada para revenda                    | 22           | (2.365.587)        | (2.170.875)        |
| Encargos de uso da rede elétrica                          | 22           | (505.869)          | (468.723)          |
| Pessoal   | 22           | (531.307)          | (453.626)          |
| Planos previdenciário e assistencial                      | 22           | (83.862)           | (70.581)           |
| Material  | 22           | (58.949)           | (53.336)           |
| Serviços de terceiros                                     | 22           | (185.066)          | (172.389)          |
| Amortização   | 22           | (167.606)          | (157.354)          |
| Custo de construção                                       | 22           | (606.620)          | (599.634)          |
| Outros custos   | 22           | (7.223)            | (5.296)            |
|   |              | <b>(4.512.089)</b> | <b>(4.151.814)</b> |
| <b>LUCRO OPERACIONAL BRUTO</b>                            |              | <b>977.975</b>     | <b>787.514</b>     |
| <b>Outras Receitas (Despesas) Operacionais</b>            |              |                    |                    |
| Despesas com vendas                                       | 22           | (63.104)           | (46.738)           |
| Despesas gerais e administrativas                         | 22           | (311.580)          | (247.895)          |
| Outras receitas (despesas), líquidas                      | 22           | (151.308)          | (131.284)          |
|   |              | <b>(525.992)</b>   | <b>(425.917)</b>   |
| <b>LUCRO ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO E DOS TRIBUTOS</b> |              | <b>451.983</b>     | <b>361.597</b>     |
| <b>Resultado Financeiro</b>                               |              |                    |                    |
| Receitas financeiras                                      | 23           | 403.583            | 481.690            |
| Despesas financeiras                                      | 23           | (146.862)          | (102.780)          |
|   |              | <b>256.721</b>     | <b>378.910</b>     |
| <b>LUCRO OPERACIONAL</b>                                  |              | <b>708.704</b>     | <b>740.507</b>     |
| <b>IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL</b>             |              |                    |                    |
| Imposto de renda e contribuição social                    | 9            | (297.653)          | (193.982)          |
| Imposto de renda e contribuição social diferidos          | 9            | 124.835            | (22.012)           |
|   |              | <b>(172.818)</b>   | <b>(215.994)</b>   |
| <b>LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO</b>                         |              | <b>535.886</b>     | <b>524.513</b>     |
| <b>LUCRO LÍQUIDO BÁSICO E DILUÍDO POR AÇÃO - R\$</b>      |              | <b>0,2042</b>      | <b>0,1998</b>      |

As notas explicativas - NE são parte integrante das demonstrações financeiras



COPEL

Copel Distribuição S.A.



**Demonstrações de Resultados Abrangentes**  
**para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2011 e 2010**  
**Valores expressos em milhares de reais - R\$**

|   | NE nº | 31.12.2011     | 31.12.2010     |
|---|-------|----------------|----------------|
| <b>LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO</b>   |       | <b>535.886</b> | <b>524.513</b> |
| <b>Outros resultados abrangentes</b>                                      |       |                |                |
| Ganhos (perdas) com ativos financeiros disponíveis para venda - concessão | 20.3  | (7.282)        | 3.029          |
| Tributos sobre ganhos (perdas) com ativos financeiros                     | 20.3  | 2.476          | (1.030)        |
| <b>Total de outros resultados abrangentes, líquido de impostos</b>        |       | <b>(4.806)</b> | <b>1.999</b>   |
| <b>RESULTADO ABRANGENTE DO EXERCÍCIO</b>                                  |       | <b>531.080</b> | <b>526.512</b> |

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

**Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido**  
**para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2011 e 2010**  
**Valores expressos em milhares de reais - R\$**

|   | NE nº | Capital social   | Ajustes de avaliação patrimonial | Reservas de lucros |                               |                              |                   | Total            |
|---|-------|------------------|----------------------------------|--------------------|-------------------------------|------------------------------|-------------------|------------------|
|   |       |                  |                                  | Reserva legal      | Reserva de retenção de lucros | Dividendo adicional proposto | Lucros acumulados |                  |
| <b>Saldo em 1º de janeiro de 2010</b>   |       | <b>2.624.841</b> | <b>11.464</b>                    | <b>82.274</b>      | <b>237.685</b>                | <b>95.212</b>                | <b>-</b>          | <b>3.051.476</b> |
| <b>Lucro líquido do exercício</b>   |       | -                | -                                | -                  | -                             | -                            | 524.513           | 524.513          |
| <b>Outros resultados abrangentes</b>  |       |                  |                                  |                    |                               |                              |                   |                  |
| Ajuste ref. a ativos financeiros classificados como disponíveis para venda, líquido de tributos | 20.3  | -                | 1.999                            | -                  | -                             | -                            | -                 | 1.999            |
| <b>Resultado abrangente total do exercício</b>  |       | <b>-</b>         | <b>1.999</b>                     | <b>-</b>           | <b>-</b>                      | <b>-</b>                     | <b>524.513</b>    | <b>526.512</b>   |
| Deliberação do dividendo adicional proposto   |       | -                | -                                | -                  | -                             | (95.212)                     | -                 | (95.212)         |
| Destinação proposta à A.G.O.:   |       |                  |                                  |                    |                               |                              |                   |                  |
| Reserva legal   |       | -                | -                                | 26.226             | -                             | -                            | (26.226)          | -                |
| Juros sobre o capital próprio   |       | -                | -                                | -                  | -                             | -                            | (109.863)         | (109.863)        |
| Dividendos  |       | -                | -                                | -                  | -                             | -                            | (56.102)          | (56.102)         |
| Reserva de retenção de lucros   |       | -                | -                                | -                  | 332.322                       | -                            | (332.322)         | -                |
| <b>Saldo em 31 de dezembro de 2010</b>  |       | <b>2.624.841</b> | <b>13.463</b>                    | <b>108.500</b>     | <b>570.007</b>                | <b>-</b>                     | <b>-</b>          | <b>3.316.811</b> |
| <b>Lucro líquido do exercício</b>   | 20.4  | -                | -                                | -                  | -                             | -                            | 535.886           | 535.886          |
| <b>Outros resultados abrangentes</b>  |       |                  |                                  |                    |                               |                              |                   |                  |
| Ajuste ref. a ativos financeiros classificados como disponíveis para venda, líquido de tributos | 20.3  | -                | (4.806)                          | -                  | -                             | -                            | -                 | (4.806)          |
| <b>Resultado abrangente total do exercício</b>  |       | <b>-</b>         | <b>(4.806)</b>                   | <b>-</b>           | <b>-</b>                      | <b>-</b>                     | <b>535.886</b>    | <b>531.080</b>   |
| Destinação proposta à A.G.O.:   |       |                  |                                  |                    |                               |                              |                   |                  |
| Reserva legal   | 20.4  | -                | -                                | 26.794             | -                             | -                            | (26.794)          | -                |
| Juros sobre o capital próprio   | 20.4  | -                | -                                | -                  | -                             | 13.468                       | (195.524)         | (182.056)        |
| Reserva de retenção de lucros   |       | -                | -                                | -                  | 313.568                       | -                            | (313.568)         | -                |
| <b>Saldo em 31 de dezembro de 2011</b>  |       | <b>2.624.841</b> | <b>8.657</b>                     | <b>135.294</b>     | <b>883.575</b>                | <b>13.468</b>                | <b>-</b>          | <b>3.665.835</b> |

As notas explicativas - NE são parte integrante das demonstrações financeiras

**Demonstrações dos Fluxos de Caixa**  
**para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2011 e 2010**

**Valores expressos em milhares de reais - R\$**

|   | NE nº | 31.12.2011     | 31.12.2010     |
|---|-------|----------------|----------------|
| <b>Fluxos de caixa das atividades operacionais</b>  |       |                |                |
| <b>Lucro líquido do exercício</b>   |       | <b>535.886</b> | <b>524.513</b> |
| <b>Ajustes para a reconciliação do lucro líquido do exercício com a geração de caixa das atividades operacionais:</b> |       |                |                |
| Amortização do intangível   | 11    | 193.969        | 180.701        |
| Variações monetárias e cambiais não realizadas - líquidas   |       | (116.243)      | (270.507)      |
| Imposto de renda e contribuição social  |       | 297.653        | 193.982        |
| Imposto de renda e contribuição social diferidos  |       | (124.835)      | 22.012         |
| Provisão para créditos de liquidação duvidosa   | 22.6  | 40.088         | 25.954         |
| Provisão para perdas com créditos tributários   | 22.6  | 33.175         | -              |
| Provisões para litígios   | 22.6  | 49.069         | 80.959         |
| Provisão para benefícios pós-emprego  | 15.3  | 108.594        | 91.339         |
| Provisão para pesquisa e desenvolvimento e eficiência energética  | 17.2  | 48.068         | 42.480         |
| Baixas de contas a receber vinculadas à concessão   | 7.1   | 25.895         | 25.707         |
| Resultado das baixas de investimentos   |       | 207            | -              |
| Resultado das baixas de intangível  | 11    | 12.458         | 14.841         |
| <b>Redução (aumento) dos ativos</b>   |       |                |                |
| Clientes  |       | (203.755)      | (108.603)      |
| Repasse CRC ao Governo do Estado do Paraná  | 6.2   | 143.683        | 129.095        |
| Depósitos judiciais   |       | (38.099)       | (60.535)       |
| Outros créditos   |       | 32.487         | (30.561)       |
| Estoques  |       | 14.314         | (7.723)        |
| Imposto de renda e contribuição social  |       | (56.799)       | 114.406        |
| Outros tributos correntes a recuperar   |       | (36.652)       | 11.983         |
| Despesas antecipadas  |       | (8)            | (163)          |
| <b>Aumento (redução) dos passivos</b>   |       |                |                |
| Obrigações sociais e trabalhistas   |       | 32.394         | (20.772)       |
| Fornecedores  |       | 86.200         | 11.187         |
| Imposto de renda e contribuição social pagos  |       | (297.653)      | (193.982)      |
| Obrigações fiscais  |       | (46.578)       | 13.195         |
| Juros pagos de empréstimos e financiamentos   | 14    | (15.537)       | (20.211)       |
| Benefícios pós-emprego  | 15.3  | (67.622)       | (68.847)       |
| Encargos do consumidor a recolher   |       | 13.989         | 26.743         |
| Pesquisa e desenvolvimento e eficiência energética  | 17.2  | (66.175)       | (30.724)       |
| Outras contas a pagar   |       | 5.898          | 4.655          |
| Provisões para litígios   | 19    | (33.930)       | (30.217)       |
| <b>Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais</b>   |       | <b>570.141</b> | <b>670.907</b> |

(continua)

**Demonstrações dos Fluxos de Caixa**  
para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2011 e 2010

Valores expressos em milhares de reais - R\$

(continuação)

|   | NE nº | 31.12.2011       | 31.12.2010       |
|---|-------|------------------|------------------|
| <b>Fluxos de caixa das atividades de investimento</b>           |       |                  |                  |
| Aplicações financeiras  |       | (2.726)          | (11.961)         |
| Adições no intangível   | 11    | (790.285)        | (632.525)        |
| Participação financeira dos consumidores                        | 11    | 94.396           | 89.176           |
| <b>Caixa líquido utilizado pelas atividades de investimento</b> |       | <b>(698.615)</b> | <b>(555.310)</b> |
| <b>Fluxos de caixa das atividades de financiamento</b>          |       |                  |                  |
| Empréstimos obtidos com terceiros                               | 14    | 152.219          | 388.116          |
| Amortização de principal de empréstimos e financiamentos        | 14    | (15.712)         | (10.625)         |
| Juros sobre o capital próprio pagos                             |       | (29.329)         | (16.477)         |
| <b>Caixa líquido gerado pelas atividades de financiamento</b>   |       | <b>107.178</b>   | <b>361.014</b>   |
| <b>Total dos efeitos no caixa e equivalentes de caixa</b>       |       | <b>(21.296)</b>  | <b>476.611</b>   |
| Saldo inicial de caixa e equivalentes de caixa                  | 3     | 669.079          | 192.468          |
| Saldo final de caixa e equivalentes de caixa                    | 3     | 647.783          | 669.079          |
| <b>Variação no caixa e equivalentes de caixa</b>                |       | <b>(21.296)</b>  | <b>476.611</b>   |

As notas explicativas - NE são parte integrante das demonstrações financeiras

**Demonstrações do Valor Adicionado**  
para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2011 e 2010

Valores expressos em milhares de reais - R\$

|   | NE nº | 31.12.2011       | 31.12.2010       |
|---|-------|------------------|------------------|
| <b>Receitas</b>                                       |       |                  |                  |
| Venda de energia, serviços e outras receitas          | 21    | 8.605.408        | 7.605.567        |
| Receita de construção                                 | 21    | 606.620          | 599.634          |
| Resultado alienação/desativação bens e direitos       |       | 2.579            | 1.953            |
| Provisão para créditos de liquidação duvidosa         | 22.6  | (40.088)         | (25.954)         |
| <b>Total</b>  |       | <b>9.174.519</b> | <b>8.181.200</b> |
| <b>( - ) Insumos adquiridos de terceiros</b>          |       |                  |                  |
| Energia elétrica comprada para revenda                |       | 2.590.624        | 2.375.893        |
| Encargos de uso da rede elétrica ( - ) ESS            |       | 546.316          | 475.412          |
| Material, insumos e serviços de terceiros             |       | 386.291          | 349.389          |
| Custo de construção                                   | 22.7  | 606.620          | 599.634          |
| Perda / Recuperação de valores ativos                 |       | 48.461           | 39.090           |
| Outros encargos                                       |       | 13.882           | 12.776           |
| Outros insumos  |       | 106.974          | 94.242           |
| <b>Total</b>  |       | <b>4.299.168</b> | <b>3.946.436</b> |
| <b>( = ) VALOR ADICIONADO BRUTO</b>                   |       | <b>4.875.351</b> | <b>4.234.764</b> |
| <b>( - ) Depreciação e amortização</b>                | 22    | <b>193.969</b>   | <b>180.701</b>   |
| <b>( = ) VALOR ADICIONADO LÍQUIDO</b>                 |       | <b>4.681.382</b> | <b>4.054.063</b> |
| <b>( + ) Valor adicionado transferido</b>             |       |                  |                  |
| Receitas financeiras e despesas financeiras negativas | 23    | 407.183          | 485.582          |
| <b>Total</b>  |       | <b>407.183</b>   | <b>485.582</b>   |
| <b>VALOR ADICIONADO A DISTRIBUIR</b>                  |       | <b>5.088.565</b> | <b>4.539.645</b> |

(continua)

**Demonstrações do Valor Adicionado**  
para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2011 e 2010

Valores expressos em milhares de reais - R\$

(continuação)

|   | NE nº | 31.12.2011       | %            | 31.12.2010       | %            |
|---|-------|------------------|--------------|------------------|--------------|
| <b>DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO :</b> |       |                  |              |                  |              |
| <b>Pessoal</b>                            |       |                  |              |                  |              |
| Remunerações e honorários                 | 22.3  | 483.640          |              | 386.917          |              |
| Planos previdenciário e assistencial      |       | 104.234          |              | 86.359           |              |
| Auxílio alimentação e educação            | 22.3  | 54.922           |              | 49.716           |              |
| Encargos sociais - FGTS                   |       | 32.525           |              | 27.449           |              |
| Indenizações trabalhistas                 | 22.3  | 43.250           |              | 12.420           |              |
| Participação nos lucros e/ou resultados   | 22.3  | 35.162           |              | 46.950           |              |
| Apropriação no intangível em curso        | 22.3  | (108.911)        |              | (76.469)         |              |
| <b>Total</b>                              |       | <b>644.822</b>   | <b>12,7</b>  | <b>533.342</b>   | <b>11,7</b>  |
| <b>Governo</b>                            |       |                  |              |                  |              |
| Federal                                   |       | 1.523.455        |              | 1.409.111        |              |
| Estadual                                  |       | 2.217.923        |              | 1.972.027        |              |
| Municipal                                 |       | 832              |              | 915              |              |
| <b>Total</b>                              |       | <b>3.742.210</b> | <b>73,5</b>  | <b>3.382.053</b> | <b>74,5</b>  |
| <b>Terceiros</b>                          |       |                  |              |                  |              |
| Juros e multas                            |       | 147.113          |              | 87.345           |              |
| Arrendamentos e aluguéis                  | 24.1  | 11.018           |              | 10.677           |              |
| Doações, subvenções e contribuições       | 22.8  | 7.516            |              | 1.716            |              |
| <b>Total</b>                              |       | <b>165.647</b>   | <b>3,3</b>   | <b>99.738</b>    | <b>2,2</b>   |
| <b>Acionistas</b>                         |       |                  |              |                  |              |
| Remuneração do capital próprio            |       | 195.524          |              | 109.863          |              |
| Dividendos propostos                      |       | -                |              | 56.102           |              |
| Lucros retidos na empresa                 |       | 340.362          |              | 358.547          |              |
| <b>Total</b>                              |       | <b>535.886</b>   | <b>10,5</b>  | <b>524.512</b>   | <b>11,6</b>  |
|   |       | <b>5.088.565</b> | <b>100,0</b> | <b>4.539.645</b> | <b>100,0</b> |

As notas explicativas - NE são parte integrante das demonstrações financeiras



COPEL

Copel Distribuição S.A.



## **NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS**

**para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2011 e 2010**

**Valores expressos em milhares de reais - R\$**

### **1 Contexto Operacional**

A Copel Distribuição S.A. (Copel Distribuição ou Companhia), com sede na rua José Izidoro Biazzetto, 158, bloco C, Curitiba, Estado do Paraná, é uma sociedade anônima, de capital fechado, subsidiária integral da Companhia Paranaense de Energia - Copel (Copel ou Controladora). Explora a distribuição e a comercialização regulada de energia elétrica a 1.117 localidades, pertencentes a 396 municípios. São atendidos 395 municípios no Estado do Paraná, e também o município de Porto União, no Estado de Santa Catarina.

### **2 Principais Políticas Contábeis**

#### **2.1 Declaração de conformidade**

As demonstrações financeiras da Companhia foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira, as orientações, as interpretações e os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC, aprovados pela Comissão dos Valores Mobiliários - CVM e pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC.

#### **2.2 Base de elaboração**

A autorização para a emissão das demonstrações financeiras ocorreu em 10.04.2012 pela Administração da Companhia.

As demonstrações financeiras foram elaboradas com base no custo histórico, exceto para instrumentos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado e ativos financeiros disponíveis para venda mensurados ao valor justo.

#### **2.3 Moeda funcional e moeda de apresentação**

As demonstrações financeiras são apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Companhia. Todas as informações financeiras apresentadas em Real foram arredondadas para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.



## **2.4 Uso de estimativas e julgamentos**

De acordo com os CPCs, a preparação das demonstrações financeiras exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

Estimativas e premissas são revistas de uma maneira contínua. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no exercício em que as estimativas são revisadas e em quaisquer exercícios futuros afetados.

As informações sobre julgamentos críticos referentes às políticas contábeis adotadas que apresentam efeitos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

NE nº 7 - Contas a Receber Vinculadas à Concessão;

NE nº 9.2 - Imposto de renda e contribuição social diferidos;

NE nº 11 - Contrato de concessão da Copel Distribuição; e

NE nº 24 - Contratos de Arrendamento Operacional.

As informações sobre incertezas sobre premissas e estimativas que possuam um risco significativo de resultar em um ajuste material dentro do próximo exercício financeiro estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

NE nº 2.12.1 - Receita não faturada;

NE nº 2.21 - Avaliação do valor de recuperação dos ativos;

NE nº 5 - Clientes (PCLD, CCEE e Receita não faturada);

NE nº 11 - Intangível;

NE nº 15 - Benefícios Pós-Emprego

NE nº 19 - Contingências e Provisões para Litígios; e

NE nº 25 - Instrumentos Financeiros.

## **2.5 Caixa e equivalentes de caixa**

Compreendem os saldos de caixa, depósitos bancários à vista e aplicações financeiras de curto prazo de alta liquidez, que possam ser resgatadas no prazo de 90 dias da data de contratação, que são prontamente conversíveis em caixa. Essas aplicações financeiras estão demonstradas ao custo, acrescido dos rendimentos auferidos até a data de encerramento do exercício, com liquidez imediata, e estão sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor.

## **2.6 Clientes**

Englobam o fornecimento e o suprimento de energia faturada, a estimativa de energia fornecida não faturada até o encerramento do balanço e encargos de uso da rede contabilizados com base no regime de competência.

## **2.7 Ajuste a valor presente**

Os elementos ativos e passivos quando aplicáveis e relevantes são trazidos ao seu valor presente considerando os prazos e taxas das referidas transações.

O parcelamento de débitos de clientes e as contas a receber vinculadas à concessão, quando aplicáveis são trazidos a valor presente, considerando o montante a ser descontado, as datas de realização, as datas de liquidação e a taxa de desconto.

## **2.8 Aplicações financeiras**

Incluem instrumentos financeiros classificados como disponíveis para venda, mantidos para negociação e mantidos até o vencimento. O tratamento contábil destes instrumentos financeiros está descrito no item 2.25.

## **2.9 Provisão para créditos de liquidação duvidosa - PCLD**

A PCLD é reconhecida em valor considerado suficiente pela Administração para cobrir as perdas na realização de contas a receber de consumidores e de títulos a receber, cuja recuperação é considerada improvável.

É constituída com base nos valores a receber dos consumidores da classe residencial vencidos há mais de 90 dias, da classe comercial vencidos há mais de 180 dias e das classes industrial, rural, poderes públicos, iluminação pública e serviços públicos vencidos há mais de 360 dias, além da experiência da Administração em relação ao histórico das perdas efetivas, considerando os parâmetros recomendados pela Aneel. Engloba os recebíveis faturados, até o encerramento do balanço, contabilizados com base no regime de competência.

## **2.10 Dividendos e juros sobre capital próprio**

A distribuição de dividendos e de juros sobre capital é reconhecida como um passivo nas demonstrações financeiras da Companhia ao final do exercício, com base em seu estatuto social. Todavia, qualquer valor acima do mínimo obrigatório somente é registrado no passivo na data em que são aprovados e declarados em Assembleia Geral. O benefício fiscal dos juros sobre capital próprio é reconhecido na demonstração de resultado no momento do seu registro em contas a pagar.

## **2.11 Apuração do resultado**

As receitas, custos e despesas são reconhecidas pelo regime de competência, ou seja, quando os produtos são entregues e os serviços efetivamente prestados, independentemente de recebimento

ou pagamento.

## **2.12 Reconhecimento da receita**

As receitas operacionais são reconhecidas quando: (i) o valor da receita é mensurável de forma confiável; (ii) os custos incorridos ou que serão incorridos em respeito à transação podem ser mensurados de maneira confiável; (iii) é provável que os benefícios econômicos sejam recebidos pela Companhia; e (iv) os riscos e benefícios tenham sido integralmente transferidos ao comprador.

A receita é mensurada pelo valor justo da contrapartida recebida ou a receber, deduzida de descontos e/ou bonificações concedidos e encargos sobre vendas.

### 2.12.1 Receita não faturada

Corresponde ao reconhecimento da receita de fornecimento e suprimento de energia elétrica e de encargos de uso da rede elétrica, não faturada ao consumidor, calculada em base estimada referente ao período, após a medição mensal e até o último dia do mês.

### 2.12.2 Prestação de serviços

A receita de um contrato para prestação de serviços é reconhecida de acordo com o estágio de conclusão do contrato, que é assim determinado:

- Os honorários de instalação são reconhecidos de acordo com o estágio de conclusão dos serviços de instalação, determinados proporcionalmente entre o tempo total estimado para os serviços e o tempo decorrido até o final de cada período de relatório;
- Os honorários de serviços incluídos no preço de produtos vendidos são reconhecidos proporcionalmente ao seu custo total, considerando as tendências históricas no número de serviços realmente prestados em produtos vendidos anteriormente; e
- A receita referente a serviços com base em tempo e materiais contratados é reconhecida às taxas contratuais conforme as horas trabalhadas e quando as despesas diretas são incorridas.

### 2.12.3 Receita de construção e custo de construção

A Interpretação Técnica - ICPC 01 estabelece que o concessionário de energia elétrica deve registrar e mensurar a receita dos serviços que presta de acordo com o CPC 17 - Contratos de Construção e o CPC 30 - Receitas, mesmo quando regidos por um único contrato de concessão. A Companhia contabiliza receitas de construção relativas a serviços de construção da infraestrutura utilizada na prestação de serviços de distribuição de energia elétrica.

Os respectivos custos são reconhecidos, quando incorridos na demonstração do resultado do exercício como custo de construção.

Considerando que a Companhia terceiriza a construção de infraestrutura de distribuição com partes não relacionadas e o grande volume de obras é realizado em curto prazo de tempo, a

margem de construção para a atividade de distribuição resulta em valores não significativos, admitindo-se como valores próximos a zero.

#### 2.12.4 Receita de juros

A receita de juros é reconhecida quando for provável que os benefícios econômicos futuros deverão fluir para a Companhia e o valor da receita possa ser mensurado com confiabilidade. A receita de juros é reconhecida pelo método linear com base no tempo e na taxa de juros efetiva sobre o montante do principal em aberto, sendo a taxa de juros efetiva aquela que desconta exatamente os recebimentos de caixa futuros estimados durante a vida estimada do ativo financeiro em relação ao valor contábil líquido inicial desse ativo.

#### 2.12.5 Receita de aluguel

A política da Companhia para o reconhecimento de receita de arrendamentos operacionais está descrita na NE nº 2.13.1.

### **2.13 Arrendamento**

Os arrendamentos são classificados como financeiros sempre que os termos do contrato de arrendamento transferirem substancialmente todos os riscos e benefícios da propriedade do bem para o arrendatário. Todos os outros arrendamentos são classificados como operacionais.

#### 2.13.1 A Companhia como arrendadora

A receita de aluguel oriunda de arrendamento operacional é reconhecida pelo método linear durante o período de vigência do arrendamento em questão.

#### 2.13.2 A Companhia como arrendatária

Os pagamentos referentes aos arrendamentos operacionais são reconhecidos como despesa pelo método linear pelo período de vigência do contrato, exceto quando outra base sistemática é mais representativa para refletir o momento em que os benefícios econômicos do ativo arrendado são consumidos.

### **2.14 Operações de compra e venda de energia elétrica na Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE**

Os registros das operações de compra e venda de energia na CCEE são reconhecidos pelo regime de competência de acordo com informações divulgadas por aquela entidade ou por estimativa preparada pela Administração da Companhia quando essas informações não estão disponíveis tempestivamente.



COPEL

Copel Distribuição S.A.



### **2.15 Programa de Pesquisa e Desenvolvimento - P&D e Programa de Eficientização Energética - PEE**

São programas de investimentos em pesquisa e desenvolvimento e em eficiência energética, para os quais as concessionárias de energia elétrica estão obrigadas a destinar 1% de sua receita operacional líquida, conforme Lei nº 9.991/00 e regulamentação nas Resoluções Aneel nº 300/08 e 316/08.

### **2.16 Provisão de custos socioambientais ou obrigações socioambientais**

As obrigações ambientais são reconhecidas no passivo quando suas ocorrências forem prováveis e possam ser razoavelmente estimadas.

É registrada à medida que a Companhia assume obrigações formais com reguladores ou tenha conhecimento de potencial risco relacionado às questões socioambientais, cujos desembolsos de caixa sejam considerados prováveis e seus valores possam ser estimados. Durante a fase de implantação do empreendimento, os valores provisionados são registrados em contrapartida ao ativo intangível em curso. Após a entrada em operação comercial do empreendimento, todos os custos ou despesas incorridos com programas socioambientais relacionados com as licenças de operação e manutenção do empreendimento são registrados diretamente no resultado do exercício.

### **2.17 Benefícios pós-emprego**

A Companhia patrocina planos de benefícios a empregados, descritos em detalhes na NE nº 15. Os valores destes compromissos atuariais (contribuições, custos, passivos e ou ativos) são calculados anualmente por atuário independente com data base que coincide com o encerramento do exercício e são registrados nos termos da deliberação CVM 600/09, CPC 33.

A adoção do método da unidade de crédito projetada agrega cada ano de serviço como fato gerador de uma unidade adicional de benefício, somando-se até o cálculo da obrigação final.

São utilizadas outras premissas atuariais que levam em conta tabelas biométricas e econômicas, além de dados históricos dos planos de benefícios, obtidos da Fundação Copel, entidade que administra estes planos.

Ganhos ou perdas atuariais motivados por alterações de premissas e/ou ajustes atuariais são reconhecidos seguindo a regra do corredor, ou seja, os ganhos e perdas somente serão reconhecidos nos resultados na extensão que superarem 10% dos ativos do plano ou 10% do passivo de benefício a empregados projetado acumulado, dos dois, o maior.

### **2.18 Impostos e contribuições**

As receitas de vendas e de serviços estão sujeitas à tributação pelo Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços - ICMS e Imposto sobre Serviços - ISS às alíquotas vigentes, assim como



COPEL

Copel Distribuição S.A.



à tributação pelo Programa de Integração Social - PIS, Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Público - Pasep e pela Contribuição para Financiamento da Seguridade Social - Cofins.

Os créditos decorrentes da não cumulatividade do PIS/Pasep e da Cofins são apresentados deduzindo o custo das mercadorias vendidas na demonstração do resultado.

Os créditos decorrentes da não cumulatividade do ICMS relacionados às aquisições para o ativo fixos são apresentados deduzindo os respectivos custos de aquisição.

As antecipações ou valores passíveis de compensação são demonstrados no ativo circulante ou não circulante, de acordo com a previsão de sua realização.

A tributação sobre o lucro compreende o imposto de renda e a contribuição social calculados com base nos resultados tributáveis (lucro ajustado) e às alíquotas aplicáveis segundo a legislação vigente, sendo 15%, acrescido de 10% sobre o que exceder a R\$ 240 anuais, para o imposto de renda, e 9% para a contribuição social.

Os créditos tributários diferidos de imposto de renda e da contribuição social, decorrentes de diferenças temporárias e de prejuízo fiscal ou base negativa da contribuição social, são reconhecidos somente na possibilidade de existir base tributável que permitam sua realização. O imposto de renda e a contribuição social diferidos ativos são mensurados a partir dos prejuízos fiscais, base negativa de contribuição social e diferenças temporárias, aplicando-se as alíquotas vigentes dos citados tributos, e consideram a expectativa de geração de lucros tributáveis futuros, fundamentada em estudo técnico de viabilidade, aprovado pelo Conselho de Administração - CAD da Controladora.

A Medida Provisória nº 449/08, convertida na Lei 11.941/09, criou o Regime Tributário de Transição - RTT, aplicável à pessoa jurídica sujeita ao Imposto de Renda da Pessoa Jurídica - IRPJ com base no Lucro Real. A adoção deste regime foi optativa para os anos de 2008 e 2009, sendo que para o ano de 2010 passou a ser obrigatória e vigorará até a entrada em vigor de lei que discipline os efeitos tributários dos novos métodos e critérios contábeis, buscando a neutralidade tributária.

Este regime tem como objetivo neutralizar o potencial impacto tributário decorrente das modificações dos critérios de reconhecimento contábeis das receitas, custos e despesas introduzidas pela Lei nº 11.638/07.

Com a adoção deste regime, as modificações dos critérios de reconhecimento das receitas, custos e despesas não geram efeitos na apuração da base de cálculo dos tributos, tanto sobre as receitas quanto sobre o lucro, devendo ser considerados, para fins tributários, os métodos e critérios contábeis vigentes em 31.12.2007.

## **2.19 Contas a receber vinculadas à concessão**

### **2.19.1 Ativo financeiro - distribuição**

Refere-se à indenização prevista no contrato de concessão de serviços públicos de distribuição de energia elétrica e que no entendimento da Companhia assegura o direito incondicional de receber caixa ao final da concessão, a ser pago pelo Poder Concedente (Aneel). Essa indenização tem como objetivo reembolsar a Companhia pelos investimentos efetuados em infraestrutura e que não foram recuperados, por meio da tarifa, até o vencimento da concessão, por possuírem vida útil superior ao prazo da concessão.

Estes ativos financeiros, por não possuírem fluxos de caixa fixos determináveis, uma vez que a Companhia utiliza a premissa de que o valor da indenização terá como base o custo de reposição dos ativos da concessão, e por não possuírem as características necessárias para serem classificados nas demais categorias de ativos financeiros, são classificados como “disponíveis para venda”. Os fluxos de caixa atrelados a esses ativos são determinados considerando o valor da base tarifária denominada Base de Remuneração Regulatória - BRR, definida pelo Poder Concedente, cuja metodologia utilizada é o custo de reposição dos bens integrantes da infraestrutura de distribuição vinculada à concessão. Essa base tarifária (BRR) é revisada a cada quatro anos considerando diversos fatores e tem como objetivo refletir a variação de preços dos ativos físicos, incluindo as baixas, depreciações e adições dos bens integrantes desta infraestrutura (ativo físico).

A remuneração deste ativo financeiro é baseada no Custo Médio Ponderado de Capital - WACC regulatório homologado pela Aneel no processo de revisão tarifária periódica a cada quatro anos e seu montante está incluído na composição da receita de tarifa faturada aos consumidores e recebida mensalmente.

Nos períodos intercalares entre a data da última e próxima revisão tarifária periódica, o saldo do ativo financeiro deve ser ajustado pela expectativa da Administração de aumento ou redução dos seus fluxos de caixa vinculados à atualização e movimentação dos bens integrantes da infraestrutura (ativo físico). Essas variações da estimativa de fluxo de caixa são registradas diretamente no resultado do exercício.

Por não existir um mercado ativo para negociação deste ativo financeiro, a Companhia mensura seu valor justo utilizando os mesmos componentes da taxa de remuneração regulatória estabelecida pela Aneel (WACC regulatório). Esses componentes atualizados na data do balanço determinam a nova taxa de juros utilizada pela Companhia para trazer a valor presente os fluxos de caixa fixos estabelecidos na última revisão tarifária e previstos até a próxima revisão, em 2012. Devido à natureza deste ativo financeiro, a Companhia entende que esta metodologia é a que melhor reflete o valor justo na visão dos participantes do mercado, uma vez que a taxa de retorno estabelecida pela Aneel leva em consideração, além das taxas livres de riscos, os demais riscos

inerentes ao setor. Os ajustes decorrentes do valor justo decorrentes de WACC regulatório são reconhecidos no Patrimônio Líquido.

## **2.20 Ativos intangíveis**

### **2.20.1 Contrato de concessão - distribuição**

Compreende o direito ao acesso e de exploração da infraestrutura, construída ou adquirida pelo operador ou fornecida para ser utilizada pelo operador como parte do contrato de concessão do serviço público de energia elétrica (direito de cobrar dos usuários o serviço público por ela prestado), em consonância com o CPC 04 - Ativos intangíveis, a ICPC 01 e a OCPC 05 - Contratos de Concessão.

O ativo intangível é determinado como sendo a parcela remanescente após a determinação do ativo financeiro (valor residual), em virtude de sua recuperação estar condicionada à utilização do serviço público, neste caso, do consumo de energia pelos consumidores, portanto, com risco de demanda.

É reconhecido pelo valor justo de aquisição e de construção, deduzido da amortização acumulada e das perdas por redução ao valor recuperável, quando aplicável.

A amortização do intangível reflete o padrão em que se espera que os benefícios econômicos futuros do ativo sejam consumidos pela Copel Distribuição, com expectativa de amortização média do saldo a 29% ao ano, limitados ao prazo da concessão.

### **2.20.2 Baixa de ativos intangíveis**

Um ativo intangível é baixado quando não há benefícios econômicos futuros resultantes do uso ou da alienação. Os ganhos ou as perdas resultantes da baixa de um ativo intangível, mensurados como a diferença entre as receitas líquidas da alienação e o valor contábil do ativo, são reconhecidos no resultado quando o ativo é baixado.

### **2.20.3 Ativos intangíveis sem vida útil definida**

A Companhia não possui ativos intangíveis sem vida útil definida.

## **2.21 Avaliação do valor de recuperação dos ativos**

Os bens do intangível são avaliados anualmente para identificar evidências de perdas não recuperáveis ou, ainda, sempre que eventos ou alterações significativas nas circunstâncias indiquem que o valor contábil pode não ser recuperável. Quando houver perda, decorrente das situações em que o valor contábil do ativo ultrapasse seu valor recuperável, definido pelo maior valor entre o valor em uso do ativo e o valor de preço líquido de venda do ativo, esta é reconhecida no resultado do exercício.





COPEL

Copel Distribuição S.A.



## **2.22 Materiais em estoque**

Os materiais no almoxarifado, classificados no ativo circulante, estão registrados pelo custo médio de aquisição.

## **2.23 Provisões**

As provisões são reconhecidas para obrigações presentes (legal ou constituída) resultantes de eventos passados, em que seja possível estimar os valores de forma confiável e cuja liquidação seja provável.

As estimativas de desfechos e de efeitos financeiros são determinadas pelo julgamento da Administração da Companhia, complementados pela experiência de transações semelhantes e, em alguns casos, por relatórios de peritos independentes. As evidências consideradas devem incluir qualquer evidência adicional fornecida por eventos subsequentes à data do balanço.

Quando alguns ou todos os benefícios econômicos requeridos para a liquidação de uma provisão são esperados que sejam recuperados de um terceiro, um ativo é reconhecido se, e somente se, o reembolso for virtualmente certo e o valor puder ser mensurado de forma confiável.

## **2.24 Lucro líquido por ação**

O lucro ou prejuízo líquido por ação é calculado com base na média ponderada do número de ações durante o período de divulgação.

## **2.25 Instrumentos financeiros**

Os ativos e passivos financeiros são reconhecidos quando a Companhia for parte das disposições contratuais do instrumento.

Instrumentos financeiros não derivativos incluem caixa e equivalentes de caixa, clientes, repasse CRC ao governo do Estado do Paraná, aplicações financeiras, contas a receber vinculadas à concessão, empréstimos e financiamentos, fornecedores, dentre outras. Estes instrumentos financeiros são reconhecidos imediatamente na data de negociação, ou seja, na concretização do surgimento da obrigação ou do direito. São inicialmente registrados pelo valor justo acrescido ou deduzido de quaisquer custos de transação diretamente atribuíveis. Posteriormente ao reconhecimento inicial, são mensurados conforme descrito a seguir:

### **Ativos financeiros**

#### **2.25.1 Instrumentos financeiros mantidos até o vencimento**

Se a Companhia tem intenção e capacidade de manter até o vencimento seus ativos financeiros, esses são classificados como “mantidos até o vencimento”. Ativos mantidos até o vencimento são mensurados pelo custo amortizado utilizando o método da taxa de juros efetiva, deduzido de eventuais reduções em seu valor recuperável.

#### 2.25.2 Instrumentos financeiros disponíveis para venda

A mensuração inicial e subsequente dos instrumentos financeiros classificados como “disponível para venda” é efetuada com base no valor justo, sendo que a variação do valor justo proveniente da diferença entre a taxa de juros de mercado e a taxa de juros efetiva é registrada diretamente no patrimônio líquido, líquido dos efeitos tributários, como ajuste de avaliação patrimonial, sem transitar pelo resultado do exercício. A parcela dos juros definidos no início do contrato, calculada com base no método de juros efetivos, assim como quaisquer mudanças na expectativa de fluxo de caixa, são registradas no resultado do exercício.

No momento da liquidação de um instrumento financeiro classificado como “disponível para venda”, as perdas ou os ganhos acumulados no patrimônio líquido são reconhecidos no resultado do exercício.

#### 2.25.3 Instrumentos financeiros ao valor justo através do resultado

Um instrumento é classificado pelo valor justo através do resultado se for mantido para negociação, ou designado como tal quando do reconhecimento inicial. Os instrumentos financeiros são registrados pelo valor justo através do resultado se a Companhia gerencia esses investimentos e toma as decisões de compra e venda com base em seu valor justo, de acordo com a estratégia de investimento e gerenciamento de risco documentado pela Companhia. Após reconhecimento inicial, custos de transação atribuíveis são reconhecidos nos resultados quando incorridos.

#### 2.25.4 Empréstimos e recebíveis

São designados para essa categoria somente os ativos não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis que não estão cotados em um mercado ativo, reconhecidos pelo método do custo amortizado com base na taxa de juros efetiva.

### **Passivos financeiros**

#### 2.25.5 Passivos financeiros

Os passivos financeiros são classificados como “Passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado” ou “Outros passivos financeiros”.

#### 2.25.6 Passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado

Os passivos financeiros são classificados como “ao valor justo por meio do resultado” quando são mantidos para negociação ou designados como tais no reconhecimento inicial.

Os ganhos ou as perdas líquidos reconhecidos no resultado incorporam os juros pagos pelo passivo financeiro. O valor justo é determinado conforme descrito na NE nº 25.1.

#### 2.25.7 Outros passivos financeiros

Os outros passivos financeiros (incluindo empréstimos) são mensurados pelo valor de custo amortizado utilizando o método de juros efetivos.

O método de juros efetivos é utilizado para calcular o custo amortizado de um passivo financeiro e alocar sua despesa de juros pelo respectivo período. A taxa de juros efetiva é a taxa que desconta exatamente os fluxos de caixa futuros estimados (inclusive honorários pagos ou recebidos que constituem parte integrante da taxa de juros efetiva, custos da transação e outros prêmios ou descontos) ao longo da vida estimada do passivo financeiro ou, quando apropriado, por um período menor, para o reconhecimento inicial do valor contábil líquido.

#### 2.25.8 Baixas de passivos financeiros

A Companhia baixa passivos financeiros somente quando as obrigações da Companhia são extintas e canceladas ou quando liquidadas. A diferença entre o valor contábil do passivo financeiro baixado e a contrapartida paga e a pagar é reconhecida no resultado.

### **2.26 Demonstração do Valor Adicionado - DVA**

Essa demonstração financeira tem por finalidade evidenciar a riqueza gerada pela Companhia e sua distribuição durante determinado período e é apresentada conforme requerido pela legislação societária brasileira.

### **2.27 Normas novas, alterações e interpretações de normas que ainda não estão em vigor**

As seguintes novas normas, alterações e interpretações de normas foram emitidas pelo IASB mas não estão em vigor para o exercício de 2011. A adoção antecipada dessas normas, embora encorajada pelo IASB, não foi permitida, no Brasil, pelo CPC. A Companhia está analisando o impacto destas novas normas em suas demonstrações financeiras.

- IAS 19 - Benefícios a Empregados;
- IAS 1 - Apresentação das Demonstrações Financeiras;
- IFRS 9 - Instrumentos Financeiros;
- IFRS 11 - Acordos em Conjunto; e
- IFRS 13 - Mensuração de Valor Justo.

Não há outras normas IFRS ou interpretações IFRIC que ainda não entraram em vigor que poderiam ter impacto significativo sobre a Companhia.

### 3 Caixa e Equivalentes de Caixa

|   | 31.12.2011     | 31.12.2010     |
|---|----------------|----------------|
| Caixa e bancos conta movimento              | 29.031         | 49.824         |
| Aplicações financeiras de liquidez imediata | 618.752        | 619.255        |
|   | <b>647.783</b> | <b>669.079</b> |

As aplicações financeiras de liquidez imediata são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e estão sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor. Essas aplicações financeiras referem-se a Certificados de Depósitos Bancários - CDB e operações compromissadas, que se caracterizam pela venda de título com o compromisso, por parte do vendedor (Banco) de recomprá-lo, e do comprador de revendê-lo no futuro. As aplicações foram remuneradas em média à taxa de 101% da variação do Certificado de Depósito Interbancário - CDI em 31.12.2011 (100% da variação do CDI em 31.12.2010).

### 4 Aplicações Financeiras

|  | 31.12.2011    | 31.12.2010    |
|--|---------------|---------------|
| <b>Ativo circulante</b>                      |               |               |
| Títulos e valores mobiliários (4.1)          | 33.735        | 30.813        |
| Cauções e depósitos vinculados               | 5             | 201           |
|  | <b>33.740</b> | <b>31.014</b> |
| <b>Ativo não circulante</b>                  |               |               |
| Títulos e valores mobiliários (4.1)          | 658           | -             |
| Cauções e dep. vinculados (STN - NE nº 14.1) | 37.553        | 26.280        |
|  | <b>38.211</b> | <b>26.280</b> |

**4.1 Títulos e valores mobiliários**

| <b>Categoria</b>                         | <b>Nível</b> | <b>Indexador</b>           | <b>31.12.2011</b> | <b>31.12.2010</b> |
|--|--------------|----------------------------|-------------------|-------------------|
| <b>Títulos disponíveis para venda</b>    |              |                            |                   |                   |
| CDB                                      | 2            | CDI                        | 18.776            | 22.803            |
| Operação Compromissada                   | 2            | CDI                        | 14.959            | 4.330             |
| Operação Compromissada                   | 2            | Selic                      |                   | 2.961             |
| LFT                                      | 1            | Selic                      | 658               | -                 |
|  |              |                            | <b>34.393</b>     | <b>30.094</b>     |
| <b>Títulos mantidos até o vencimento</b> |              |                            |                   |                   |
| LFT                                      | 1            | Selic                      | -                 | 719               |
|  |              |                            | -                 | <b>719</b>        |
|  |              |                            | <b>34.393</b>     | <b>30.813</b>     |
|  |              | <b>Circulante</b>          | <b>33.735</b>     | <b>30.813</b>     |
|  |              | <b>Não Circulante - NC</b> | <b>658</b>        | <b>-</b>          |

Letras Financeiras do Tesouro - LFT

Níveis para apuração do valor justo:

Nível 1: obtidas de preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos ou passivos idênticos.

Nível 2: obtidas por meio de outras variáveis além dos preços cotados incluídos no Nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo

Nível 3: obtidas por meio de técnicas de avaliação que incluem variáveis para o ativo ou passivo, mas que não têm como base os dados observáveis de mercado

A Companhia possui títulos e valores mobiliários que rendem taxas de juros variáveis. O prazo desses títulos varia de 1 a 48 meses a partir do final do período de relatório. As contrapartes têm, pelo menos, a classificação de crédito A. Nenhum desses ativos está vencido nem apresenta problemas de recuperação ou redução ao valor recuperável no encerramento do período.

Constituem garantia para os Contratos de Comercialização de Energia no Ambiente Regulado - CCEARs na CCEE, no valor de R\$ 13.613 (R\$ 11.886 em 31.12.2010), e de garantia para leilão da Aneel, no valor de R\$ 20.780 (R\$ 18.927 em 31.12.2010).

## 5 Clientes

|  | Saldos<br>vincendos | Vencidos<br>até 90 dias | Vencidos há<br>mais de 90 dias |                   | Total             |
|--|---------------------|-------------------------|--------------------------------|-------------------|-------------------|
|  |                     |                         |                                | <b>31.12.2011</b> | <b>31.12.2010</b> |
| <b>Consumidores</b>                      |                     |                         |                                |                   |                   |
| Residencial                              | 152.271             | 100.129                 | 21.670                         | 274.070           | 199.649           |
| Industrial                               | 66.039              | 46.458                  | 14.362                         | 126.859           | 168.939           |
| Comercial                                | 100.301             | 55.614                  | 13.346                         | 169.261           | 118.836           |
| Rural                                    | 20.717              | 11.555                  | 6.302                          | 38.574            | 24.004            |
| Poder público                            | 22.340              | 19.828                  | 2.561                          | 44.729            | 43.266            |
| Iluminação pública                       | 18.753              | 589                     | 155                            | 19.497            | 15.673            |
| Serviço público                          | 15.191              | 15.558                  | 156                            | 30.905            | 14.335            |
| Receita não faturada                     | 288.095             | -                       | -                              | 288.095           | 198.363           |
| Parcelamento de débitos                  | 32.015              | 7.669                   | 18.439                         | 58.123            | 100.407           |
| Parcelamento de débitos - NC             | 25.737              | -                       | -                              | 25.737            | 40.498            |
| Subsídio baixa renda - Eletrobrás (5.1)  | 31.734              | -                       | -                              | 31.734            | 24.376            |
| Encargos moratórios sode faturas energia | 9.007               | 4.853                   | 5.763                          | 19.623            | 9.611             |
| Governo do Paraná - luz fraterna         | 13.886              | 6.742                   | 18.135                         | 38.763            | 11.528            |
| Outros créditos                          | 3.677               | 4.714                   | 6.175                          | 14.566            | 24.390            |
| Outros créditos - NC                     | 6.626               | -                       | -                              | 6.626             | 3.231             |
|  | <b>806.389</b>      | <b>273.709</b>          | <b>107.064</b>                 | <b>1.187.162</b>  | <b>997.106</b>    |
| <b>Concessionárias e permissionárias</b> |                     |                         |                                |                   |                   |
| <b>Suprimento de energia elétrica</b>    |                     |                         |                                |                   |                   |
| Contratos bilaterais                     | 8.033               | -                       | 25                             | 8.058             | 14.891            |
| CCEE                                     | 14                  | -                       | -                              | 14                | 14                |
|  | <b>8.047</b>        | -                       | <b>25</b>                      | <b>8.072</b>      | <b>14.905</b>     |
| <b>Encargos de uso da rede elétrica</b>  |                     |                         |                                |                   |                   |
| Rede elétrica                            | 14.195              | 1.778                   | 2.361                          | 18.334            | 22.914            |
| Rede básica e de conexão                 | -                   | -                       | 3                              | 3                 | 256               |
|  | <b>14.195</b>       | <b>1.778</b>            | <b>2.364</b>                   | <b>18.337</b>     | <b>23.170</b>     |
| <b>PCLD (5.2)</b>                        | -                   | -                       | <b>(76.880)</b>                | <b>(76.880)</b>   | <b>(59.989)</b>   |
|  | <b>828.631</b>      | <b>275.487</b>          | <b>32.573</b>                  | <b>1.136.691</b>  | <b>975.192</b>    |
| <b>31.12.2011</b>                        |                     |                         |                                |                   |                   |
| <b>Circulante</b>                        | <b>796.268</b>      | <b>275.487</b>          | <b>32.573</b>                  | <b>1.104.328</b>  |                   |
| <b>Não Circulante - NC</b>               | <b>32.363</b>       | -                       | -                              | <b>32.363</b>     |                   |
| <b>31.12.2010</b>                        |                     |                         |                                |                   |                   |
| <b>Circulante</b>                        | <b>736.066</b>      | <b>183.121</b>          | <b>12.276</b>                  |                   | <b>931.463</b>    |
| <b>Não Circulante - NC</b>               | <b>43.729</b>       | -                       | -                              |                   | <b>43.729</b>     |

O prazo médio de recebimentos das vendas de energia para consumidores é 12 dias e de 10 dias para as concessionárias e permissionárias de suprimento de energia elétrica.

### 5.1 Subsídio baixa renda - Eletrobrás

A Companhia iniciou, a partir de setembro de 2002, o faturamento do fornecimento de energia elétrica aplicando a tarifa social com base nos novos critérios de enquadramento das unidades consumidoras de baixa renda.

Em 17.12.2002, a Lei nº 10.604 modificou a forma de compensação às concessionárias, autorizando a concessão de subvenção econômica, visando contribuir para a modicidade da tarifa social. Essa subvenção tem como fonte de recursos o adicional de dividendos das Centrais Elétricas Brasileiras S.A. - Eletrobrás para a União, associado à comercialização de energia elétrica pelas geradoras federais nos leilões de energia, e recursos advindos da Reserva Global de Reversão - RGR.

A Aneel, por meio de suas resoluções, estabeleceu a metodologia para o cálculo de subvenção econômica a ser concedida às concessionárias, para contrabalançar os efeitos da política tarifária aplicável aos consumidores de baixa renda. Em dezembro de 2011, foram beneficiados 356.244 consumidores pela tarifa social, representando 11,7% do total de 3.042.010 consumidores residenciais.

## 5.2 Provisão para créditos de liquidação duvidosa

A Administração da Companhia considerou os seguintes valores como sendo suficientes para cobrir eventuais perdas na realização dos créditos a receber:

|  | Saldo         | Adições /<br>(reversões) | Baixas          | Saldo         |
|--|---------------|--------------------------|-----------------|---------------|
|  | 31.12.2010    |                          |                 | 31.12.2011    |
| <b>Consumidores, concessionárias e permissionárias</b> |               |                          |                 |               |
| Residencial  | 7.654         | 30.409                   | (9.110)         | 28.953        |
| Industrial   | 39.775        | (4.206)                  | (11.392)        | 24.177        |
| Comercial  | 10.881        | 10.829                   | (2.244)         | 19.466        |
| Rural  | 69            | 2.189                    | (453)           | 1.805         |
| Poder público  | 1.453         | 906                      | -               | 2.359         |
| Iluminação pública                                     | 155           | (76)                     | -               | 79            |
| Serviço público  | 2             | 39                       | -               | 41            |
|  | <b>59.989</b> | <b>40.090</b>            | <b>(23.199)</b> | <b>76.880</b> |

|  | Saldo         | Adições       | Baixas          | Saldo         |
|--|---------------|---------------|-----------------|---------------|
|  | 1º.01.2010    |               |                 | 31.12.2010    |
| <b>Consumidores, concessionárias e permissionárias</b> |               |               |                 |               |
| Residencial  | 6.245         | 11.680        | (10.271)        | 7.654         |
| Industrial   | 39.115        | 5.375         | (4.715)         | 39.775        |
| Comercial  | 5.863         | 8.540         | (3.522)         | 10.881        |
| Rural  | 185           | 163           | (279)           | 69            |
| Poder público  | 1.272         | 221           | (40)            | 1.453         |
| Iluminação pública                                     | 149           | 6             | -               | 155           |
| Serviço público  | -             | 2             | -               | 2             |
|  | <b>52.829</b> | <b>25.987</b> | <b>(18.827)</b> | <b>59.989</b> |

Os critérios utilizados, além da experiência da Administração em relação ao histórico das perdas efetivas, levam em consideração os parâmetros recomendados pela Aneel.

## 6 Repasse CRC ao Governo do Estado do Paraná

Através do quarto termo aditivo, assinado em 21.01.2005, a Companhia renegociou, com o Governo do Estado do Paraná, o saldo da Conta de Resultados a Compensar – CRC, em 31.12.2004, no montante de R\$ 1.197.404, em 244 prestações recalculadas pelo sistema *price* de amortização, atualizado pela variação do Índice Geral de Preços - Disponibilidade Interna - IGP-DI, e juros de 6,65% a.a., os quais são recebidos mensalmente, com vencimento da primeira parcela em 30.01.2005 e as demais com vencimentos subsequentes e consecutivos.

O Governo do Estado vem cumprindo o pagamento das parcelas renegociadas conforme estabelecido no quarto termo aditivo. As amortizações são garantidas com recursos oriundos de dividendos.

### 6.1 Vencimento das parcelas de longo prazo

|           | <b>31.12.2011</b> | <b>31.12.2010</b> |
|-----------|-------------------|-------------------|
| 2012      | -                 | 62.728            |
| 2013      | 70.242            | 66.899            |
| 2014      | 74.914            | 71.348            |
| 2015      | 79.896            | 76.093            |
| 2016      | 85.209            | 81.154            |
| 2017      | 90.876            | 86.551            |
| 2018      | 96.920            | 92.307            |
| 2019      | 103.366           | 98.446            |
| 2020      | 110.240           | 104.993           |
| 2021      | 117.572           | 111.976           |
| 2022      | 125.391           | 119.423           |
| 2023      | 133.730           | 127.365           |
| 2024      | 142.624           | 135.836           |
| após 2024 | 49.618            | 47.258            |
|           | <b>1.280.598</b>  | <b>1.282.377</b>  |

### 6.2 Mutação do CRC

| <b>Saldos</b>        | <b>Ativo<br/>circulante</b> | <b>Ativo<br/>não circulante</b> | <b>Total</b>     |
|----------------------|-----------------------------|---------------------------------|------------------|
| <b>Em 1º.01.2010</b> | <b>49.549</b>               | <b>1.205.025</b>                | <b>1.254.574</b> |
| Encargos             | 79.546                      | -                               | 79.546           |
| Varição monetária    | 2.772                       | 133.396                         | 136.168          |
| Transferências       | 56.044                      | (56.044)                        | -                |
| Amortizações         | (129.095)                   | -                               | (129.095)        |
| <b>Em 31.12.2010</b> | <b>58.816</b>               | <b>1.282.377</b>                | <b>1.341.193</b> |
| Encargos             | 84.867                      | -                               | 84.867           |
| Varição monetária    | 1.020                       | 63.063                          | 64.083           |
| Transferências       | 64.842                      | (64.842)                        | -                |
| Amortizações         | (143.683)                   | -                               | (143.683)        |
| <b>Em 31.12.2011</b> | <b>65.862</b>               | <b>1.280.598</b>                | <b>1.346.460</b> |



## 7 Contas a Receber Vinculadas à Concessão

### 7.1 Mutação das contas a receber vinculadas à concessão

| <b>Saldos</b>  | <b>Ativo não circulante</b> | <b>Obrigações especiais não circulante</b> | <b>Total</b>     |
|--|-----------------------------|--|------------------|
| <b>Em 1º.01.2010</b>   | <b>2.314.223</b>            | <b>(1.217.103)</b>                         | <b>1.097.120</b> |
| Capitalizações do intangível em curso                                  | 482.145                     | (69.889)                                   | 412.256          |
| Transferência de investimentos - bens destinados a uso futuro          | 3                           | -  | 3                |
| Ajuste de ativos financeiros classificados como disponíveis para venda | 3.029                       | -  | 3.029            |
| Variação monetária   | 290.312                     | (139.125)                                  | 151.187          |
| Baixas   | (25.707)                    | -  | (25.707)         |
| <b>Em 31.12.2010</b>   | <b>3.064.005</b>            | <b>(1.426.117)</b>                         | <b>1.637.888</b> |
| Capitalizações do intangível em curso                                  | 613.284                     | (93.173)                                   | 520.111          |
| Ajuste de ativos financeiros classificados como disponíveis para venda | (7.282)                     | -  | (7.282)          |
| Variação monetária   | 173.216                     | (72.835)                                   | 100.381          |
| Baixas   | (25.895)                    | -  | (25.895)         |
| <b>Em 31.12.2011</b>   | <b>3.817.328</b>            | <b>(1.592.125)</b>                         | <b>2.225.203</b> |

### 7.2 Contas a receber vinculadas à concessão

Com base nas características estabelecidas no contrato de concessão de distribuição de energia elétrica da Companhia, a Administração entende que estão atendidas as condições para a aplicação da Interpretação Técnica ICPC 01/IFRIC 12 e SIC 29 - Contratos de Concessão, a qual fornece orientações sobre a contabilização de concessões de serviços públicos a operadores privados, de forma a refletir o negócio de distribuição elétrica, abrangendo:

- (a) Parcela estimada dos investimentos realizados e não amortizados ou depreciados até o final da concessão classificada como ativo financeiro por ser direito incondicional de receber caixa ou outro ativo financeiro diretamente do Poder Concedente; e
- (b) Parcela remanescente à determinação do ativo financeiro (valor residual) classificada como um ativo intangível em virtude de sua recuperação estar condicionada à utilização do serviço público, neste caso, do consumo de energia pelos consumidores (vide NE nº 11).

A infraestrutura recebida ou construída da atividade de distribuição, que estava originalmente representada pelo ativo imobilizado e intangível, é recuperada através de dois fluxos de caixa, a saber: (a) parte através do consumo de energia efetuado pelos consumidores (emissão do faturamento mensal da medição de energia consumida/vendida) durante o prazo da concessão; e (b) parte como indenização dos bens reversíveis no final do prazo da concessão, esta a ser recebida diretamente do Poder Concedente ou para quem ele delegar essa tarefa.

Esta indenização será efetuada com base nas parcelas dos investimentos vinculados a bens reversíveis, ainda não amortizados ou depreciados, que tenham sido realizados com o objetivo de garantir a continuidade e atualidade do serviço concedido.

## 8 Outros Créditos

|  | 31.12.2011    | 31.12.2010     |
|--|---------------|----------------|
| <b>Ativo circulante</b>                    |               |                |
| Serviços em curso                          | 63.142        | 97.684         |
| Desativações em curso                      | 8.524         | 5.974          |
| Adiantamento a empregados                  | 7.034         | 6.073          |
| Alienação de bens e direitos               | 3.551         | 7.684          |
| Adiantamento para depósitos judiciais      | 2.628         | 5.457          |
| Serviços prestados a terceiros             | 1.940         | 224            |
| Adiantamento a fornecedores                | 1.553         | 1.227          |
| Salários de empregados cedidos a recuperar | 1.251         | 1.226          |
| PCLD                                       | (1.207)       | (1.208)        |
| Outros créditos                            | 6.614         | 2.857          |
|  | <b>95.030</b> | <b>127.198</b> |
| <b>Ativo não circulante</b>                |               |                |
| Empréstimos compulsórios                   | 3.044         | 2.833          |
| Alienação de bens e direitos               | 128           | 447            |
|  | <b>3.172</b>  | <b>3.280</b>   |

### 8.1 Serviços em curso

Refere-se aos serviços em cursos da Companhia, em sua maioria referente aos Programas de Pesquisa e Desenvolvimento e Programa de Eficiência Energética, os quais, após seu término, são compensados com o respectivo passivo registrado para este fim, conforme legislação regulatória.

## 9 Tributos

### 9.1 Imposto de renda e contribuição social

|                                     | 31.12.2011    | 31.12.2010    |
|-------------------------------------|---------------|---------------|
| <b>Ativo circulante</b>             |               |               |
| IR e CSLL a compensar               | 385.137       | 224.667       |
| IR e CSLL a compensar com o passivo | (297.653)     | (193.982)     |
|                                     | <b>87.484</b> | <b>30.685</b> |
| <b>Passivo circulante</b>           |               |               |
| IR e CSLL a recolher                | 297.653       | 193.982       |
| IR e CSLL a compensar com o ativo   | (297.653)     | (193.982)     |
|                                     | -             | -             |

Os valores registrados como imposto de renda e contribuição social a compensar referem-se a antecipações e créditos da Declaração do Imposto de Renda da Pessoa Jurídica - DIPJ, os quais são compensados com os respectivos impostos a pagar, conforme legislação tributária brasileira.

### 9.2 Imposto de renda e contribuição social diferidos

A Companhia contabiliza imposto de renda diferido, calculado à alíquota de 15%, mais o adicional de 10%, e contribuição social diferida, calculada à alíquota de 9%.

**9.2.1 Créditos fiscais diferidos de imposto de renda e contribuição social**

|  | <b>31.12.2011</b> | <b>31.12.2010</b> |
|--|-------------------|-------------------|
| <b>Ativo não circulante</b>                              |                   |                   |
| Prejuízo fiscal e base de cálculo negativa               | -                 | 7.310             |
| Planos previdenciário e assistencial                     | 105.711           | 92.901            |
| Outras adições temporárias                               |                   |                   |
| Provisões para litígios                                  | 161.348           | 124.247           |
| PCLD   | 27.366            | 20.807            |
| Provisão para compra de energia                          | 91.518            | -                 |
| Provisão para particip. nos lucros e resultados          | 12.817            | -                 |
|  | <b>398.760</b>    | <b>245.265</b>    |
| <b>Passivo não circulante</b>                            |                   |                   |
| Regime tributário de transição - RTT                     |                   |                   |
| Efeitos da aplicação do ICPC 01 - contratos de concessão | 62.598            | 29.921            |
| Outras exclusões temporárias                             |                   |                   |
| Capitalização encargos financeiros                       | 3.459             | 2.642             |
|  | <b>66.057</b>     | <b>32.563</b>     |
| <b>Líquido</b>   | <b>332.703</b>    | <b>212.702</b>    |

O tributo sobre o plano assistencial está sendo realizado de acordo com a avaliação atuarial preparada anualmente por atuário independente, em conformidade com as regras estabelecidas pela Deliberação CVM nº 600/09. Os tributos diferidos sobre as demais provisões para litígios serão realizados em virtude das decisões judiciais.

O Conselho de Administração da Controladora aprovou o estudo técnico elaborado pela sua Diretoria de Finanças, Relações com Investidores e de Controle de Participações, referente à projeção futura de lucratividade, no qual se evidencia a realização dos impostos diferidos. Conforme estimativa de lucros tributáveis futuros, a realização dos impostos diferidos está apresentada a seguir:

|             | <b>Parcela<br/>estimada de<br/>realização</b> | <b>Parcela<br/>efetiva de<br/>realização</b> | <b>Parcela<br/>estimada de<br/>realização</b> |
|-------------|---|--|---|
| 2011        | 20.869  | 24.937                                       | -   |
| 2012        | -   | -  | 161.485                                       |
| 2013        | -   | -  | 45.446  |
| 2014        | -   | -  | 34.963  |
| 2015        | -   | -  | 24.262  |
| 2016        | -   | -  | 52.963  |
| 2017 a 2019 | -   | -  | 40.264  |
| 2020 a 2022 | -   | -  | 27.822  |
| após 2022   | -   | -  | (54.503)                                      |
|             | <b>20.869</b>                                 | <b>24.937</b>                                | <b>332.702</b>                                |

**9.2.2 Muta o do imposto de renda e contribui o social diferido**

|  | Saldo em<br>1 <sup>o</sup> .01.2010 | Reconhe-<br>cidos no<br>resultado | Reconheci-<br>dos direta-<br>mente no<br>patrimônio<br>líquido | Reconheci-<br>dos em ou-<br>tros resul-<br>tados abran-<br>gentes | Saldo em<br>31.12.2010 | Reconhe-<br>cidos no<br>resultado | Compen-<br>sados com<br>parcelamen-<br>to da dívida<br>Lei 11.941 | Reconheci-<br>dos em ou-<br>tros resul-<br>tados abran-<br>gentes | Saldo em<br>31.12.2011 |
|--|-------------------------------------|-----------------------------------|--|---|------------------------|-----------------------------------|---|---|------------------------|
| <b>Ativo não circulante</b>                |                                     |                                   |  |   |                        |                                   |   |   |                        |
| Prejuízo fiscal e base de cálculo negativa | 7.310                               | -                                 | -  | -   | 7.310                  | -                                 | (7.310)   | -   | -                      |
| Planos previdenciário e assistencial       | 85.014                              | 7.887                             | -  | -   | 92.901                 | 12.810                            | -   | -   | 105.711                |
| Regime tributário de transi o - RTT        | 20.727                              | -                                 | (20.727)   | -   | -                      | -                                 | -   | -   | -                      |
| Outras adi oes temporárias                 |                                     |                                   |  |   |                        |                                   |   |   |                        |
| Provisões para litígios                    | 106.941                             | 17.829                            | (523)  | -   | 124.247                | 37.101                            | -   | -   | 161.348                |
| PCLD                                       | 18.384                              | 2.423                             | -  | -   | 20.807                 | 6.559                             | -   | -   | 27.366                 |
| Provisão para compra de energia            | -                                   | -                                 | -  | -   | -                      | 91.518                            | -   | -   | 91.518                 |
| Provisão p/ part. nos lucros e result.     | -                                   | -                                 | -  | -   | -                      | 12.817                            | -   | -   | 12.817                 |
|  | <b>238.376</b>                      | <b>28.139</b>                     | <b>(21.250)</b>  | <b>-</b>  | <b>245.265</b>         | <b>160.805</b>                    | <b>(7.310)</b>  | <b>-</b>  | <b>398.760</b>         |
| <b>(-) Passivo não circulante</b>          |                                     |                                   |  |   |                        |                                   |   |   |                        |
| Regime tributário de transi o - RTT        | -                                   | 50.151                            | (21.260)   | 1.030   | 29.921                 | 35.153                            | -   | (2.476)   | 62.598                 |
| Efeitos do ICPC 01 - contr. de concessão   | -                                   | -                                 | -  | -   | -                      | -                                 | -   | -   | -                      |
| Outras exclusões temporárias               |                                     |                                   |  |   |                        |                                   |   |   |                        |
| Capitaliza o encargos financeiros          | -                                   | -                                 | 2.642  | -   | 2.642                  | 817                               | -   | -   | 3.459                  |
|  | -                                   | <b>50.151</b>                     | <b>(18.618)</b>  | <b>1.030</b>  | <b>32.563</b>          | <b>35.970</b>                     | <b>-</b>  | <b>(2.476)</b>  | <b>66.057</b>          |
| <b>Líquido</b>                             | <b>238.376</b>                      | <b>(22.012)</b>                   | <b>(2.632)</b>   | <b>(1.030)</b>  | <b>212.702</b>         | <b>124.835</b>                    | <b>(7.310)</b>  | <b>2.476</b>  | <b>332.703</b>         |

**9.3 Outros tributos a compensar e a recolher**

|  | 31.12.2011     | 31.12.2010     |
|--|----------------|----------------|
| <b>Ativo circulante</b>                      |                |                |
| ICMS a recuperar (9.3.1)                     | 35.796         | 30.089         |
| PIS/Pasep e Cofins a compensar               | 54.923         | 7.213          |
| PIS/Pasep e Cofins a compensar com o passivo | (45.848)       | (7.213)        |
|  | <b>44.871</b>  | <b>30.089</b>  |
| <b>Ativo não circulante</b>                  |                |                |
| Tributos federais compens veis               | 11             | -              |
| ICMS a recuperar (9.3.1)                     | 64.816         | 64.303         |
|  | <b>64.827</b>  | <b>64.303</b>  |
| <b>Passivo circulante</b>                    |                |                |
| ICMS a recolher                              | 186.284        | 166.551        |
| PIS/Pasep e Cofins a recolher                | 45.848         | 39.375         |
| PIS/Pasep e Cofins a compensar com o ativo   | (45.848)       | (7.213)        |
| Programas de Recupera o Fiscal (9.3.2)       | 9.594          | 34.658         |
| IRRF sobre JSCP                              | 12.580         | 16.480         |
| Outros tributos                              | 5.670          | 4.960          |
|  | <b>214.128</b> | <b>254.811</b> |
| <b>Passivo não circulante</b>                |                |                |
| Programas de Recupera o Fiscal (9.3.2)       | -              | 11.553         |
|  | <b>-</b>       | <b>11.553</b>  |

**9.3.1 ICMS a recuperar**

Dos saldos apresentados como ICMS a recuperar, o valor de R\$ 86.631 refere-se a créditos decorrentes de aquisi o de bens para o ativo, instituído pela Lei Complementar n  87/96, que serão recuperados mensalmente na razão de 1/48, conforme determina a Lei Complementar n  102, de 11.07.2000.

### 9.3.2 Programas de recuperação fiscal

|                         | Valor da dívida | Benefícios Lei nº 11.941 | Prejuízo Fiscal | Juros Selic  | Valor da dívida atualizado | Antecipação     | Saldo da dívida atualizado |
|-------------------------|-----------------|--------------------------|-----------------|--------------|----------------------------|-----------------|----------------------------|
| <b>Lei nº 11.941/09</b> |                 |                          |                 |              |                            |                 |                            |
| IRPJ                    | 43.256          | (8.898)                  | (3.123)         | 3.262        | 34.497                     | (29.466)        | 5.031                      |
| CSLL                    | 5.925           | (1.460)                  | (428)           | 454          | 4.491                      | (4.104)         | 387                        |
| Cofins                  | 43.198          | (9.633)                  | (3.117)         | 3.316        | 33.764                     | (29.970)        | 3.794                      |
| PIS/Pasep               | 8.893           | (1.992)                  | (642)           | 733          | 6.992                      | (6.610)         | 382                        |
|                         | <b>101.272</b>  | <b>(21.983)</b>          | <b>(7.310)</b>  | <b>7.765</b> | <b>79.744</b>              | <b>(70.150)</b> | <b>9.594</b>               |

Os efeitos no resultado de 2011, contabilizados em despesas financeiras, são de R\$ 1.651 (NE nº 23).

#### **Parcelamento - Lei nº 11.941/09**

Foram incluídos no parcelamento os débitos fiscais referentes a IRPJ e CSLL de fevereiro de 2004, e a IRPJ de dezembro de 2007, março e abril de 2008, os quais somam R\$ 49.181. Tais tributos foram quitados, em suas respectivas competências, através de Declarações de Compensação - Dcomp que não foram homologadas pela RFB. Ainda no mesmo parcelamento, foram incluídos débitos relativos à revisão da base de cálculo do PIS/Pasep e da Cofins dos anos de 2005 a 2008, que após consolidação passou a ser de R\$ 52.091. Os benefícios da redução dos encargos moratórios trazidos pela Lei 11.941/09, na modalidade de pagamento de trinta parcelas, resultam em R\$ 21.983. Na consolidação da dívida perante a RFB, foram utilizados prejuízo fiscal e base de cálculo negativa de CSLL para a quitação de parte dos encargos moratórios, no montante de R\$ 7.310.

Com isso, o total da dívida da Copel Distribuição incluída no parcelamento é de R\$ 71.979. Com o acréscimo dos juros Selic sobre o parcelamento, conforme instrui o § 3º do art. 3º da referida Lei, até 31.12.2011, no valor de R\$ 7.765, e considerando também as antecipações no montante de R\$ 70.150, o saldo da dívida monta em R\$ 9.594.

A Companhia vem cumprindo rigorosamente suas obrigações relacionadas aos parcelamentos mencionados.

#### **9.4 Conciliação da provisão para imposto de renda e contribuição social**

A conciliação da provisão para IRPJ e CSLL, calculados pela alíquota fiscal, com os valores apresentados na demonstração do resultado é a seguinte:

|                                   | 31.12.2011       | 31.12.2010       |
|-----------------------------------|------------------|------------------|
| <b>Lucro antes do IRPJ e CSLL</b> | <b>708.704</b>   | <b>740.507</b>   |
| <b>IRPJ e CSLL (34%)</b>          | <b>(240.959)</b> | <b>(251.772)</b> |
| <b>Efeitos fiscais sobre:</b>     |                  |                  |
| Juros sobre o capital próprio     | 66.478           | 37.353           |
| Despesas indedutíveis             | (3.990)          | (3.244)          |
| Incentivos fiscais                | 5.629            | 1.715            |
| Outros                            | 24               | (46)             |
| <b>IRPJ e CSLL correntes</b>      | <b>(297.653)</b> | <b>(193.982)</b> |
| <b>IRPJ e CSLL diferidos</b>      | <b>124.835</b>   | <b>(22.012)</b>  |
| Alíquota efetiva - %              | 24,4%            | 29,2%            |

## 10 Depósitos Judiciais

|                       | 31.12.2011     | 31.12.2010     |
|-----------------------|----------------|----------------|
| <b>Fiscais</b>        | <b>2.773</b>   | <b>838</b>     |
| <b>Trabalhistas</b>   | <b>64.248</b>  | <b>60.665</b>  |
| <b>Cíveis</b>         |                |                |
| Fornecedores          | 92.853         | 73.400         |
| Cíveis                | 20.953         | 8.084          |
| Servidões de passagem | 211            | 217            |
| Consumidores          | 1.929          | 1.677          |
|                       | <b>115.946</b> | <b>83.378</b>  |
| <b>Outros</b>         | <b>3.027</b>   | <b>3.014</b>   |
|                       | <b>185.994</b> | <b>147.895</b> |

## 11 Intangível

|                             | Contrato de concessão | Amortização acumulada      | 31.12.2011       | Contrato de concessão | Amortização acumulada      | 31.12.2010       |
|-----------------------------|-----------------------|----------------------------|------------------|-----------------------|----------------------------|------------------|
| Em serviço                  | 3.783.331             | (2.895.710) <sup>(1)</sup> | 887.621          | 3.675.078             | (2.675.783) <sup>(1)</sup> | 999.295          |
| Em curso                    | 599.794               | -                          | 599.794          | 583.261               | -                          | 583.261          |
| Obrigações especiais (11.1) | (407.556)             | 166.655                    | (240.901)        | (406.333)             | 112.756                    | (293.577)        |
|                             |                       |                            | <b>1.246.514</b> |                       |                            | <b>1.288.979</b> |

<sup>(1)</sup> Amortização pelo período de concessão

**Mutação do intangível**

| Saldos  | Contrato de Concessão |                |                      |                 | Total            |
|---|-----------------------|----------------|----------------------|-----------------|------------------|
|   | em serviço            | em curso       | obrigações especiais |                 |                  |
|   |                       |                | em serviço           | em curso        |                  |
| <b>Em 1º.01.2010</b>                              | <b>1.095.132</b>      | <b>590.699</b> | <b>(254.612)</b>     | <b>(68.194)</b> | <b>1.363.025</b> |
| Programa de investimentos                         | -                     | 632.525        | -                    | -               | 632.525          |
| Participação financeira do consumidor             | -                     | -              | -                    | (89.176)        | (89.176)         |
| Capitalizações p/ ctas.a receber vinc.à concessão | -                     | (482.145)      | -                    | 69.889          | (412.256)        |
| Capitalizações p/ intangível em serviço           | 155.081               | (155.081)      | (22.936)             | 22.936          | -                |
| Quotas de amortização - concessão                 | (226.769)             | -              | 46.068               | -               | (180.701)        |
| Quotas de amortização - créditos Pasep/Cofins     | (12.060)              | -              | 2.448                | -               | (9.612)          |
| Transf. de investimentos-bens destin.a uso futuro | -                     | 15             | -                    | -               | 15               |
| Baixas  | (12.089)              | (2.752)        | -                    | -               | (14.841)         |
| <b>Em 31.12.2010</b>                              | <b>999.295</b>        | <b>583.261</b> | <b>(229.032)</b>     | <b>(64.545)</b> | <b>1.288.979</b> |
| Programa de investimentos                         | -                     | 790.285        | -                    | -               | 790.285          |
| Participação financeira do consumidor             | -                     | -              | -                    | (94.396)        | (94.396)         |
| Capitalizações p/ ctas.a receber vinc.à concessão | -                     | (613.284)      | -                    | 93.173          | (520.111)        |
| Capitalizações p/ intangível em serviço           | 152.515               | (152.515)      | (25.311)             | 25.311          | -                |
| Quotas de amortização - concessão                 | (244.769)             | -              | 50.800               | -               | (193.969)        |
| Quotas de amortização - créditos Pasep/Cofins     | (14.928)              | -              | 3.099                | -               | (11.829)         |
| Transf. de investimentos-bens destin.a uso futuro | 13                    | -              | -                    | -               | 13               |
| Baixas  | (4.505)               | (7.953)        | -                    | -               | (12.458)         |
| <b>Em 31.12.2011</b>                              | <b>887.621</b>        | <b>599.794</b> | <b>(200.444)</b>     | <b>(40.457)</b> | <b>1.246.514</b> |

O ativo intangível da concessão representa o direito de exploração dos serviços de construção e prestação dos serviços de fornecimento de energia elétrica que será recuperado através do consumo e conseqüente faturamento aos consumidores.

A Aneel estabelece a vida útil econômica estimada de cada bem integrante da infra-estrutura de distribuição, para efeitos de determinação da tarifa, bem como para apuração do valor da indenização dos bens reversíveis no vencimento do prazo da concessão. Essa estimativa é razoável e adequada para efeitos contábeis e regulatórios e representa a melhor estimativa de vida útil econômica dos bens, aceitas pelo mercado dessa indústria.

A amortização do intangível reflete o padrão em que se espera que os benefícios econômicos futuros do ativo sejam consumidos pela Copel Distribuição, com expectativa de amortização média de 29% ao ano, limitados ao prazo da concessão.

O valor residual de cada bem que ultrapassa o prazo do vencimento da concessão está alocado como contas a receber vinculadas à concessão (NE nº 7).

**11.1 Obrigações especiais**

As obrigações especiais representam os recursos relativos à participação financeira do consumidor, das dotações orçamentárias da União, verbas federais, estaduais e municipais e de créditos especiais destinados aos investimentos aplicados nos empreendimentos vinculados à concessão.

O prazo esperado para liquidação dessas obrigações era a data de término da concessão. Com a

Resolução Normativa Aneel nº 234, de 31.10.2006, alterada pela Resolução Normativa Aneel nº 338, de 25.11.2008, que estabelece os conceitos gerais, as metodologias aplicáveis e os procedimentos iniciais para realização do segundo ciclo de revisão tarifária periódica das concessionárias de serviço público de distribuição de energia elétrica, a característica dessas obrigações sofreu modificação. Tanto o saldo quanto as novas adições passaram a ser amortizados contabilmente a partir de 1º.07.2008, conforme Despacho Aneel nº 3.073/06 e Ofício Circular nº 1.314/07. A amortização é calculada utilizando a mesma taxa média dos ativos correspondentes.

### **11.2 Redução ao valor recuperável de ativos - *Impairment***

A Companhia tem por prática a avaliação e o monitoramento periódico do desempenho futuro de seus ativos. Neste contexto, e considerando o disposto no CPC 01/IAS 36 - Redução ao Valor Recuperável de Ativos, caso existam evidências claras de que a Companhia possui ativos registrados por valor não recuperável, ou sempre que eventos ou alterações nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável no futuro, deverá haver o reconhecimento imediato da desvalorização por meio da constituição de provisão para perdas.

A Companhia não identificou indícios de perdas neste exercício que justificasse a necessidade de teste de *impairment*.

### **11.3 Universalização e Programa Luz para Todos**

A Aneel estabeleceu condições gerais para a Universalização do Acesso ao Serviço Público de Energia Elétrica através da Lei nº 10.438, de 26.04.2002, alterada pela Lei nº 10.762, de 11.11.2003, visando ao atendimento de novas unidades consumidoras ligadas em baixa tensão (inferior a 2,3 kV), com carga instalada de até 50 KW. A Resolução Aneel nº 223, de 29.04.2003, estabeleceu as condições gerais para elaboração dos Planos de Universalização de Energia Elétrica, e foi alterada pela Resolução Aneel nº 52, de 25.03.2009. Norteador o processo de revisão dos Planos de Universalização, a Agência Reguladora emitiu a Resolução Aneel nº 175, de 28.11.2005, alterada pela Resolução Aneel nº 365, de 19.05.2009.

O Decreto nº 4.873, de 11.11.2003, instituiu o Programa Nacional do Acesso e Uso da Energia Elétrica - Luz para Todos, destinado a propiciar atendimento com energia elétrica à parcela da população do meio rural, voltada à agricultura familiar, que ainda não possui acesso a esse serviço público. O Programa é coordenado pelo Ministério de Minas e Energia - MME e operacionalizado com a participação da Eletrobrás. No caso do Paraná, o Ministério é representado pela Eletrosul, e os participantes são o Governo do Estado do Paraná e a Copel. Além disso, o Programa se integra aos diversos programas sociais e de desenvolvimento rural implementados pelo Governo Federal e pelos Estados, para assegurar que o esforço de eletrificação do campo resulte em incremento da produção agrícola, fixando e dando condições melhores de vida ao homem do campo, em aumento de renda e na inclusão social da população beneficiada. O Programa foi prorrogado até 31.12.2011



por meio do Decreto nº 7.324, de 05.10.2010, e reeditado por meio do Decreto nº 7.520, de 08.07.2011, com vigência até 2014.

Em 2011, foram ligadas 4.977 novas unidades consumidoras, alcançando aproximadamente 76.000 desde o início do Programa. Para esta nova edição do Programa, o Ministério de Minas e Energia deverá redefinir metas e prazos, bem como será firmado novo Termo de Compromisso.

Foram firmados com a Eletrobrás quatro contratos de financiamento e concessão de subvenção, no total de R\$ 278.152. Os dois primeiros contratos já se encerraram, continuando em vigência apenas o contrato ECFS nº 206/07, do qual já foram liberados R\$ 88.501 sendo R\$ 75.858 com recursos RGR e R\$ 12.643 com recursos de CDE do total de R\$ 109.642 previstos, e contrato ECFS 273/09, do qual já foram liberados R\$ 19.183, sendo R\$ 16.443 com recursos RGR e R\$ 2.740 com recursos de CDE, do total de R\$ 63.930 previstos.

A composição total dos investimentos previstos nos contratos assinados para o Programa é a seguinte:

| Origem                               | R\$            | Participação |
|--------------------------------------|----------------|--------------|
| Governo Federal - subvenção CDE      | 62.882         | 19%          |
| Governo do Estado do Paraná          | 33.002         | 10%          |
| Financiamento RGR                    | 168.129        | 51%          |
| Agente executor - Copel Distribuição | 66.007         | 20%          |
| <b>Total do programa</b>             | <b>330.020</b> | <b>100%</b>  |

Até dezembro de 2011, o valor total investido no Programa Luz para Todos era R\$ 352.274.

## 12 Obrigações Sociais e Trabalhistas

|   | 31.12.2011     | 31.12.2010     |
|---|----------------|----------------|
| <b>Obrigações sociais</b>                   |                |                |
| Impostos e contribuições sociais            | 25.838         | 19.596         |
| Encargos sociais sobre férias e 13º salário | 15.657         | 12.467         |
|   | <b>41.495</b>  | <b>32.063</b>  |
| <b>Obrigações trabalhistas</b>              |                |                |
| Folha de pagamento, líquida                 | 18             | 11             |
| Férias                                      | 49.963         | 39.684         |
| Participação nos lucros e/ou resultados     | 35.125         | 46.715         |
| Desligamentos voluntários                   | 24.582         | 315            |
| Consignações a favor de terceiros           | 1              | 2              |
|   | <b>109.689</b> | <b>86.727</b>  |
|   | <b>151.184</b> | <b>118.790</b> |

### 13 Fornecedores

|                                  | 31.12.2011     | 31.12.2010     |
|----------------------------------|----------------|----------------|
| Encargos de uso da rede elétrica | 63.018         | 52.090         |
| Suprimento de energia elétrica   | 341.335        | 305.475        |
| Materiais e serviços             | 126.834        | 87.422         |
|                                  | <b>531.187</b> | <b>444.987</b> |

#### 13.1 Principais contratos de compra de energia

O quadro abaixo apresenta os principais contratos de compra de energia, firmados em ambiente regulado. Tais contratos estão apresentados pelo valor original e são reajustados anualmente pelo IPCA.

|                                    | Período de<br>suprimento | Energia comprada<br>(MWh médio anual) | Data<br>do leilão | Preço médio de<br>compra (R\$/MWh) |
|------------------------------------|--------------------------|---------------------------------------|-------------------|------------------------------------|
| <b>Leilão de energia existente</b> |                          |                                       |                   |                                    |
| 1º Leilão - Produto 2005           | 2005 a 2012              | 947,98                                | 07.12.2004        | 57,51                              |
| 1º Leilão - Produto 2006           | 2006 a 2013              | 457,85                                | 07.12.2004        | 67,33                              |
| 1º Leilão - Produto 2007           | 2007 a 2014              | 11,12                                 | 07.12.2004        | 75,46                              |
| 2º Leilão - Produto 2008           | 2008 a 2015              | 69,59                                 | 02.04.2005        | 83,13                              |
| 4º Leilão - Produto 2009           | 2009 a 2016              | 43,79                                 | 11.10.2005        | 94,91                              |
| 5º Leilão - Produto 2007           | 2007 a 2014              | 160,11                                | 14.12.2006        | 104,74                             |
| 10º Leilão Ajuste P-04M            | Mar a Jun 2011           | 7,69                                  | 17.02.2011        | 101,80                             |
| 10º Leilão Ajuste P-10M            | Mar a Dez 2011           | 20,12                                 | 17.02.2011        | 115,04                             |
| 11º Leilão Ajuste P-12M            | Jan a Dez 2012           | 26,89                                 | 30.09.2011        | 73,63                              |
|                                    |                          | <b>1.745,12</b>                       |                   |                                    |
| <b>Leilão de energia nova</b>      |                          |                                       |                   |                                    |
| 1º Leilão - Produto 2008 Hidro     | 2008 a 2037              | 3,61                                  | 16.12.2005        | 106,95                             |
| 1º Leilão - Produto 2008 Termo     | 2008 a 2022              | 25,93                                 | 16.12.2005        | 132,26                             |
| 1º Leilão - Produto 2009 Hidro     | 2009 a 2038              | 3,26                                  | 16.12.2005        | 114,28                             |
| 1º Leilão - Produto 2009 Termo     | 2009 a 2023              | 41,59                                 | 16.12.2005        | 129,26                             |
| 1º Leilão - Produto 2010 Hidro     | 2010 a 2039              | 66,31                                 | 16.12.2005        | 114,57                             |
| 1º Leilão - Produto 2010 Termo     | 2010 a 2024              | 64,30                                 | 16.12.2005        | 121,81                             |
| 3º Leilão - Produto 2011 Hidro     | 2011 a 2040              | 57,66                                 | 10.10.2006        | 120,86                             |
| 3º Leilão - Produto 2011 Termo     | 2011 a 2025              | 54,22                                 | 10.10.2006        | 137,44                             |
| 4º Leilão - Produto 2010 Termo     | 2010 a 2024              | 18,32                                 | 26.07.2007        | 134,64                             |
| 5º Leilão - Produto 2012 Hidro     | 2012 a 2041              | 52,50                                 | 16.10.2007        | 129,14                             |
| 5º Leilão - Produto 2012 Termo     | 2012 a 2026              | 117,27                                | 16.10.2007        | 128,37                             |
| 6º Leilão - Produto 2011 Termo     | 2011 a 2025              | 51,07                                 | 17.09.2008        | 128,42                             |
| 7º Leilão - Produto 2013 Hidro     | 2013 a 2042              | 12,24                                 | 30.09.2008        | 98,98                              |
| 7º Leilão - Produto 2013 Termo     | 2013 a 2027              | 303,99                                | 30.09.2008        | 145,23                             |
| Santo Antônio                      | 2012 a 2041              | 106,00                                | 10.12.2007        | 78,87                              |
| Jirau                              | 2013 a 2042              | 141,51                                | 19.05.2008        | 71,37                              |
|                                    |                          | <b>1.119,78</b>                       |                   |                                    |

## 14 Empréstimos e Financiamentos

|                          | Principal     | Encargos   | Passivo circulante  |               | Passivo não circulante |                |
|--------------------------|---------------|------------|---------------------|---------------|------------------------|----------------|
|                          |               |            | 31.12.2011<br>Total | 31.12.2010    | 31.12.2011             | 31.12.2010     |
| <b>Moeda estrangeira</b> |               |            |                     |               |                        |                |
| STN (14.1)               | 3.919         | 565        | 4.484               | 5.278         | 53.943                 | 51.397         |
| Eletrobrás               | 6             | -          | 6                   | 5             | 12                     | 15             |
|                          | <b>3.925</b>  | <b>565</b> | <b>4.490</b>        | <b>5.283</b>  | <b>53.955</b>          | <b>51.412</b>  |
| <b>Moeda nacional</b>    |               |            |                     |               |                        |                |
| Banco do Brasil (14.2)   | 209           | 2          | 211                 | 197           | 552.496                | 361.407        |
| Eletrobrás (14.3)        | 12.909        | 9          | 12.918              | 12.470        | 102.156                | 112.892        |
|                          | <b>13.118</b> | <b>11</b>  | <b>13.129</b>       | <b>12.667</b> | <b>654.652</b>         | <b>474.299</b> |
|                          | <b>17.043</b> | <b>576</b> | <b>17.619</b>       | <b>17.950</b> | <b>708.607</b>         | <b>525.711</b> |

### Composição dos empréstimos e financiamentos por tipo de moeda e indexador

| Moeda (equivalente em R\$) / Indexador | 31.12.2011     | %             | 31.12.2010     | %             |
|--|----------------|---------------|----------------|---------------|
| <b>Moeda estrangeira</b>               |                |               |                |               |
| Dólar norte-americano                  | 58.445         | 8,05          | 56.695         | 10,43         |
|  | <b>58.445</b>  | <b>8,05</b>   | <b>56.695</b>  | <b>10,43</b>  |
| <b>Moeda nacional</b>                  |                |               |                |               |
| TJLP                                   | 12             | -             | 35             | 0,01          |
| IGP-M                                  | 475            | 0,07          | 616            | 0,11          |
| Ufir                                   | 115.074        | 15,85         | 125.363        | 23,06         |
| CDI                                    | 552.220        | 76,03         | 360.952        | 66,39         |
|  | <b>667.781</b> | <b>91,95</b>  | <b>486.966</b> | <b>89,57</b>  |
|  | <b>726.226</b> | <b>100,00</b> | <b>543.661</b> | <b>100,00</b> |

### Indexador e variação das principais moedas estrangeiras e indexadores aplicados aos empréstimos e financiamentos

| Moeda/Indexador       | Variação (%) |            |
|-----------------------|--------------|------------|
|                       | 31.12.2011   | 31.12.2010 |
| Dólar norte-americano | 12,56        | (4,31)     |
| TJLP                  | 6,00         | 6,00       |
| IGP-M                 | 5,10         | 11,32      |
| CDI                   | 2,17         | 24,44      |

**Vencimentos das parcelas de longo prazo**

|           | Moeda estrangeira | Moeda nacional | 31.12.2011     | 31.12.2010     |
|-----------|-------------------|----------------|----------------|----------------|
| 2012      | -                 | -              | -              | 17.779         |
| 2013      | 2.518             | 147.644        | 150.162        | 136.857        |
| 2014      | 1.260             | 146.731        | 147.991        | 135.606        |
| 2015      | -                 | 301.779        | 301.779        | 134.421        |
| 2016      | -                 | 14.019         | 14.019         | 13.644         |
| 2017      | -                 | 13.001         | 13.001         | 13.002         |
| 2018      | -                 | 12.092         | 12.092         | 12.092         |
| 2019      | -                 | 9.344          | 9.344          | 9.344          |
| 2020      | -                 | 6.749          | 6.749          | 6.749          |
| 2021      | -                 | 1.649          | 1.649          | 1.648          |
| 2022      | -                 | 1.644          | 1.644          | -              |
| após 2022 | 50.177            | -              | 50.177         | 44.569         |
|           | <b>53.955</b>     | <b>654.652</b> | <b>708.607</b> | <b>525.711</b> |

**Mutação de empréstimos e financiamentos**

| Consolidado                    | Moeda estrangeira |                | Moeda nacional |                | Total          |
|--------------------------------|-------------------|----------------|----------------|----------------|----------------|
|                                | circulante        | não circulante | circulante     | não circulante |                |
| <b>Em 1º.01.2010</b>           | <b>5.630</b>      | <b>58.676</b>  | <b>6.860</b>   | <b>88.548</b>  | <b>159.714</b> |
| Ingressos                      | -                 | -              | -              | 388.116        | 388.116        |
| Encargos                       | 2.834             | -              | 15.484         | 10.953         | 29.271         |
| Varição monetária e cambial    | (281)             | (2.387)        | 16             | 48             | (2.604)        |
| Transferências                 | 4.877             | (4.877)        | 13.366         | (13.366)       | -              |
| Amortização - principal        | (3.123)           | -              | (7.502)        | -              | (10.625)       |
| Amortização - juros e variação | (4.654)           | -              | (15.557)       | -              | (20.211)       |
| <b>Em 31.12.2010</b>           | <b>5.283</b>      | <b>51.412</b>  | <b>12.667</b>  | <b>474.299</b> | <b>543.661</b> |
| Ingressos                      | -                 | -              | -              | 152.219        | 152.219        |
| Encargos                       | 2.524             | -              | 2.325          | 50.143         | 54.992         |
| Varição monetária e cambial    | 659               | 5.912          | 13             | 19             | 6.603          |
| Transferências                 | 3.369             | (3.369)        | 22.028         | (22.028)       | -              |
| Amortização - principal        | (3.123)           | -              | (12.589)       | -              | (15.712)       |
| Amortização - juros e variação | (4.222)           | -              | (11.315)       | -              | (15.537)       |
| <b>Em 31.12.2011</b>           | <b>4.490</b>      | <b>53.955</b>  | <b>13.129</b>  | <b>654.652</b> | <b>726.226</b> |

**14.1 Secretaria do Tesouro Nacional - STN**

A reestruturação da dívida de médio e longo prazo, assinada em 20.05.1998, referente aos financiamentos sob amparo da Lei nº 4.131/62, está demonstrada no quadro a seguir:

| Tipo de bônus               | Prazo (anos) | Vencimento final | Carência (anos) | 31.12.2011    | 31.12.2010    |
|-----------------------------|--------------|------------------|-----------------|---------------|---------------|
| <i>Par Bond</i>             | 30           | 15.04.2024       | 30              | 29.935        | 26.591        |
| <i>Capitalization Bond</i>  | 20           | 15.04.2014       | 10              | 6.392         | 7.947         |
| <i>Debt Conversion Bond</i> | 18           | 15.04.2012       | 10              | 1.412         | 3.761         |
| <i>Discount Bond</i>        | 30           | 15.04.2024       | 30              | 20.688        | 18.376        |
|                             |              |                  |                 | <b>58.427</b> | <b>56.675</b> |

As taxas de juros praticadas e as amortizações são as seguintes:

| Tipo de bônus               | Taxas de juros anuais (%) | Amortizações |
|-----------------------------|---------------------------|--------------|
| <i>Par Bond</i>             | 6,0                       | única        |
| <i>Capitalization Bond</i>  | 8,0                       | semestral    |
| <i>Debt Conversion Bond</i> | Libor semestral + 0,8750  | semestral    |
| <i>Discount Bond</i>        | Libor semestral + 0,8125  | única        |

Em garantia a esse contrato, a Companhia cede e transfere à União, condicionado ao inadimplemento de qualquer parcela do financiamento, os créditos que forem feitos à sua conta corrente bancária centralizadora da arrecadação das suas receitas próprias, até o limite suficiente para pagamento das prestações e demais encargos devidos em cada vencimento. Nos bônus *Discount Bond* e *Par Bond* existem garantias depositadas nos valores de R\$ 15.477 e R\$ 22.076, em 31.12.2011 (R\$ 10.850 e R\$ 15.430, em 31.12.2010), respectivamente (NE nº 4).

#### 14.2 Banco do Brasil S.A.

| Contratos  | 31.12.2011     | 31.12.2010     |
|--|----------------|----------------|
| Contrato particular de cessão de crédito - Lei nº 8.727/93 (1) | 487            | 651            |
| Contrato de abertura de crédito fixo nº 21/02155-4 (2)         | 396.295        | 360.953        |
| Contrato de abertura de crédito fixo nº 21/02248-8 (3)         | 155.925        | -              |
|  | <b>552.707</b> | <b>361.604</b> |

- 1) Contrato particular de cessão de crédito com a União, através do Banco do Brasil, assinado em 30.03.1994, amortizável em 240 parcelas mensais pelo sistema *price*, a partir de 1º.04.1994, com atualização mensal pela Taxa de Juros de Longo Prazo - TJLP e Índice Geral de Preços de Mercado - IGP-M e taxa de juros de 5,098% a.a. A garantia é vinculada à receita própria;
- 2) Contrato de Abertura de Crédito Fixo nº 21/02155-4 no valor de R\$ 350.000, firmado entre a Copel Distribuição e o Banco do Brasil, assinado em 10.09.2010, destinado única e exclusivamente ao financiamento de capital de giro.

A dívida será paga em 3 prestações anuais e sucessivas, a primeira com vencimento em 25.08.2013, no valor de R\$ 116.666, e as demais no valor de R\$ 116.667, vencíveis em 11.07.2014 e 15.08.2015, acrescidas de encargos financeiros proporcionais à parcela de principal amortizado, de forma que, com o pagamento da última prestação, ocorra a liquidação da dívida.



COPEL

Copel Distribuição S.A.



Sobre o saldo devedor incidirão encargos, calculados com base no índice de remuneração básica das cadernetas de poupança - IRP e encargos adicionais com base na taxa flutuante de juros que serão calculados pelo método exponencial, com base na taxa equivalente diária - ano civil (365 ou 366 dias). A taxa efetiva resultante da unificação da taxa flutuante de juros, com o IRP, será equivalente, em cada período de cálculo, a 98,5% da variação do CDI nesse mesmo período. Os encargos serão debitados e capitalizados mensalmente na conta vinculada ao contrato, a cada database no vencimento e na liquidação da dívida, para pagamento juntamente com as parcelas do principal.

Para assegurar o pagamento de quaisquer obrigações do contrato, a Copel Distribuição se obriga a ceder, vincular e penhorar em garantia a favor do Banco do Brasil, duplicatas mercantis, devidamente endossadas e acompanhadas de borderôs.

O contrato contém cláusulas prevendo vencimento antecipado em determinadas condições.

O montante de R\$ 350.000 foi liberado em sua totalidade em 10.09.2010.

- 3) Contrato de Abertura de Crédito Fixo nº 21/02248-8 no valor de R\$ 150.000, firmado entre a Copel Distribuição e o Banco do Brasil, assinado em 22.06.2011, destinado única e exclusivamente ao financiamento de capital de giro.

A dívida será paga em uma única prestação, com vencimento em 1º.06.2015.

Sobre o saldo devedor incidirão encargos, calculados com base no índice de remuneração básica das cadernetas de poupança - IRP e encargos adicionais com base na taxa flutuante de juros que serão calculados pelo método exponencial, com base na taxa equivalente diária - ano civil (365 ou 366 dias). A taxa efetiva resultante da unificação da taxa flutuante de juros, com o IRP, será equivalente, em cada período de cálculo, a 99,5% da variação do CDI nesse mesmo período. Os encargos serão debitados e capitalizados mensalmente na conta vinculada ao contrato, a cada database no vencimento e na liquidação da dívida, para pagamento juntamente com a parcela do principal em 1º.06.2015.

Para assegurar o pagamento de quaisquer obrigações do contrato, a Copel Distribuição se obriga a ceder, vincular e penhorar em garantia a favor do Banco do Brasil, duplicatas mercantis, devidamente endossadas e acompanhadas de borderôs.

O contrato contém cláusulas prevendo vencimento antecipado em determinadas condições.

O montante de R\$ 150.000 foi liberado em sua totalidade em 22.06.2011.



**Copel Distribuição S.A.**



### **14.3 Eletrobrás - Centrais Elétricas Brasileiras S.A.**

Foram originados empréstimos de recursos da Reserva Global de Reversão - RGR para expansão dos sistemas de distribuição. A amortização dos contratos vincendos iniciou em setembro de 1994 e o último pagamento está previsto para agosto de 2021. Os juros de 5,0% a 8,0% a.a. e o principal são amortizados mensalmente, atualizados pelo índice do Finel e da Unidade Fiscal de Referência - Ufir.

O contrato ECFS - 142/06 foi assinado em 11.05.2006 entre a Copel Distribuição e a Eletrobrás, no valor de R\$ 74.340, para aplicação no Programa de Eletrificação Rural "Luz para Todos", sendo R\$ 42.480 financiados com recursos da RGR e R\$ 31.860 com recursos da Conta de Desenvolvimento Energético - CDE, a título de subvenção econômica. O contrato possui carência de 24 meses, com juros de 5% a.a. e comissão de 1% a.a. e será pago em 120 parcelas mensais iguais e sucessivas, com vencimento final em 30.09.2018.

O total de recursos desembolsados foi R\$ 63.104, sendo R\$ 36.056 com recursos da RGR e R\$ 27.048 com recursos da CDE. Está encerrada a fase de desembolsos.

O contrato ECFS - 206/07 foi assinado em 03.03.2008 entre a Copel Distribuição e a Eletrobrás, no valor de R\$ 126.430, para aplicação no Programa de Eletrificação Rural "Luz para Todos". Em 14.09.2010 foi assinado o aditivo ECFS-206-D / 2010, que altera o valor do financiamento para R\$ 109.642, sendo R\$ 93.979 financiado com recursos da RGR e R\$ 15.663 a título de subvenção econômica. O contrato possui carência de 24 meses, com juros de 5% a.a. e comissão de 1% a.a., e será pago em 120 parcelas mensais iguais e sucessivas, com vencimento final em 30.08.2020. Em agosto de 2008, houve liberação de R\$ 37.929, sendo R\$ 32.511 com recursos da RGR e R\$ 5.418 com recursos da CDE. Em junho de 2009, foram liberados R\$ 25.286, sendo R\$ 21.674 com recursos da RGR e R\$ 3.612 com recursos da CDE. Em março de 2010, foram liberados R\$ 25.286, sendo R\$ 21.674 com recursos da RGR e R\$ 3.612 com recursos da CDE.

O contrato ECFS - 273/09 foi assinado em 18.02.2010 entre a Copel Distribuição e a Eletrobrás, no valor de R\$ 63.944, para aplicação no Programa de Eletrificação Rural "Luz para Todos", sendo R\$ 54.809 financiados com recursos da RGR e R\$ 9.134 com recursos da CDE, a título de subvenção econômica. O contrato possui carência de 24 meses, com juros de 5% a.a. e comissão de 1% a.a., e será pago em 120 parcelas mensais iguais e sucessivas, com vencimento final em 30.12.2022. Em dezembro de 2010, foram liberados R\$ 19.183, sendo R\$ 16.443 com recursos da RGR e R\$ 2.740 com recursos da CDE.

O contrato ECF - 2540/06 foi assinado em 12.05.2009 entre a Copel Distribuição e a Eletrobrás, no valor de R\$ 2.844, para aplicação no Programa Nacional de Iluminação Pública Eficiente - ReLuz, sendo os R\$ 2.844 financiados com recursos da RGR e destinados à cobertura de 75% do custo total do Projeto de Melhoria do Sistema de Iluminação Pública do Município de Ponta Grossa, no Paraná. O contrato possui carência de nove meses, com juros de 5% a.a. e comissão de 1,5% a.a.,



COPEL

Copel Distribuição S.A.



e será pago em 60 parcelas mensais iguais e sucessivas, com vencimento final em 30.10.2016. Em janeiro de 2011 foram liberados R\$ 284 e em agosto de 2011 R\$ 1.935, com recursos da RGR. Os juros vencíveis em cada mês durante a carência serão incorporados ao saldo devedor.

A garantia é representada pela receita própria, suportada por procuração outorgada por instrumento público, e na emissão de notas promissórias em igual número das parcelas a vencer.

#### **14.4 Contratos com cláusulas de vencimento antecipado**

A Companhia possui contratos de empréstimos com cláusulas que requerem a manutenção de determinados índices econômico-financeiros dentro de parâmetros pré-estabelecidos. O descumprimento destas condições poderá implicar vencimento antecipado das dívidas.

Em 31.12.2011 todas as condições foram analisadas e indicam pleno atendimento dos parâmetros previstos nos contratos.

## **15 Benefícios Pós-Emprego**

### **15.1 Plano de benefício previdenciário**

A Companhia patrocina planos de complementação de aposentadoria e pensão (Planos Previdenciários I, II e III) e de assistência médica e odontológica (Plano Assistencial) para seus empregados ativos e pós-emprego e seus dependentes legais.

Os planos previdenciários I e II são planos de Benefício Definido - BD em que a renda é pré-determinada em função do nível salarial de cada indivíduo, e o plano previdenciário III é um plano de Contribuição Definida - CD.

As parcelas de custos assumidas pelas patrocinadoras desses planos são registradas de acordo com avaliação atuarial preparada anualmente por atuários independentes, de acordo com o CPC 33, que trata de benefícios a empregados. As premissas econômicas e financeiras e para efeitos da avaliação atuarial são discutidas com os atuários independentes e aprovadas pela Administração da patrocinadora.

### **15.2 Plano de benefício assistencial**

A Companhia aloca recursos para a cobertura das despesas de saúde dos empregados e de seus dependentes, dentro de regras, limites e condições estabelecidas em regulamentos específicos. A cobertura inclui exames médicos periódicos e é estendida a todos os aposentados e pensionistas vitaliciamente.



### 15.3 Balanço patrimonial e resultado do exercício

Os valores reconhecidos no passivo, na conta de Benefícios pós-emprego, estão resumidos a seguir:

|                             | 31.12.2011            | 31.12.2010     |
|-----------------------------|-----------------------|----------------|
| Plano previdenciário (15.1) | 9.597                 | 6.301          |
| Plano assistencial (15.2)   | 310.914               | 273.238        |
|                             | <b>320.511</b>        | <b>279.539</b> |
|                             | <b>Circulante</b>     | <b>16.811</b>  |
|                             | <b>Não circulante</b> | <b>262.728</b> |

Os valores reconhecidos no demonstrativo de resultado estão resumidos a seguir:

|  | 31.12.2011     | 31.12.2010    |
|--|----------------|---------------|
| Plano previdenciário (CD)              | 33.035         | 34.776        |
| Plano assistencial - pós-emprego       | 49.147         | 33.063        |
| Plano assistencial                     | 26.412         | 23.500        |
|  | <b>108.594</b> | <b>91.339</b> |
| (-) Apropriação no intangível em curso | (4.360)        | (4.980)       |
|  | <b>104.234</b> | <b>86.359</b> |

O custo anual estimado para o exercício de 2011 pelo atuário independente resultou em receita devido aos ganhos atuariais que estão sendo amortizados, cujos valores ultrapassam o valor do custo normal periódico.

### Mutação de benefícios pós-emprego

|   | Passivo<br>circulante | Passivo<br>não circulante | Total          |
|---|-----------------------|---------------------------|----------------|
| <b>Em 1º.01.2010</b>                          | <b>15.501</b>         | <b>241.546</b>            | <b>257.047</b> |
| Apropriação do cálculo atuarial               | -                     | 33.063                    | 33.063         |
| Contribuições previdenciárias e assistenciais | 58.276                | -                         | 58.276         |
| Transferências                                | 11.881                | (11.881)                  | -              |
| Amortizações                                  | (68.847)              | -                         | (68.847)       |
| <b>Em 31.12.2010</b>                          | <b>16.811</b>         | <b>262.728</b>            | <b>279.539</b> |
| Apropriação do cálculo atuarial               | -                     | 49.147                    | 49.147         |
| Contribuições previdenciárias e assistenciais | 59.447                | -                         | 59.447         |
| Transferências                                | 15.976                | (15.976)                  | -              |
| Amortizações                                  | (67.622)              | -                         | (67.622)       |
| <b>Em 31.12.2011</b>                          | <b>24.612</b>         | <b>295.899</b>            | <b>320.511</b> |

## 15.4 Avaliação atuarial de acordo com o CPC 33

### 15.4.1 Premissas atuariais

As premissas atuariais utilizadas para determinação dos valores de obrigações e custos, para 2011 e 2010, estão demonstradas a seguir:

|   | 2011  |           | 2010  |           |
|---|-------|-----------|-------|-----------|
|   | Real  | Nominal   | Real  | Nominal   |
| <b>Econômicas</b>                       |       |           |       |           |
| Inflação a.a.                           | -     | 5,20%     | -     | 5,07%     |
| Taxa de desconto/retorno esperados a.a. | 5,39% | 10,87%    | 6,00% | 11,37%    |
| Crescimento salarial a.a.               | 2,00% | 7,30%     | 2,00% | 7,17%     |
| <b>Demográficas</b>                     |       |           |       |           |
| Tábua de mortalidade                    |       | AT - 2000 |       | AT - 2000 |
| Tábua de mortalidade de inválidos       |       | AT - 83   |       | AT - 83   |
| Tábua de entrada em invalidez           |       | Light M   |       | Light M   |

## 16 Encargos do Consumidor a Recolher

|   | 31.12.2011    | 31.12.2010    |
|---|---------------|---------------|
| Conta de consumo de combustível - CCC     | 30.154        | 27.607        |
| Conta de desenvolvimento energético - CDE | 20.718        | 18.807        |
| Reserva global de reversão - RGR          | 15.592        | 6.061         |
|   | <b>66.464</b> | <b>52.475</b> |

## 17 Pesquisa e Desenvolvimento e Eficiência Energética

As concessionárias e permissionárias de serviços públicos de distribuição de energia elétrica estão obrigadas a destinar anualmente o percentual de 1% de sua receita operacional líquida em pesquisa e desenvolvimento do setor elétrico e em programas de eficiência energética, conforme Lei nº 9.991/00 e Resoluções Normativas Aneel nº 316/08 e 300/08.

### 17.1 Saldos constituídos para aplicação em P&D e PEE

|   | Aplicado e não concluído | Saldo a recolher | Saldo a aplicar       | Saldo em 31.12.2011 | Saldo em 31.12.2010 |
|---|--------------------------|------------------|-----------------------|---------------------|---------------------|
| <b>Pesquisa e desenvolvimento - P&amp;D</b> |                          |                  |                       |                     |                     |
| FNDCT                                       | -                        | 1.617            | -                     | 1.617               | 1.451               |
| MME   | -                        | 810              | -                     | 810                 | 727                 |
| P&D   | 9.924                    | -                | 62.593                | 72.517              | 69.018              |
|   | <b>9.924</b>             | <b>2.427</b>     | <b>62.593</b>         | <b>74.944</b>       | <b>71.196</b>       |
| <b>Prog. de eficiência energética - PEE</b> | <b>47.477</b>            | -                | <b>78.623</b>         | <b>126.100</b>      | <b>133.632</b>      |
|   | <b>57.401</b>            | <b>2.427</b>     | <b>141.216</b>        | <b>201.044</b>      | <b>204.828</b>      |
|   |                          |                  | <b>Circulante</b>     | <b>140.918</b>      | <b>140.381</b>      |
|   |                          |                  | <b>Não circulante</b> | <b>60.126</b>       | <b>64.447</b>       |

**17.2 Mutação dos saldos de P&D e PEE**

|                      | FNDCT        | MME        | P&D           |                | PEE            |                | Total          |
|----------------------|--------------|------------|---------------|----------------|----------------|----------------|----------------|
|                      | circulante   | circulante | circulante    | não circulante | circulante     | não circulante |                |
| <b>Em 1º.01.2010</b> | <b>713</b>   | <b>356</b> | <b>36.347</b> | <b>34.980</b>  | <b>69.345</b>  | <b>35.585</b>  | <b>177.326</b> |
| Constituições        | 8.496        | 4.248      | -             | 8.496          | -              | 21.240         | 42.480         |
| Juros Selic          | -            | -          | -             | 3.432          | -              | 12.314         | 15.746         |
| Transferências       | -            | -          | 4.465         | (4.465)        | 47.135         | (47.135)       | -              |
| Recolhimentos        | -            | -          | (14.237)      | -              | (4.852)        | -              | (19.089)       |
| Conclusões           | (7.758)      | (3.877)    | -             | -              | -              | -              | (11.635)       |
| <b>Em 31.12.2010</b> | <b>1.451</b> | <b>727</b> | <b>26.575</b> | <b>42.443</b>  | <b>111.628</b> | <b>22.004</b>  | <b>204.828</b> |
| Constituições        | 9.614        | 4.807      | -             | 9.613          | -              | 24.034         | 48.068         |
| Juros Selic          | -            | -          | -             | 6.248          | -              | 8.075          | 14.323         |
| Transferências       | -            | -          | 6.800         | (6.800)        | 45.491         | (45.491)       | -              |
| Recolhimentos        | (9.448)      | (4.724)    | -             | -              | -              | -              | (14.172)       |
| Conclusões           | -            | -          | (12.362)      | -              | (39.641)       | -              | (52.003)       |
| <b>Em 31.12.2011</b> | <b>1.617</b> | <b>810</b> | <b>21.013</b> | <b>51.504</b>  | <b>117.478</b> | <b>8.622</b>   | <b>201.044</b> |

**18 Outras Contas a Pagar**

|                                       | 31.12.2011    | 31.12.2010    |
|---------------------------------------|---------------|---------------|
| Consumidores                          | 17.398        | 7.085         |
| Taxa de iluminação pública arrecadada | 14.875        | 18.224        |
| Devolução ao consumidor               | 7.837         | 7.027         |
| Cauções em garantia                   | 4.578         | 4.744         |
| Taxa de fiscalização Aneel            | 1.072         | 841           |
| Entidades seguradoras                 | 1.046         | 1.338         |
| Outras obrigações                     | 6.552         | 8.201         |
|                                       | <b>53.358</b> | <b>47.460</b> |

**19 Contingências e Provisões para Litígios**

A Companhia responde por diversos processos judiciais perante diferentes tribunais e instâncias. A Administração da Companhia, fundamentada na opinião de seus assessores legais, mantém provisão para litígios sobre as causas cuja probabilidade de perda é considerada provável.

|  | 31.12.2011             |                      | 31.12.2010             |                      |
|--|------------------------|----------------------|------------------------|----------------------|
|  | Provisão para Litígios | Depósitos Vinculados | Provisão para Litígios | Depósitos Vinculados |
| <b>Fiscais (19.1)</b>                    | <b>1.021</b>           | <b>148</b>           | <b>12.753</b>          | <b>56</b>            |
| <b>Trabalhistas (19.2)</b>               | <b>107.661</b>         | <b>16.854</b>        | <b>122.967</b>         | <b>20.949</b>        |
| <b>Benefícios a empregados (19.3)</b>    | <b>44.853</b>          | <b>-</b>             | <b>46.502</b>          | <b>-</b>             |
| <b>Cíveis (19.4)</b>                     |                        |                      |                        |                      |
| Fornecedores (19.4.1)                    | 88.003                 | 70.568               | 86.101                 | 70.568               |
| Cíveis e direito administrativo (19.4.2) | 70.948                 | 9.029                | 37.790                 | 6.008                |
| Serviços de passagem (19.4.3)            | 2.569                  | -                    | 2.391                  | -                    |
| Desapropriações e patrimoniais (19.4.3)  | 2.174                  | -                    | 1.784                  | -                    |
| Consumidores (19.4.4)                    | 5.494                  | 1.929                | 5.305                  | 1.677                |
|  | <b>169.188</b>         | <b>81.526</b>        | <b>133.371</b>         | <b>78.253</b>        |
| <b>Ambientais (19.5)</b>                 | <b>32</b>              | <b>-</b>             | <b>32</b>              | <b>-</b>             |
| <b>Regulatórias (19.6)</b>               | <b>21.518</b>          | <b>-</b>             | <b>13.509</b>          | <b>-</b>             |
|  | <b>344.273</b>         | <b>98.528</b>        | <b>329.134</b>         | <b>99.258</b>        |

**Mutações das provisões para litígios**

|  | Saldo em 31.12.2010 | Adições       | Reversões       | Quitações       | Saldo em 31.12.2011 |
|--|---------------------|---------------|-----------------|-----------------|---------------------|
| <b>Fiscais (19.1)</b>                    | <b>12.754</b>       | <b>20.232</b> | <b>(31.628)</b> | <b>(337)</b>    | <b>1.021</b>        |
| <b>Trabalhistas (19.2)</b>               | <b>122.967</b>      | <b>9.469</b>  | <b>(9.592)</b>  | <b>(15.183)</b> | <b>107.661</b>      |
| <b>Benefícios a empregados (19.3)</b>    | <b>46.502</b>       | <b>9.802</b>  | <b>-</b>        | <b>(11.451)</b> | <b>44.853</b>       |
| <b>Cíveis (19.4)</b>                     |                     |               |                 |                 |                     |
| Fornecedores (19.4.1)                    | 86.101              | 2.138         | (236)           | -               | 88.003              |
| Cíveis e direito administrativo (19.4.2) | 37.790              | 40.034        | -               | (6.876)         | 70.948              |
| Serviços de passagem (19.4.3)            | 2.391               | 1.177         | (935)           | (64)            | 2.569               |
| Desapropriações e patrimoniais (19.4.3)  | 1.784               | 390           | -               | -               | 2.174               |
| Consumidores (19.4.4)                    | 5.305               | 846           | (638)           | (19)            | 5.494               |
|  | <b>133.371</b>      | <b>44.585</b> | <b>(1.809)</b>  | <b>(6.959)</b>  | <b>169.188</b>      |
| <b>Ambientais (19.5)</b>                 | <b>31</b>           | <b>1</b>      | <b>-</b>        | <b>-</b>        | <b>32</b>           |
| <b>Regulatórias (19.6)</b>               | <b>13.509</b>       | <b>12.686</b> | <b>(4.677)</b>  | <b>-</b>        | <b>21.518</b>       |
|  | <b>329.134</b>      | <b>96.775</b> | <b>(47.706)</b> | <b>(33.930)</b> | <b>344.273</b>      |

|  | Saldo em 1º.01.2010 | Adições        | Reversões       | Quitações       | Saldo em 31.12.2010 |
|--|---------------------|----------------|-----------------|-----------------|---------------------|
| <b>Fiscais (19.1)</b>                    | <b>5.786</b>        | <b>10.938</b>  | <b>(817)</b>    | <b>(3.153)</b>  | <b>12.754</b>       |
| <b>Trabalhistas (19.2)</b>               | <b>103.135</b>      | <b>39.089</b>  | <b>(10.343)</b> | <b>(8.914)</b>  | <b>122.967</b>      |
| <b>Benefícios a empregados (19.3)</b>    | <b>29.730</b>       | <b>24.502</b>  | <b>(266)</b>    | <b>(7.464)</b>  | <b>46.502</b>       |
| <b>Cíveis (19.4)</b>                     |                     |                |                 |                 |                     |
| Fornecedores (19.4.1)                    | 84.024              | 2.733          | (656)           | -               | 86.101              |
| Cíveis e direito administrativo (19.4.2) | 26.259              | 15.694         | -               | (4.163)         | 37.790              |
| Serviços de passagem (19.4.3)            | 8.541               | 170            | (6.299)         | (21)            | 2.391               |
| Desapropriações e patrimoniais (19.4.3)  | 1.349               | 502            | -               | (67)            | 1.784               |
| Consumidores (19.4.4)                    | 5.324               | 776            | (640)           | (155)           | 5.305               |
|  | <b>125.497</b>      | <b>19.875</b>  | <b>(7.595)</b>  | <b>(4.406)</b>  | <b>133.371</b>      |
| <b>Ambientais (19.5)</b>                 | <b>-</b>            | <b>31</b>      | <b>-</b>        | <b>-</b>        | <b>31</b>           |
| <b>Regulatórias (19.6)</b>               | <b>14.244</b>       | <b>5.601</b>   | <b>(56)</b>     | <b>(6.280)</b>  | <b>13.509</b>       |
|  | <b>278.392</b>      | <b>100.036</b> | <b>(19.077)</b> | <b>(30.217)</b> | <b>329.134</b>      |

## **Ações Prováveis**

### **19.1 Fiscais**

#### **19.1.1 Impostos sobre serviços - ISS**

As principais discussões referem-se a autuações fiscais lavradas em face da Companhia, por conta da eventual ausência de retenção do ISS na qualidade de tomadora do serviço contratado junto a terceiros, no valor de R\$ 50.

#### **19.1.2 Imposto sobre propriedade predial e territorial urbana - IPTU**

A Companhia discute administrativamente e judicialmente a incidência de IPTU sobre seus bens vinculados à concessão, ao argumento de que são imunes a impostos. Adicionalmente, tem obtido sucesso em algumas execuções fiscais movidas pelos municípios do Paraná contra a Companhia, no valor de R\$ 134.

#### **19.1.3 Outros tributos federais**

A Companhia possui outras ações relacionadas a tributos federais que totalizam R\$ 837.

### **19.2 Trabalhistas**

Ações movidas por ex-empregados contra a Companhia, envolvendo cobrança de horas-extras, periculosidade, adicional de transferência, equiparação/reenquadramento salarial e outras e, também, ações movidas por ex-empregados de seus empreiteiros (responsabilidade solidária) e empresas terceirizadas (responsabilidade subsidiária), envolvendo cobrança de parcelas indenizatórias e outras.

### **19.3 Benefícios a empregados**

Ações de aposentados (ex-empregados da Copel Distribuição) que apresentaram reclamação trabalhista contra a Fundação Copel, que causarão, conseqüentemente, reflexos para a Companhia, na medida em que forem necessários aportes complementares.

### **19.4 Cíveis**

#### **19.4.1 Fornecedores**

##### **Rio Pedrinho Energética S.A. e Consórcio Salto Natal Energética S.A.**

A Copel Distribuição discute judicialmente a validade de cláusulas e condições do contrato de compra e venda de energia firmado com as empresas Rio Pedrinho Energética S.A. e Consórcio Salto Natal Energética S.A., ao entendimento de que estabelecem benefícios às empresas vendedoras. Concomitantemente, as vendedoras, depois de rescindirem o contrato, levaram o conflito para decisão da Câmara de Arbitragem da Fundação Getúlio Vargas, que condenou a Copel Distribuição a pagar a multa contratual, ao entendimento de que esta dera causa à rescisão. A Copel Distribuição pleiteia judicialmente a anulação dessa decisão.



COPEL

Copel Distribuição S.A.



Considerando que ambos os fornecedores já levantaram os valores penhorados (R\$ 35.913 em 17.06.2010, R\$ 22.823 em 1º.10.2009 e R\$ 11.833 em 03.02.2010), permanece a classificação da ação, pela Diretoria Jurídica, como perda provável, ressaltando que foram apresentadas pelas mesmas cartas de fiança bancária como garantia a referidos levantamentos. Além da discussão judicial em questão, houve, no final de 2011, a execução de saldo remanescente, no valor de R\$ 27.438, com consequente bloqueio em conta, pretensão impugnada pela Copel Distribuição, razão pela qual a Administração decidiu por constituir provisão financeira para referidos litígios, no valor originário das dívidas que, corrigidas até 31.12.2011, apontam para a importância de R\$ 104.792, deste valor, R\$ 16.789 estão contabilizados na conta Fornecedores.

#### 19.4.2 Cíveis e direito administrativo

Ações em que a Companhia é parte ativa ou passiva e que envolve faturamento, procedimento irregular, contratos administrativos e multa contratual, indenização por acidentes com a rede de energia elétrica e acidentes com veículos.

#### 19.4.3 Servidões de passagem, desapropriações e patrimoniais

O contencioso patrimonial da Companhia é constituído principalmente pelas ações de desapropriações e servidões, que impõem pagamentos a título de indenizações e que são sempre obrigatórias devido a preceito constitucional que obriga à justa e prévia indenização em dinheiro pelo desapossamento compulsório de áreas pela Administração Pública e nas servidões pela restrição no uso da propriedade sem transferir o domínio. As ações judiciais ocorrem quando há divergência entre o valor avaliado pela Companhia para pagamento e o pleiteado pelo proprietário.

As ações patrimoniais compreendem, ainda, reintegrações de posse de imóveis de propriedade da concessionária. As demandas judiciais existem quando há necessidade de retomada dos imóveis invadidos por terceiros.

Comporta, por fim, a intervenção no usucapião de terceiros, seja na qualidade de confrontante ou mesmo quando se trate de imóvel onde há áreas de servidão de passagem.

#### 19.4.4 Consumidores

Ações pleiteando ressarcimento de danos causados em aparelhos eletrodomésticos, indenizações por dano moral decorrente da prestação do serviço (por exemplo, suspensão do fornecimento) e ações movidas por consumidores industriais questionando a legalidade da majoração da tarifa de energia elétrica ocorrida na vigência do Plano Cruzado e pleiteando restituição de valores envolvidos. A Companhia constituiu provisão tomando por base o diferencial de alíquota, cobrada dos consumidores industriais, no período de março a novembro de 1986, acrescida de encargos financeiros, cujos montantes são considerados suficientes.

### **19.5 Ambientais**

O contencioso ambiental judicial da Companhia refere-se, basicamente, a ações civis públicas e

ações populares, que têm como finalidade obstaculizar o andamento de licenciamento ambiental de novos projetos ou a recuperação de áreas de preservação permanente no entorno dos reservatórios das usinas hidrelétricas utilizadas indevidamente por particulares. Em caso de eventual condenação, estima-se o custo da elaboração de novos estudos ambientais e o custo de recuperação das áreas de propriedade da Companhia.

## 19.6 Regulatórias

A Companhia está discutindo nas esferas administrativa e judicial notificações do Órgão Regulador sobre eventuais descumprimentos de normas regulatórias, dentre eles o valor de R\$ 9.020, referente às ações judiciais envolvendo a Companhia Estadual de Energia Elétrica - CEEE e Dona Francisca Energética S.A., contra o Despacho Aneel nº 288/02. O provável êxito nas ações citadas resultará em modificações na contabilização da CCEE, o que torna necessária a constituição de provisão destes valores, visto que a Companhia será acionada a quitar os montantes de sua responsabilidade.

## Ações Possíveis

|                         | 31.12.2011     | 31.12.2010       |
|-------------------------|----------------|------------------|
| Fiscais                 | 155.437        | 38.823           |
| Trabalhistas            | 131.561        | 94.936           |
| Benefícios a empregados | 32.455         | 27.786           |
| Cíveis                  | 56.386         | 39.401           |
| Regulatórias            | 11.381         | 1.627.758        |
|                         | <b>387.220</b> | <b>1.828.704</b> |

## 19.7 Detalhamento das principais causas possíveis

### 19.7.1 Regulatória

O Mercado Atacadista de Energia - MAE foi extinto e suas atividades, seus ativos e passivos foram, em 12.11.2004, absorvidos pela CCEE, que foi constituída sob forma de pessoa jurídica de direito privado, sob regulação e fiscalização da Aneel.

Os dados de comercialização de energia elétrica da Copel Distribuição, considerados na contabilização do MAE, atualmente CCEE, não foram reconhecidos pela Companhia como efetivos e definitivos para os exercícios de 2000, 2001 e primeiro trimestre de 2002. Esses dados foram calculados através de critérios e valores que levaram em conta decisões da agência reguladora, sendo objeto de contestação, e tendo a Companhia já encaminhado, pelas vias administrativas e judiciais, providências contra aquelas decisões.

O pleito está embasado substancialmente no fato de a Companhia ter efetuado transações de venda de energia, as quais não deveriam servir de base de cálculo efetuado pelo órgão regulador, para cumprir exclusivamente com contratos com clientes localizados no mercado da região sudeste. Em 31.12.2010, o montante estimado relativo às diferenças de cálculo era de aproximadamente R\$ 1.473.000, não reconhecido pela Companhia no passivo de fornecedores.

Em 31.03.2011, a Administração, baseada em decisão de primeira instância na esfera judicial em favor da Companhia e suportada por opinião de seus assessores jurídicos, reconsiderou como remotas as chances de perda quando da decisão final desses processos judiciais, mantendo esta decisão em 31.12.2011.

## **20 Patrimônio Líquido**

### **20.1 Capital Social**

O capital social integralizado, em 31.12.2011 (e em 31.12.2010), monta a R\$ 2.624.841, composto por 2.624.840.634 ações, todas ordinárias, pertencentes à Copel.

### **20.2 Reserva de lucros**

|                               | <b>31.12.2011</b> | <b>31.12.2010</b> |
|-------------------------------|-------------------|-------------------|
| Reserva legal                 | 135.294           | 108.500           |
| Reserva de retenção de lucros | 883.575           | 570.007           |
| Dividendo adicional proposto  | 13.468            | -                 |
|                               | <b>1.032.337</b>  | <b>678.507</b>    |

A reserva legal é constituída com base em 5% do lucro líquido do exercício, antes de qualquer destinação, limitada a 20% do capital.

A reserva de retenção de lucros visa à cobertura do programa de investimento da Companhia, conforme o artigo 196 da Lei das Sociedades Anônimas. Sua constituição ocorre mediante retenção do remanescente do lucro líquido do exercício, após a reserva legal e os juros sobre o capital próprio.

O dividendo adicional proposto corresponde à parcela do valor proposto pela Administração à Assembleia Geral, excedente aos dividendos mínimos obrigatórios previstos no Estatuto. Em atendimento ao disposto na ICPC 08, é mantido em reserva específica no patrimônio líquido até a deliberação definitiva por parte da assembleia geral dos acionistas, quando então é reconhecido como dívida no passivo circulante.

### **20.3 Ajustes de avaliação patrimonial**

Nesta conta são registrados os ajustes decorrentes das variações de valor justo envolvendo os ativos financeiros classificados como disponíveis para venda, os quais correspondem aos outros resultados abrangentes da Companhia.



**Mutação de ajustes de avaliação patrimonial**

|  |               |
|--|---------------|
| <b>Em 1º.01.2010</b>   | <b>11.464</b> |
| Ajuste referente a ativos financeiros classificados como disponíveis para venda: |               |
| Contas a receber vinculadas à concessão  | 3.029         |
| Tributos sobre ganhos com ativos financeiros                                     | (1.030)       |
| <b>Em 31.12.2010</b>   | <b>13.463</b> |
| Ajuste referente a ativos financeiros classificados como disponíveis para venda: |               |
| Contas a receber vinculadas à concessão  | (7.282)       |
| Tributos sobre perdas com ativos financeiros                                     | 2.476         |
| <b>Em 31.12.2011</b>   | <b>8.657</b>  |

**20.4 Proposta de distribuição de dividendos**

|  |                   |
|--|-------------------|
|  | <b>31.12.2011</b> |
| <b>Cálculo dos dividendos mínimos obrigatórios (30%) - (1)</b> |                   |
| Lucro líquido do exercício                                     | 535.886           |
| Reserva legal (5%)   | (26.794)          |
| Realização do ajuste de avaliação patrimonial                  |                   |
| Base de cálculo para dividendos mínimos obrigatórios           | 509.092           |
|  | <b>152.728</b>    |
| <b>Dividendos propostos, líquido - (2)</b>                     |                   |
| Juros sobre capital próprio                                    | 195.524           |
| IRRF sobre os juros sobre capital próprio                      | (29.328)          |
|  | <b>166.196</b>    |
| <b>Dividendo adicional proposto (2-1)</b>                      | <b>13.468</b>     |

**21 Receita Operacional Líquida**

|                                  | Receita<br>bruta | PIS/Pasep<br>e Cofins | ICMS               | Encargos do<br>consumidor | ISSQN       | Receita<br>líquida |
|----------------------------------|------------------|-----------------------|--------------------|---------------------------|-------------|--------------------|
|                                  |                  |                       |                    |                           |             | <b>31.12.2011</b>  |
| Fornecimento de energia elétrica | 3.519.614        | (325.564)             | (932.628)          | (28.087)                  | -           | 2.233.335          |
| Suprimento de energia elétrica   | 101.220          | (8.229)               | -                  | (1.202)                   | -           | 91.789             |
| Disponibilidade da rede elétrica | 4.917.704        | (454.888)             | (1.278.736)        | (678.581)                 | -           | 2.505.499          |
| Receita de construção            | 606.620          | -                     | -                  | -                         | -           | 606.620            |
| Outras receitas operacionais     | 66.870           | (6.185)               | -                  | (7.799)                   | (65)        | 52.821             |
|                                  | <b>9.212.028</b> | <b>(794.866)</b>      | <b>(2.211.364)</b> | <b>(715.669)</b>          | <b>(65)</b> | <b>5.490.064</b>   |

|                                  | Receita<br>bruta | PIS/Pasep<br>e Cofins | ICMS               | Encargos do<br>consumidor | ISSQN        | Receita<br>líquida |
|----------------------------------|------------------|-----------------------|--------------------|---------------------------|--------------|--------------------|
|                                  |                  |                       |                    |                           |              | <b>31.12.2010</b>  |
| Fornecimento de energia elétrica | 3.350.518        | (311.325)             | (907.487)          | (26.756)                  | -            | 2.104.950          |
| Suprimento de energia elétrica   | 71.382           | (6.067)               | -                  | (844)                     | -            | 64.471             |
| Disponibilidade da rede elétrica | 4.116.951        | (381.262)             | (1.057.679)        | (560.556)                 | -            | 2.117.454          |
| Receita de construção            | 599.634          | -                     | -                  | -                         | -            | 599.634            |
| Outras receitas operacionais     | 66.716           | (6.171)               | -                  | (7.600)                   | (126)        | 52.819             |
|                                  | <b>8.205.201</b> | <b>(704.825)</b>      | <b>(1.965.166)</b> | <b>(595.756)</b>          | <b>(126)</b> | <b>4.939.328</b>   |

**Encargos do consumidor**

|  | <b>31.12.2011</b> | <b>31.12.2010</b> |
|--|-------------------|-------------------|
| Conta de consumo de combustível - CCC                          | 346.566           | 279.926           |
| Conta de desenvolvimento energético - CDE                      | 248.611           | 225.686           |
| Quota para reserva global de reversão - RGR                    | 58.542            | 34.888            |
| Pesquisa e desenvolvimento e eficiência energética - P&D e PEE | 48.068            | 42.480            |
| Outros encargos  | 13.882            | 12.776            |
|  | <b>715.669</b>    | <b>595.756</b>    |

**Fornecimento de energia por classe de consumidor**

| Fornecimento de energia elétrica        |                  | Receita bruta     |                   | Receita líquida   |                   |
|---|------------------|-------------------|-------------------|-------------------|-------------------|
|   |                  | <b>31.12.2011</b> | <b>31.12.2010</b> | <b>31.12.2011</b> | <b>31.12.2010</b> |
| Residencial                             | 1.223.657        | 1.156.856         | 771.674           | 723.479           |                   |
| Industrial                              | 1.065.222        | 1.029.084         | 654.359           | 617.424           |                   |
| Comercial, serviços e outras atividades | 812.930          | 764.857           | 504.389           | 472.306           |                   |
| Rural                                   | 158.644          | 146.606           | 134.124           | 126.876           |                   |
| Poder público                           | 104.218          | 102.035           | 73.870            | 72.379            |                   |
| Iluminação pública                      | 77.049           | 78.226            | 47.062            | 47.798            |                   |
| Serviço público                         | 77.894           | 72.854            | 47.857            | 44.688            |                   |
|   | <b>3.519.614</b> | <b>3.350.518</b>  | <b>2.233.335</b>  | <b>2.104.950</b>  |                   |

**Disponibilidade da rede elétrica por classe de consumidor**

| Disponibilidade da rede elétrica        |                  | Receita bruta     |                   | Receita líquida   |                   |
|---|------------------|-------------------|-------------------|-------------------|-------------------|
|   |                  | <b>31.12.2011</b> | <b>31.12.2010</b> | <b>31.12.2011</b> | <b>31.12.2010</b> |
| Residencial                             | 1.606.837        | 1.336.081         | 785.886           | 661.684           |                   |
| Industrial                              | 1.426.956        | 1.238.702         | 683.268           | 578.143           |                   |
| Comercial, serviços e outras atividades | 1.106.635        | 892.046           | 541.595           | 437.526           |                   |
| Rural                                   | 217.114          | 170.367           | 154.700           | 126.876           |                   |
| Poder público                           | 142.898          | 119.089           | 82.594            | 69.181            |                   |
| Iluminação pública                      | 110.302          | 91.341            | 53.118            | 44.175            |                   |
| Serviço público                         | 106.806          | 85.146            | 51.809            | 41.406            |                   |
| Consumidores livres                     | 197.789          | 181.323           | 150.725           | 156.278           |                   |
| Rede básica, de fronteira e de conexão  | 2.367            | 2.856             | 1.804             | 2.185             |                   |
|   | <b>4.917.704</b> | <b>4.116.951</b>  | <b>2.505.499</b>  | <b>2.117.454</b>  |                   |

**Suprimento de energia elétrica**

|  | Receita bruta     |                   |
|--|-------------------|-------------------|
|  | <b>31.12.2011</b> | <b>31.12.2010</b> |
| Contratos bilaterais                                 | 80.967            | 61.808            |
| Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE | 20.253            | 9.574             |
|  | <b>101.220</b>    | <b>71.382</b>     |

**Outras receitas operacionais**

|                                | <b>Receita bruta</b> |                   |
|--------------------------------|----------------------|-------------------|
|                                | <b>31.12.2011</b>    | <b>31.12.2010</b> |
| Arrendamentos e aluguéis       | 56.058               | 53.755            |
| Renda da prestação de serviços | 5.155                | 5.055             |
| Serviço taxado                 | 5.306                | 7.423             |
| Outras receitas                | 351                  | 483               |
|                                | <b>66.870</b>        | <b>66.716</b>     |

## 22 Custos e Despesas Operacionais

Os custos e despesas operacionais são compostos pelas seguintes naturezas de gasto:

| Natureza dos custos e despesas                  | Custos de bens e/ou serviços | Despesas com vendas | Despesas gerais e administrativas | Outras receitas (despesas), líquidas | Total              |
|---|------------------------------|---------------------|-----------------------------------|--------------------------------------|--------------------|
|   |                              |                     |                                   |                                      | 31.12.2011         |
| Energia elétrica comprada para revenda (22.1)   | (2.365.587)                  | -                   | -                                 | -                                    | (2.365.587)        |
| Encargos de uso da rede elétrica (22.2)         | (505.869)                    | -                   | -                                 | -                                    | (505.869)          |
| Pessoal e administradores (22.3)                | (531.307)                    | -                   | (126.075)                         | -                                    | (657.382)          |
| Planos previdenciário e assistencial (NE nº 15) | (83.862)                     | -                   | (20.372)                          | -                                    | (104.234)          |
| Material (22.4)                                 | (58.949)                     | (1)                 | (7.068)                           | -                                    | (66.018)           |
| Serviços de terceiros (22.5)                    | (185.066)                    | (27.109)            | (95.319)                          | -                                    | (307.494)          |
| Depreciação e amortização                       | (167.606)                    | -                   | (26.363)                          | -                                    | (193.969)          |
| Provisões e reversões (22.6)                    | -                            | (40.088)            | -                                 | (82.244)                             | (122.332)          |
| Custo de construção (22.7)                      | (606.620)                    | -                   | -                                 | -                                    | (606.620)          |
| Outros custos e despesas operacionais (22.8)    | (7.223)                      | 4.094               | (36.383)                          | (69.064)                             | (108.576)          |
|   | <b>(4.512.089)</b>           | <b>(63.104)</b>     | <b>(311.580)</b>                  | <b>(151.308)</b>                     | <b>(5.038.081)</b> |

| Natureza dos custos e despesas                  | Custos de bens e/ou serviços | Despesas com vendas | Despesas gerais e administrativas | Outras receitas (despesas), líquidas | Total              |
|---|------------------------------|---------------------|-----------------------------------|--------------------------------------|--------------------|
|   |                              |                     |                                   |                                      | 31.12.2010         |
| Energia elétrica comprada para revenda (22.1)   | (2.170.875)                  | -                   | -                                 | -                                    | (2.170.875)        |
| Encargos de uso da rede elétrica (22.2)         | (468.723)                    | -                   | -                                 | -                                    | (468.723)          |
| Pessoal e administradores (22.3)                | (453.626)                    | -                   | (93.208)                          | -                                    | (546.834)          |
| Planos previdenciário e assistencial (NE nº 15) | (70.581)                     | -                   | (15.778)                          | -                                    | (86.359)           |
| Material (22.4)                                 | (53.336)                     | (678)               | (6.118)                           | -                                    | (60.132)           |
| Serviços de terceiros (22.5)                    | (172.389)                    | (24.359)            | (80.689)                          | -                                    | (277.437)          |
| Depreciação e amortização                       | (157.354)                    | -                   | (23.347)                          | -                                    | (180.701)          |
| Provisões e reversões (22.6)                    | -                            | (25.954)            | -                                 | (80.959)                             | (106.913)          |
| Custo de construção (22.7)                      | (599.634)                    | -                   | -                                 | -                                    | (599.634)          |
| Outros custos e despesas operacionais (22.8)    | (5.296)                      | 4.253               | (28.755)                          | (50.325)                             | (80.123)           |
|   | <b>(4.151.814)</b>           | <b>(46.738)</b>     | <b>(247.895)</b>                  | <b>(131.284)</b>                     | <b>(4.577.731)</b> |

**22.1 Energia elétrica comprada para revenda**

|   | <b>31.12.2011</b> | <b>31.12.2010</b> |
|---|-------------------|-------------------|
| Eletrobrás - Centrais Elétricas Brasileiras S.A. (Itaipu)                       | 459.649           | 468.296           |
| Furnas Centrais Elétricas S.A. - leilão   | 382.553           | 357.763           |
| Companhia Hidro Elétrica do São Francisco - Chesf - leilão                      | 354.682           | 332.801           |
| Elejor - Centrais Elétricas do Rio Jordão                                       | 194.282           | 179.709           |
| Companhia Energética de São Paulo - Cesp - leilão                               | 138.366           | 129.120           |
| Itiquira Energética S.A.  | 129.037           | 117.813           |
| Centrais Elétricas do Norte do Brasil S. A. - Eletronorte - leilão              | 117.681           | 109.926           |
| Petróleo Brasileiro S.A. - Petrobras - leilão                                   | 104.292           | 100.569           |
| Programa de incentivo a novas fontes de energia alternativa - Proinfa           | 102.275           | 105.363           |
| Copel Geração e Transmissão S.A.  | 91.849            | 79.243            |
| Companhia Energética de Minas Gerais - Cemig - leilão                           | 56.402            | 52.378            |
| Câmara de Comercialização de Energia - CCEE                                     | 41.652            | 54.761            |
| Cia. Estadual de Geração e Transmissão de Energia Elétrica S.A. - CEEE - leilão | 40.168            | 37.700            |
| Companhia de Geração Térmica de Energia Elétrica - Eletrobras CGTEE - leilão    | 35.805            | 32.091            |
| Light S.A. - leilão   | 30.475            | 28.557            |
| ThyssenKrupp CSA Companhia Siderúrgica - UTE Atlântico - leilão                 | 29.139            | -                 |
| Tractbel Energia S.A. - leilão  | 22.440            | 20.841            |
| Duke Energy International, Geração Paranapanema S.A. - leilão                   | 20.846            | 19.347            |
| Coomex Empresa Operadora do Mercado Energético Ltda.                            | 15.870            | -                 |
| (-) PIS/Pasep e Cofins sobre energia elétrica comprada para revenda             | (225.038)         | (205.018)         |
| Outras - leilão   | 223.162           | 149.615           |
|   | <b>2.365.587</b>  | <b>2.170.875</b>  |

**22.2 Encargos de uso da rede elétrica**

|  | <b>31.12.2011</b> | <b>31.12.2010</b> |
|--|-------------------|-------------------|
| Furnas Centrais Elétricas S.A.   | 100.567           | 95.791            |
| Copel Geração e Transmissão S.A.                                       | 75.368            | 68.923            |
| Cia Transmissora de Energia Elétrica Paulista - Cteep                  | 50.758            | 43.726            |
| Companhia Hidro Elétrica do São Francisco - Chesf                      | 40.715            | 38.122            |
| Centrais Elétricas do Norte do Brasil S.A. - Eletronorte               | 36.135            | 31.704            |
| Eletrosul Centrais Elétricas S.A.                                      | 27.401            | 26.665            |
| Encargo de Energia de Reserva - ER                                     | 16.456            | -                 |
| Companhia Energética de Minas Gerais - Cemig                           | 14.865            | 16.323            |
| TSN Transmissora Nordeste Sudeste de Energia S.A.                      | 14.754            | 13.434            |
| Novatrans Energia S.A.   | 14.631            | 13.289            |
| Operador Nacional do Sistema Elétrico - ONS                            | 13.228            | 12.764            |
| Cia. Estadual de Geração e Transmissão de Energia Elétrica S.A. - CEEE | 12.210            | 11.281            |
| Empresa Amazonense de Transmissão de Energia - Eate                    | 12.195            | 11.102            |
| Encargos dos serviços do sistema - ESS                                 | 10.988            | 41.021            |
| ATE II Transmissora de Energia S.A.                                    | 6.403             | 5.692             |
| Empresa Norte de Transmissão de Energia S.A. - Ente                    | 6.337             | 5.675             |
| Itumbiara Transmissora de Energia Ltda.                                | 6.038             | 5.391             |
| Expansion Transmissora de Energia Elétrica S.A.                        | 5.594             | 5.135             |
| STN Sistema de Transmissão Nordeste S.A.                               | 5.062             | 4.549             |
| Empresa Transmissora de Energia Oeste Ltda - Eteo                      | 5.001             | 4.563             |
| NTE Nordeste Transmissora de Energia S.A.                              | 4.340             | 3.968             |
| ATE Transmissora Energia S.A.  | 4.206             | 3.655             |
| Integração Transmissão Energia - Intesa                                | 3.926             | 3.533             |
| Serra Mesa Transm. Energia Ltda. - SMTE                                | 3.729             | 3.167             |
| LT Triângulo S.A.  | 3.350             | 3.036             |
| ATE III Transmissora Energia S.A.                                      | 3.322             | 2.995             |
| SC Energia - Empresa Transmissora Energia Sta. Catarina                | 3.120             | 2.858             |
| Empresa Paraense Transmissão de Energia S.A. - Etep                    | 2.787             | 2.543             |
| Arthemis Transmissora de Energia S.A.                                  | 2.709             | 2.414             |
| Interligação Elétrica Norte Nordeste - IENNE                           | 1.543             | 1.543             |
| (-) PIS/Pasep e Cofins sobre encargos de uso da rede elétrica          | (51.435)          | (47.710)          |
| Outras   | 49.566            | 31.571            |
|  | <b>505.869</b>    | <b>468.723</b>    |

**22.3 Pessoal e administradores**

|  | <b>31.12.2011</b> | <b>31.12.2010</b> |
|--|-------------------|-------------------|
| <b>Pessoal</b>                                   |                   |                   |
| Remunerações                                     | 483.260           | 386.463           |
| Encargos sociais                                 | 149.227           | 127.254           |
|  | <b>632.487</b>    | <b>513.717</b>    |
| Participação nos lucros e/ou resultados (a)      | 35.162            | 46.950            |
| Auxílio alimentação e educação                   | 54.922            | 49.716            |
| Indenização demissões voluntárias/aposentadorias | 43.250            | 12.420            |
|  | <b>765.821</b>    | <b>622.803</b>    |
| (-) Apropriação no intangível em curso (b)       | (108.911)         | (76.469)          |
|  | <b>656.910</b>    | <b>546.334</b>    |
| <b>Administradores</b>                           |                   |                   |
| Honorários                                       | 380               | 454               |
| Encargos sociais                                 | 92                | 46                |
|  | <b>472</b>        | <b>500</b>        |
|  | <b>657.382</b>    | <b>546.834</b>    |

a) A Companhia implantou o programa de participação dos empregados nos lucros e/ou resultados, pago de acordo com a Lei Federal nº 10.101/2000, o Decreto Estadual nº 1978/2007 e a Lei Estadual nº 16560/2010.

b) No valor referente à apropriação de mão de obra direta no intangível em curso não são consideradas despesas administrativas.

## 22.4 Material

|                                    | 31.12.2011    | 31.12.2010    |
|------------------------------------|---------------|---------------|
| Combustíveis e peças para veículos | 24.632        | 20.435        |
| Sistema elétrico                   | 21.967        | 21.374        |
| Cantina                            | 7.061         | 6.120         |
| Construção civil                   | 4.335         | 3.154         |
| Expediente                         | 4.006         | 3.646         |
| Segurança                          | 2.341         | 1.959         |
| Ferramental de serviço             | 1.532         | 1.324         |
| Outros materiais                   | 144           | 2.120         |
|                                    | <b>66.018</b> | <b>60.132</b> |

## 22.5 Serviços de terceiros

|  | 31.12.2011     | 31.12.2010     |
|--|----------------|----------------|
| Manutenção do sistema elétrico                   | 68.563         | 67.580         |
| Serviços de telecomunicações                     | 33.518         | 33.262         |
| Leitura e entrega de faturas                     | 29.898         | 28.168         |
| Agentes autorizados e credenciados               | 27.109         | 24.359         |
| Processamento e transmissão de dados             | 20.668         | 19.732         |
| Telefone   | 18.398         | 15.112         |
| Limpeza de faixa de servidão                     | 11.974         | 10.589         |
| Apoio administrativo                             | 10.993         | 10.144         |
| Viagens  | 10.830         | 7.481          |
| Consultoria técnica, científica e administrativa | 8.778          | 7.313          |
| Vigilância                                       | 8.771          | 8.008          |
| Manutenção civil                                 | 8.169          | 5.359          |
| Treinamentos                                     | 7.756          | 6.440          |
| Atendimento a consumidores                       | 6.908          | 7.143          |
| Manutenção e conservação de veículos             | 5.273          | 4.516          |
| Frete e carretos                                 | 4.455          | 3.861          |
| Postais e telegráficos                           | 3.807          | 3.399          |
| Telefonista                                      | 3.284          | 3.349          |
| Serviços em área verde                           | 2.860          | 2.376          |
| Outros serviços                                  | 15.482         | 9.246          |
|  | <b>307.494</b> | <b>277.437</b> |

**22.6 Provisões e reversões**

|   | 31.12.2011     | 31.12.2010     |
|---|----------------|----------------|
| <b>Provisão (reversão) para créditos de liquidação duvidosa</b> |                |                |
| Clientes  | 40.090         | 25.987         |
| Outros créditos   | (2)            | (33)           |
|   | <b>40.088</b>  | <b>25.954</b>  |
| <b>Provisão para perdas de créditos tributários</b>             | <b>33.175</b>  | -              |
| <b>Provisões (reversões) para litígios (NE nº 19)</b>           |                |                |
| Fiscais   | (11.396)       | 10.121         |
| Trabalhistas  | (123)          | 28.746         |
| Benefícios a empregados   | 9.802          | 24.236         |
| Fornecedores  | 1.902          | 2.077          |
| Cíveis e direito administrativo                                 | 40.034         | 15.694         |
| Servidões de passagem   | 242            | (6.129)        |
| Desapropriações e patrimoniais                                  | 390            | 502            |
| Consumidores  | 208            | 136            |
| Ambientais  | 1              | 31             |
| Regulatórias  | 8.009          | 5.545          |
|   | <b>49.069</b>  | <b>80.959</b>  |
|   | <b>122.332</b> | <b>106.913</b> |

**22.7 Custos de construção**

|                       | 31.12.2011     | 31.12.2010     |
|-----------------------|----------------|----------------|
| Material              | 372.547        | 359.948        |
| Serviços de terceiros | 149.499        | 156.618        |
| Pessoal               | 75.778         | 55.139         |
| Outros                | 8.796          | 27.929         |
|                       | <b>606.620</b> | <b>599.634</b> |

**22.8 Outros custos e despesas operacionais**

|  | 31.12.2011     | 31.12.2010    |
|--|----------------|---------------|
| Perdas na desativação e alienação de bens  | 40.196         | 35.159        |
| Indenizações   | 20.585         | 14.115        |
| Taxa de fiscalização da Aneel  | 11.706         | 9.962         |
| Arrendamentos e aluguéis   | 9.983          | 9.726         |
| Tributos   | 8.330          | 8.079         |
| Incentivo ao esporte, Lei Rouanet e fundo dos direitos da criança e do adolescente - FIA | 7.516          | 1.716         |
| Seguros  | 2.967          | 2.849         |
| Energia elétrica - consumo próprio   | 7.285          | 6.488         |
| Propaganda e publicidade   | 4.417          | 3.762         |
| Recuperação de custos e despesas   | (17.641)       | (21.644)      |
| Outros custos e despesas, líquidos   | 13.232         | 9.911         |
|  | <b>108.576</b> | <b>80.123</b> |

## 23 Resultado Financeiro

|   | 31.12.2011     | 31.12.2010     |
|---|----------------|----------------|
| <b>Receitas financeiras</b>                                     |                |                |
| Varição monetária sobre contas a receber vinculadas à concessão | 100.381        | 151.187        |
| Renda sobre repasse CRC (NE nº 6)                               | 84.867         | 79.546         |
| Renda de aplicações financeiras mantidas para negociação        | 72.082         | 22.164         |
| Renda de aplicações financeiras disponíveis para venda          | 3.833          | 2.334          |
| Renda de aplicações financeiras mantidas até o vencimento       | 82             | 69             |
| Varição monetária sobre repasse CRC (NE nº 6)                   | 64.083         | 136.168        |
| Acréscimos moratórios sobre faturas de energia                  | 60.166         | 67.446         |
| Multas  | 10.022         | 7.748          |
| Juros sobre impostos a compensar                                | 5.011          | 12.670         |
| Outras receitas financeiras                                     | 3.056          | 2.358          |
|   | <b>403.583</b> | <b>481.690</b> |
| <b>(-) Despesas financeiras</b>                                 |                |                |
| Encargos de dívidas   | 98.071         | 52.601         |
| Descontos concedidos  | 15.567         | 1              |
| Juros sobre P&D e PEE   | 14.323         | 15.746         |
| IOF   | 3.349          | 19.327         |
| Multas sancionatórias e outras                                  | 2.861          | 6.383          |
| Juros sobre parcelamento de tributos                            | 1.651          | 5.344          |
| Variações monetárias e cambiais                                 | (3.600)        | (3.892)        |
| Outras despesas financeiras                                     | 14.640         | 7.270          |
|   | <b>146.862</b> | <b>102.780</b> |
|   | <b>256.721</b> | <b>378.910</b> |

Os custos de empréstimos e financiamentos capitalizados durante o ano de 2011 totalizaram R\$ 35.819, à taxa média de 2,67% a.a.

## 24 Contratos de Arrendamento Operacional

### 24.1 A Companhia como arrendatária

| Custos e despesas de arrendamentos e aluguéis | 31.12.2011   | 31.12.2010   |
|---|--------------|--------------|
| Imóveis                                       | 9.646        | 7.468        |
| Fotocopiadora                                 | 1.156        | 2.676        |
| Outros  | 216          | 533          |
| (-) Créditos de PIS e Cofins                  | (1.035)      | (951)        |
|   | <b>9.983</b> | <b>9.726</b> |

A estimativa de gastos para os próximos exercícios é basicamente a mesma de 2011, acrescida dos índices de correção contratualmente assumidos, não existindo riscos com relação rescisão contratual.

Do total de R\$ 9.646 gastos com aluguel de imóveis, R\$ 4.771 referem-se ao contrato de locação do Polo Km 3, firmado entre a Copel Distribuição e a Fundação Copel, o qual, dentre os contratos de aluguel, destaca-se como o mais relevante para a Companhia. Para os períodos futuros este valor será corrigido com base na avaliação imobiliária do imóvel.

Não identificamos compromissos de arrendamento operacional não canceláveis.



## 24.2 A Companhia como arrendadora

| Receita de arrendamentos e aluguéis | 31.12.2011    | 31.12.2010    |
|-------------------------------------|---------------|---------------|
| Equipamentos e estruturas           | 55.603        | 53.333        |
| Imóveis                             | 455           | 422           |
|                                     | <b>56.058</b> | <b>53.755</b> |

Os arrendamentos operacionais referem-se a receitas de aluguéis de bens da Companhia. O arrendatário não tem a opção de compra do bem após o término do prazo do arrendamento.

Não identificamos recebíveis de arrendamento operacionais não canceláveis.

O compartilhamento de estrutura refere-se à cessão de pontos de fixação em espaço predeterminado nos postes para instalação de cabos, acessórios e equipamentos das prestações de serviços de telecomunicação, mediante pagamento mensal, atendendo o contido no Art. 73 da Lei nº 9472, de 16.07.1997 (Lei Geral das Telecomunicações), na Resolução Conjunta Aneel/Anatel/ANP nº 001, de 24.11.1999, e na Resolução Aneel nº 581, de 29.10.2002. Objetiva também a redução dos custos de implantação de infraestrutura para os agentes dos setores elétrico e de telecomunicações, a otimização do uso dos postes e a obtenção de margem que contribua para tarifas mais competitivas (reverte para a modicidade da tarifa de energia elétrica).

## 25 Instrumentos Financeiros

A utilização de instrumentos financeiros pela Companhia está restrita a Caixa e equivalentes de caixa, Clientes, Repasse CRC ao Governo do Estado do Paraná, Aplicações financeiras, Contas a receber vinculadas à concessão, Empréstimos e financiamentos e Fornecedores.

A Companhia mantém mecanismos que buscam a gestão de riscos nas áreas corporativas. Os riscos são classificados como críticos, altos, moderados, baixos ou mínimos de acordo com sua exposição final, a qual leva em consideração os impactos financeiro, operacional e de imagem, além da frequência de ocorrência do risco.

Os principais fatores de riscos inerentes às atividades da Companhia são identificados e dimensionados quanto aos possíveis impactos negativos, de alcance de seus objetivos estratégicos, de processos e de projetos.

## 25.1 Valor justo e nível de classificação para apuração do valor justo dos Instrumentos Financeiros

|  | Nível | Valor contábil |            |
|--|-------|----------------|------------|
|  |       | 31.12.2011     | 31.12.2010 |
| <b>Ativos financeiros</b>                              |       |                |            |
| Caixa e equivalentes de caixa (NE nº 3)                | -     | 647.783        | 669.079    |
| Clientes (NE nº 5)                                     | -     | 1.020.554      | 822.803    |
| Contas a receber de entidades governamentais (NE nº 5) | -     | 116.137        | 152.389    |
| Repasse CRC ao Governo do Estado do Paraná (NE nº 6)   | -     | 1.346.460      | 1.341.193  |
| Títulos e valores mobiliários (NE nº 4.1)              | 1     | 658            | 719        |
| Títulos e valores mobiliários (NE nº 4.1)              | 2     | 33.735         | 30.094     |
| Cauções e depósitos vinculados (NE nº 4)               | -     | 37.558         | 26.481     |
| Contas a receber vinculadas à concessão (NE nº 7)      | 3     | 2.225.203      | 1.637.888  |
| <b>Passivos financeiros</b>                            |       |                |            |
| Empréstimos e financiamentos (NE nº 14)                | -     | 726.226        | 543.661    |
| Eletrobrás - Itaipu                                    | -     | 76.533         | 74.316     |
| Outros fornecedores                                    | -     | 454.654        | 370.671    |

Nível 1: obtidas de preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos ou passivos idênticos

Nível 2: obtidas por meio de outras variáveis além dos preços cotados incluídos no Nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo

Nível 3: obtidas por meio de técnicas de avaliação que incluem variáveis para o ativo ou passivo, mas que não têm como base os dados observáveis de mercado

Os valores justos são apurados com base em cotação no mercado para instrumentos financeiros com mercado ativo. Para os instrumentos financeiros para os quais não existe cotação disponível no mercado, os valores justos são apurados pelo método do valor presente de fluxos de caixa esperados.

### 25.1.1 Ativos financeiros não derivativos

Caixa e equivalentes de caixa, clientes e contas a receber de entidades governamentais têm valores justos equivalentes aos seus respectivos valores contábeis, devido a sua natureza e prazos de realização.

Repasse CRC ao Governo do Estado tem valor justo de R\$ 1.434.565 em 31.12.2011. Foi utilizada como premissa a comparação com um título do Tesouro Nacional de longo prazo e pós-fixado (NTN-B), o qual é remunerado aproximadamente em 5,5% a.a. mais IPCA.

Os Títulos e valores mobiliários tem valor justo de R\$ 34.393 em 31.12.2011. O valor justo foi calculado de acordo com as informações disponibilizadas pelos agentes financeiros para cada respectivo título e pelos valores de mercado dos títulos emitidos pelo governo brasileiro.

As Cauções e depósitos vinculados têm valor justo de R\$ 32.081 em 31.12.2011. O valor justo foi calculado considerando como premissa básica o custo da última captação realizada pela Companhia, de 109,41% da variação do CDI.

### 25.1.2 Passivos financeiros não derivativos

Passivos com Eletrobrás - Itaipu, Petrobras e outros fornecedores têm valores justos equivalentes a seus respectivos valores contábeis, em razão de sua natureza e prazos de liquidação.

Empréstimos e financiamentos tem valor justo de R\$ 728.425 em 31.12.2011. O valor justo foi calculado considerando como premissa básica o custo da última captação realizada pela Companhia, de 109,41% da variação do CDI.

### 25.1.3 Nível de classificação nº 3 para apuração do valor justo

Incluem nessa classificação as Contas a receber vinculadas à concessão.

A composição detalhada do Contas a receber vinculadas à concessão está na NE nº 7, conforme abaixo:

- Quadro demonstrativo reconciliando os saldos iniciais com os saldos finais, com a demonstração separada das adições, baixas, transferências, perdas, variação monetária e ajuste ao valor justo;
- Critérios para apuração e mensuração; e
- Premissas adotadas pela Administração da Companhia para atualização do valor indenizável.

## 25.2 **Categoria de instrumentos financeiros**

|  | <b>Valor contábil</b> |                   |
|--|-----------------------|-------------------|
|  | <b>31.12.2011</b>     | <b>31.12.2010</b> |
| <b>Ativos financeiros</b>                            |                       |                   |
| <b>Para negociação</b>                               |                       |                   |
| Equivalentes de caixa - aplicações no mercado aberto | 618.752               | 619.255           |
| <b>Empréstimos e recebíveis</b>                      |                       |                   |
| Caixa e equivalentes de caixa                        | 29.031                | 49.824            |
| Consumidores, concessionárias e permissionárias      | 1.020.554             | 822.803           |
| Contas a receber de entidades governamentais         | 116.137               | 152.389           |
| Repasse CRC ao Governo do Estado do Paraná           | 1.346.460             | 1.341.193         |
| Cauções e depósitos vinculados                       | 37.558                | 26.481            |
| <b>Disponível para venda</b>                         |                       |                   |
| Contas a receber vinculadas à concessão              | 2.225.203             | 1.637.888         |
| Títulos e valores mobiliários                        | 34.393                | 30.094            |
| <b>Mantidos até o vencimento</b>                     |                       |                   |
| Títulos e valores mobiliários                        | -                     | 719               |
| <b>Passivos financeiros</b>                          |                       |                   |
| <b>Outros passivos financeiros</b>                   |                       |                   |
| Empréstimos e financiamentos                         | 726.226               | 543.661           |
| Eletrobrás - Itaipu                                  | 76.533                | 74.316            |
| Outros fornecedores                                  | 454.654               | 370.671           |

## 25.3 Fatores de Risco

### 25.3.1 Risco de crédito

Risco de crédito é o risco de a Companhia incorrer em perdas decorrentes de um cliente ou de uma contra-parte em um instrumento financeiro, decorrentes da falha destes em cumprir com suas obrigações contratuais. O risco é basicamente proveniente das contas a receber de clientes e de instrumentos financeiros conforme apresentado a seguir.

|   | Valor contábil   |                  |
|---|------------------|------------------|
|   | 31.12.2011       | 31.12.2010       |
| <b>Ativos Financeiros</b>   |                  |                  |
| Caixa e equivalentes de caixa (a)                                     | 647.783          | 669.079          |
| Aplicações financeiras - títulos e valores mobiliários (a)            | 34.393           | 30.813           |
| Aplicações financeiras restritas - cauções e depósitos vinculados (a) | 37.558           | 26.481           |
| Clientes (b)  | 1.136.691        | 975.192          |
| Repasse CRC ao Governo do Estado do Paraná (c)                        | 1.346.460        | 1.341.193        |
| Contas a receber vinculadas à concessão (d)                           | 2.225.203        | 1.637.888        |
| <b>Total</b>  | <b>5.428.088</b> | <b>4.680.646</b> |

#### a) Caixa, equivalentes de caixa e aplicações financeiras

A Companhia administra o risco de crédito sobre seus ativos contabilizados como Caixa, equivalentes de caixa e aplicações financeiras, considerando a política da Companhia em aplicar praticamente todos os recursos em instituições bancárias federais. Excepcionalmente, por força legal e/ou regulatória, a Companhia aplica recursos em bancos privados considerados de primeira linha.

#### b) Clientes

Risco decorrente da possibilidade de a Companhia incorrer em perdas resultantes da dificuldade de recebimento de valores faturados a seus clientes, consumidores, concessionárias e permissionárias. Este risco está intimamente relacionado a fatores internos e externos à Companhia. Para reduzir esse tipo de risco a Companhia atua na gerência das contas a receber, detectando as classes de consumidores com maior possibilidade de inadimplência, suspendendo o fornecimento de energia e implementando políticas específicas de cobrança, atreladas a garantias reais ou fidejussórias, sempre que possível.

Os créditos de liquidação duvidosa estão adequadamente cobertos por provisão para fazer face a eventuais perdas na sua realização.

#### c) Repasse CRC ao Governo Estado do Paraná

A Administração da Companhia considera o risco de crédito sobre a CRC reduzido, visto que as amortizações são garantidas com recursos oriundos de dividendos, sendo que o Governo do Estado vem cumprindo o pagamento das parcelas renegociadas conforme estabelecido no quarto termo aditivo.

**d) Contas a receber vinculadas à concessão**

Referem-se a indenizações previstas nos contratos de concessão de serviços públicos de distribuição, observado o entendimento da Companhia de que o contrato firmado asseguram o direito incondicional de receber caixa ao final da concessão a ser pago pelo Poder Concedente (Aneel) referentes aos investimentos efetuados em infraestrutura e que não foram recuperados por meio de tarifa até o vencimento da concessão.

**25.3.2 Risco de moeda estrangeira - dólar norte-americano**

Esse risco decorre da possibilidade da perda por conta de flutuações nas taxas de câmbio que reduzam saldos ativos ou aumentem saldos passivos em moeda estrangeira.

A dívida em moeda estrangeira da Companhia não é significativa e não existe exposição a operações com derivativos de câmbio. A Companhia mantém monitoramento das taxas cambiais.

O efeito da variação cambial decorrente do contrato de compra de energia da Eletrobrás (Itaipu) é repassado no próximo reajuste tarifário da Copel Distribuição.

A exposição ao risco de moeda estrangeira (dólar norte-americano) está demonstrada a seguir:

|  | <b>Ativo</b>  | <b>Passivo</b>   | <b>Exposição líquida</b> |
|--|---------------|------------------|--------------------------|
|  |               |                  | <b>31.12.2011</b>        |
| Cauções e depósitos vinculados (STN)         | 37.553        | -                | 37.553                   |
| Empréstimos e financiamentos<br>Fornecedores | -             | (58.445)         | (58.445)                 |
| Eletrobrás (Itaipu)                          | -             | (76.533)         | (76.533)                 |
|  | <b>37.553</b> | <b>(134.978)</b> | <b>(97.425)</b>          |

**Análise de sensibilidade**

A Companhia desenvolveu análise de sensibilidade com objetivo de mensurar o impacto da depreciação cambial do dólar norte-americano sobre seus empréstimos e financiamentos expostos a tais riscos.

Para o cenário base, foram considerados os saldos existentes nas respectivas contas em 31.12.2011 e para o cenário provável considerou-se os saldos com a variação da taxa de câmbio - fim de período (R\$/US\$ 1,75) prevista na mediana das expectativas de mercado para 2012 do Relatório Focus, do Bacen, de 30.12.2011. Para os cenários adverso e remoto, foi considerada uma deterioração de 25% e 50%, respectivamente, no fator de risco principal do instrumento financeiro em relação ao nível utilizado no cenário provável.

| Risco de moeda estrangeira          | Risco         | Base<br>31.12.2011 | Cenários projetados - dez.2012 |                  |                  |
|-------------------------------------|---------------|--------------------|--------------------------------|------------------|------------------|
|                                     |               |                    | Provável                       | Adverso          | Remoto           |
| <b>Ativos financeiros</b>           |               |                    |                                |                  |                  |
| Cauções e depósitos vinculados      | Alta do dólar | 37.553             | 35.035                         | 43.793           | 52.552           |
|                                     |               | <b>37.553</b>      | <b>35.035</b>                  | <b>43.793</b>    | <b>52.552</b>    |
| <b>Passivos financeiros</b>         |               |                    |                                |                  |                  |
| Empréstimos e financiamentos        |               |                    |                                |                  |                  |
| STN                                 | Alta do dólar | 58.427             | 54.509                         | 68.136           | 81.763           |
| Eletrobrás                          | Alta do dólar | 18                 | 17                             | 21               | 25               |
|                                     |               | <b>58.445</b>      | <b>54.526</b>                  | <b>68.157</b>    | <b>81.788</b>    |
| Fornecedores                        |               |                    |                                |                  |                  |
| Eletrobrás (Itaipu)                 | Alta do dólar | 76.533             | 71.400                         | 89.250           | 107.101          |
|                                     |               | <b>76.533</b>      | <b>71.400</b>                  | <b>89.250</b>    | <b>107.101</b>   |
| <b>Exposição líquida</b>            |               | <b>(97.425)</b>    | <b>(90.891)</b>                | <b>(113.614)</b> | <b>(136.337)</b> |
| <b>Efeito esperado no resultado</b> |               |                    | <b>6.534</b>                   | <b>(16.189)</b>  | <b>(38.912)</b>  |

Além da análise de sensibilidade exigida pela Instrução CVM nº475/08, a Companhia avalia seus instrumentos financeiros considerando os possíveis efeitos no resultado e patrimônio líquido frente aos riscos avaliados pela Administração da Companhia na data das demonstrações financeiras, conforme sugerido pelo CPC 40. Baseado na posição patrimonial e no valor nominal dos instrumentos financeiros em aberto em 31.12.2011, estima-se que esses efeitos seriam próximos aos valores mencionados na coluna de cenário projetado provável da tabela acima, uma vez que as premissas utilizadas pela Companhia são próximas às descritas anteriormente.

### 25.3.3 Risco de taxa de juros e variações monetárias

Risco de a Companhia incorrer em perdas, por conta de flutuações nas taxas de juros ou outros indexadores, que diminuam as receitas ou aumentem as despesas financeiras relativas aos ativos e passivos captados no mercado.

A Companhia não celebrou contratos de derivativos para cobrir este risco mas vem monitorando continuamente as taxas de juros e indexadores de mercado, a fim de observar eventual necessidade de contratação.

A exposição ao risco de taxa de juros e variações monetárias está demonstrada a seguir:

|  | Ativo            | Passivo          | Exposição líquida |
|--|------------------|------------------|-------------------|
|  |                  |                  | <b>31.12.2011</b> |
| Aplicações financeiras - Equivalentes de caixa                   | 618.752          | -                | 618.752           |
| Aplicações financeiras - Cauções e Títulos e valores mobiliários | 34.398           | -                | 34.398            |
| Repasse CRC - Governo do Estado do Paraná                        | 1.346.460        | -                | 1.346.460         |
| Contas a receber vinculadas à concessão                          | 2.225.203        | -                | 2.225.203         |
| Empréstimos e financiamentos                                     | -                | (667.781)        | (667.781)         |
|  | <b>4.224.813</b> | <b>(667.781)</b> | <b>3.557.032</b>  |

### Análise de sensibilidade

A Companhia desenvolveu análise de sensibilidade com objetivo de mensurar o impacto de taxas de juros pós-fixadas e de variações monetárias sobre seus ativos e passivos financeiros expostos a tais riscos.

Para o cenário base, foram considerados os saldos existentes nas respectivas contas em 31.12.2011 e, para o cenário provável, considerou-se os saldos com a variação dos indicadores (CDI/Selic - 9,90%, IGP-DI - 4,99%, IGP-M - 5,08% e TJLP - 6,00%) previstos na mediana das expectativas de mercado para 2012 do Relatório Focus, do Bacen, de 30.12.2011. Para os cenários adverso e remoto, foi considerada uma deterioração de 25% e 50%, respectivamente, no fator de risco principal do instrumento financeiro em relação ao nível utilizado no Cenário Provável.

| Risco de taxa de juros e variações monetárias                    | Risco                    | Base             | Cenários projetados - dez.2012 |                  |                  |
|--|--------------------------|------------------|--------------------------------|------------------|------------------|
|  |                          | 31.12.2011       | Provável                       | Adverso          | Remoto           |
| <b>Ativos financeiros</b>  |                          |                  |                                |                  |                  |
| Aplicações financeiras - Equivalentes de Caixa                   | Baixa CDI/SELIC          | 618.752          | 680.008                        | 664.725          | 649.380          |
| Aplicações financeiras - Cauções e Títulos e valores mobiliários | Baixa CDI/SELIC          | 34.398           | 37.802                         | 36.953           | 36.100           |
| Repasse CRC - Governo do Estado do Paraná                        | Baixa IGP-DI             | 1.346.460        | 1.413.648                      | 1.396.851        | 1.380.054        |
| Contas a receber vinculadas à concessão                          | Baixa IGP-M              | 2.225.203        | 2.338.243                      | 2.309.983        | 2.281.723        |
|  |                          | <b>4.224.813</b> | <b>4.469.701</b>               | <b>4.408.512</b> | <b>4.347.257</b> |
| <b>Passivos financeiros</b>                                      |                          |                  |                                |                  |                  |
| Empréstimos e financiamentos                                     |                          |                  |                                |                  |                  |
| Banco do Brasil  | Alta CDI                 | 552.707          | 605.214                        | 618.341          | 631.468          |
| Eletrobrás - RGR   | Sem risco <sup>(1)</sup> | 115.074          | 115.074                        | 115.074          | 115.074          |
|  |                          | <b>667.781</b>   | <b>720.288</b>                 | <b>733.415</b>   | <b>746.542</b>   |
| <b>Exposição líquida</b>   |                          | <b>3.557.032</b> | <b>3.749.413</b>               | <b>3.675.097</b> | <b>3.600.715</b> |
| <b>Efeito esperado no resultado</b>                              |                          |                  | <b>192.381</b>                 | <b>118.065</b>   | <b>43.683</b>    |

<sup>(1)</sup> Empréstimo indexado à Ufir

Além da análise de sensibilidade exigida pela Instrução CVM nº475/08, a Companhia avalia seus instrumentos financeiros considerando os possíveis efeitos no resultado e patrimônio líquido frente aos riscos avaliados pela Administração da Companhia na data das demonstrações financeiras, conforme sugerido pelo CPC 40. Baseado na posição patrimonial e no valor nominal dos instrumentos financeiros em aberto em 31.12.2011, estima-se que esses efeitos seriam próximos aos valores mencionados na coluna de cenário projetado provável da tabela acima, uma vez que as premissas utilizadas pela Companhia são próximas às descritas anteriormente.

#### 25.3.4 Risco de vencimento antecipado

Risco proveniente do descumprimento de cláusulas contratuais restritivas, presentes nos contratos de empréstimos e financiamentos da Companhia, as quais, em geral, requerem manutenção de índices econômico-financeiros em determinados níveis (*covenants* financeiros), os quais são calculados e analisados periodicamente visando à manutenção dos parâmetros estipulados nos contratos.

Em 31.12.2011 todas as condições foram analisadas e indicam pleno atendimento dos parâmetros previstos nos contratos.

#### 25.3.5 Riscos ambientais

As atividades do setor de energia podem causar significativos impactos negativos e danos ao meio ambiente. A legislação impõe àquele que direta ou indiretamente causar degradação ambiental o dever de reparar ou indenizar os danos causados ao meio ambiente e a terceiros afetados, independentemente da existência de culpa. Os custos de recuperação do meio ambiente e indenizações ambientais podem obrigar a Copel Distribuição a retardar ou redirecionar investimentos em outras áreas, mas a Companhia procura assegurar o equilíbrio entre a conservação ambiental e o desenvolvimento de suas atividades, estabelecendo diretrizes e práticas a serem observadas nas operações, a fim de reduzir o impacto ao meio ambiente, mantendo o foco no desenvolvimento sustentável de seu negócio.

#### 25.3.6 Risco quanto à escassez de energia

Risco decorrente de possível período de escassez de chuvas, dado que a matriz energética brasileira está baseada em fontes hidrelétricas de geração, que dependem do volume de água em seus reservatórios.

Um período prolongado de escassez de chuvas pode reduzir o volume de água em estoque nestes reservatórios, podendo impactar em perdas devido à redução de receitas quando da eventual adoção de racionamento energético.

Segundo o Plano Anual da Operação Energética - PEN 2011, divulgado anualmente no site [www.ons.org.br](http://www.ons.org.br), as condições de atendimento à carga são bastante satisfatórias no horizonte 2011/2015, e considera ainda que existem sobras de energia assegurada no SIN nesse período, as avaliações de sensibilidade com relação ao crescimento do mercado, mantidos os cronogramas programados no PEN 2011, é capaz de suportar um crescimento médio anual da carga de até 8% a.a., cerca de 78 GWmed em 2015, contra os 5% a.a. do Cenário de Referência, cerca de 72 GWmed no mesmo ano, o que significa que, mesmo com uma antecipação de pouco mais de um ano no crescimento da carga, a partir de 2013, ainda seria possível manter as condições de atendimento ao mercado dentro do critério de garantia postulado pelo CNPE (riscos de déficit não superior a 5%).

#### 25.3.7 Risco de não renovação da concessão

A Companhia detém concessão para exploração dos serviços de distribuição de energia elétrica, de junho de 1999, com vencimento previsto para julho de 2015, com a possibilidade de prorrogação por mais 20 anos, a critério do Poder Concedente. Caso a prorrogação da concessão não seja deferida ou mesmo ocorra mediante a imposição de custos adicionais para a Companhia (concessão onerosa), os atuais níveis de rentabilidade e atividade podem ser alterados.



Quanto a eventual indenização ao final da concessão, existe a incerteza quanto à forma de mensuração do valor a ser pago quando da reversão dos bens ao Poder Concedente.

#### 25.4 Índice de endividamento

|  | 31.12.2011    | 31.12.2010       |
|--|---------------|------------------|
| Dívida - Empréstimos e financiamentos                  | 726.226       | 543.661          |
| Caixa e equivalentes de caixa e Aplicações financeiras | 681.523       | 700.093          |
| <b>Dívida líquida</b>                                  | <b>44.703</b> | <b>(156.432)</b> |
| Patrimônio líquido                                     | 3.665.835     | 3.316.811        |
| <b>Índice de endividamento líquido</b>                 | <b>1,22%</b>  | <b>-4,72%</b>    |

#### 25.5 Linhas de financiamentos

A Companhia não opera com linhas de financiamentos como: Conta garantida não assegurada; Letras de câmbio não asseguradas; Conta garantida assegurada; e Linhas de crédito bancário asseguradas.

#### 25.6 Tabela de liquidez e juros

As tabelas abaixo demonstram valores esperados de liquidação em cada faixa de tempo, as projeções foram efetuadas com base em indicadores financeiros vinculados aos respectivos instrumentos financeiros, previstos nas medianas das expectativas de mercado do Relatório Focus, do Bacen, que fornece a expectativa média de analistas de mercado para tais indicadores para o ano corrente e para o ano seguinte. A partir de 2014, repetem-se os indicadores de 2013 até o horizonte da projeção, exceto o dólar, que acompanha a inflação americana.

| Ativo                                   |                                |                |               |                 |                  |                  |                  |
|---|--------------------------------|----------------|---------------|-----------------|------------------|------------------|------------------|
|   | Juros <sup>(1)</sup>           | Menos de 1 mês | 1 a 3 meses   | 3 meses a 1 ano | 1 a 5 anos       | Mais de 5 anos   | Total            |
| <b>31.12.2011</b>                       |                                |                |               |                 |                  |                  |                  |
| Caixa e equivalentes de caixa           | -                              | 647.783        | -             | -               | -                | -                | 647.783          |
| Clientes                                | 0,75%                          | 33.536         | 9.400         | 28.577          | 40.847           | 417              | 112.777          |
| Repasse CRC-Governo do Estado do Paraná | 6,65% a.a. + IGP-DI            | 12.572         | 25.144        | 113.148         | 685.922          | 1.965.058        | 2.801.844        |
| Títulos e valores mobiliários           | 99,9% do CDI                   | -              | 5.543         | 14.452          | 18.929           | -                | 38.924           |
| Cauções e depósitos vinculados          | TR e Dólar <sup>(3)</sup>      | -              | -             | -               | -                | 100.387          | 100.387          |
| Contas a receber vinculadas à concessão | WACC+Tx retorno <sup>(2)</sup> | 18.412         | 36.824        | 142.067         | 3.127.447        | -                | 3.324.750        |
|   |                                | <b>712.303</b> | <b>76.911</b> | <b>298.244</b>  | <b>3.873.145</b> | <b>2.065.862</b> | <b>7.026.465</b> |
| <b>31.12.2010</b>                       |                                |                |               |                 |                  |                  |                  |
| Caixa e equivalentes de caixa           | -                              | 669.079        | -             | -               | -                | -                | 669.079          |
| Clientes                                | 0,76%                          | 21.266         | 9.486         | 28.414          | 59.980           | -                | 119.146          |
| Repasse CRC-Governo do Estado do Paraná | 6,65% a.a. + IGP-DI            | 11.973         | 23.947        | 107.759         | 840.030          | 1.981.717        | 2.965.426        |
| Títulos e valores mobiliários           | 99,9% do CDI                   | -              | 3.026         | 6.554           | 26.261           | -                | 35.841           |
| Cauções e depósitos vinculados          | TR e Dólar <sup>(3)</sup>      | -              | -             | -               | -                | 98.724           | 98.724           |
| Contas a receber vinculadas à concessão | WACC+Tx retorno <sup>(2)</sup> | 14.307         | 28.615        | 128.767         | 2.681.832        | -                | 2.853.521        |
|   |                                | <b>716.625</b> | <b>65.074</b> | <b>271.494</b>  | <b>3.608.103</b> | <b>2.080.441</b> | <b>6.741.737</b> |

<sup>(1)</sup> Taxa de juros efetiva - média ponderada

<sup>(2)</sup> WACC regulatório + Taxa de retorno do empreendimento

<sup>(3)</sup> Moeda nacional: TR; Moeda estrangeira: vide NE nº 14

**Passivo**

|                              | Juros <sup>(1)</sup> | Menos de<br>1 mês | 1 a 3 meses      | 3 meses a<br>1 ano | 1 a 5 anos        | Mais de 5<br>anos | Total             |
|------------------------------|----------------------|-------------------|------------------|--------------------|-------------------|-------------------|-------------------|
| <b>31.12.2011</b>            |                      |                   |                  |                    |                   |                   |                   |
| Empréstimos e financiamentos | NE nº 14             | 1.682             | 4.091            | 25.414             | 842.454           | 180.633           | 1.054.274         |
| Eletrobrás - Itaipu          | Dólar                | -                 | 164.062          | 350.491            | 2.426.301         | 6.338.176         | 9.279.030         |
| Outros fornecedores          | -                    | 397.662           | 103.347          | 1.340              | 29.691            | -                 | 532.040           |
| Obrigações de compra         | IGP-M e IPCA         | -                 | 932.997          | 2.418.046          | 10.594.061        | 50.070.240        | 64.015.344        |
|                              |                      | <b>399.344</b>    | <b>1.204.497</b> | <b>2.795.291</b>   | <b>13.892.507</b> | <b>56.589.049</b> | <b>74.880.688</b> |
| <b>31.12.2010</b>            |                      |                   |                  |                    |                   |                   |                   |
| Empréstimos e financiamentos | NE nº 14             | 1.666             | 3.398            | 22.310             | 656.530           | 163.260           | 847.164           |
| Eletrobrás - Itaipu          | Dólar                | -                 | 77.507           | 353.466            | 3.284.329         | 7.125.809         | 10.841.111        |
| Outros fornecedores          | -                    | 291.211           | 124.117          | 2.451              | 28.395            | -                 | 446.174           |
| Obrigações de compra         | IGP-M e IPCA         | -                 | 414.149          | 2.042.764          | 13.479.585        | 43.263.760        | 59.200.258        |
|                              |                      | <b>292.877</b>    | <b>619.171</b>   | <b>2.420.991</b>   | <b>17.448.839</b> | <b>50.552.829</b> | <b>71.334.707</b> |

<sup>(1)</sup> Taxa de juros efetiva - média ponderada

## 26 Transações com Partes Relacionadas

| Parte Relacionada / Natureza da operação                           | Ativo      |            | Passivo    |            | Resultado  |            |
|--|------------|------------|------------|------------|------------|------------|
|  | 31.12.2011 | 31.12.2010 | 31.12.2011 | 31.12.2010 | 31.12.2011 | 31.12.2010 |
| <b>Acionistas controladores</b>                                    |            |            |            |            |            |            |
| <b>Estado do Paraná</b>  |            |            |            |            |            |            |
| Parcelamento faturas de energia (1)                                | -          | 39.838     | -          | -          | -          | 1.292      |
| Programa luz fraterna (2)  | 38.763     | 11.528     | -          | -          | -          | -          |
| Remuneração e encargos sociais - empregados cedidos (3)            | 644        | 909        | -          | -          | -          | -          |
| CRC (NE nº 6)  | 1.346.460  | 1.341.193  | -          | -          | 148.950    | 215.714    |
| ICMS (NE nº 9.3)   | 100.612    | 94.392     | 186.284    | 166.551    | -          | -          |
| <b>Companhia Paranaense de Energia - Copel</b>                     |            |            |            |            |            |            |
| Juros sobre capital próprio  | -          | -          | 452.593    | 299.865    | -          | -          |
| Dividendos   | -          | -          | 56.103     | 56.103     | -          | -          |
| Financiamentos repassados - STN (NE 14.1)                          | -          | -          | 58.427     | 56.675     | -          | -          |
| Contrato de mútuo (4)  | -          | -          | 781.031    | 715.539    | (74.460)   | (56.918)   |
| <b>Entidades sob controle comum</b>                                |            |            |            |            |            |            |
| <b>Copel Geração e Transmissão S.A. (5)</b>                        |            |            |            |            |            |            |
| Prestação de serviços  | 299        | 276        | -          | -          | 5.197      | 4.419      |
| Sistema de distribuição  | 285        | 256        | -          | -          | 3.315      | 3.042      |
| Energia elétrica para revenda                                      | -          | -          | 15.386     | 9.064      | (91.849)   | (79.243)   |
| Rede básica e de conexão   | -          | -          | 9.475      | 7.137      | (75.368)   | (68.923)   |
| <b>Copel Telecomunicações S.A. (6)</b>                             |            |            |            |            |            |            |
| Prestação de serviços  | 20         | 20         | -          | -          | 244        | 231        |
| Aluguel de estruturas  | 96         | 100        | -          | -          | 1.161      | 1.200      |
| Serviços de telecomunicações                                       | -          | -          | 2.940      | 2.702      | (33.518)   | (33.262)   |
| <b>Elejor - Centrais Elétricas do Rio Jordão S.A. (7)</b>          |            |            |            |            |            |            |
| Sistema de distribuição  | 1.055      | 1.107      | -          | -          | 9.740      | 8.591      |
| Prestação de serviços  | -          | 30         | -          | -          | 59         | 355        |
| Energia elétrica para revenda                                      | -          | -          | 17.038     | 15.405     | (194.282)  | (179.709)  |
| <b>Pessoal chave da administração</b>                              |            |            |            |            |            |            |
| Honorários e encargos sociais (NE nº 22.3)                         | -          | -          | -          | -          | (472)      | (500)      |
| <b>Outras partes relacionadas</b>                                  |            |            |            |            |            |            |
| <b>Fundação Copel</b>  |            |            |            |            |            |            |
| Aluguel de imóveis administrativos                                 | -          | -          | -          | -          | (5.110)    | (4.783)    |
| Planos previdenciários e assistenciais (NE nº 15)                  | -          | -          | 320.511    | 279.539    | -          | -          |
| <b>Instituto de Tecnologia para o Desenvolvimento - Lactec (8)</b> |            |            |            |            |            |            |
| Prestação de serviço e Pesquisa e desenvolvimento                  | 13.034     | 20.254     | -          | 373        | (2.333)    | (1.601)    |

Os valores decorrentes de atividades operacionais da Copel Distribuição com as partes relacionadas são faturados de acordo com as tarifas homologadas pela Aneel.



**COPEL**

**Copel Distribuição S.A.**



- 1) Acordo de renegociação de faturas de fornecimento de energia elétrica e do Programa Luz Fraterna, com a Copel Distribuição, no valor original de R\$ 84.883, assinado em 20.04.2007, para pagamento em 45 parcelas mensais, atualizadas por taxa Selic pós-fixada, gerando as receitas financeiras demonstradas no quadro. O parcelamento foi quitado em 2011.
- 2) O Programa Luz Fraterna, instituído pela Lei Estadual nº 491, de 11.09.2003, permite ao Governo do Estado do Paraná quitar as contas de energia elétrica de famílias paranaenses de baixa renda (devidamente cadastradas) quando o consumo não ultrapassar o limite de 100 KWh no mês. O benefício é válido para ligações elétricas residenciais de padrão monofásico, ligações rurais monofásicas e rurais bifásicas com disjuntor de até 50 ampères. Também é preciso que o titular não tenha outra conta de luz no seu nome e não tenha débitos em atraso com a Companhia.
- 3) Ressarcimento do valor correspondente à remuneração e encargos sociais de empregados cedidos ao Governo do Estado do Paraná. Para os saldos de 31.12.2011 foi constituída PCLD no valor de R\$ 527 (R\$ 610 em 31.12.2010).
- 4) Em 27.02.2007, foi aprovado pela Aneel o contrato de mútuo firmado entre a Companhia (mutuante) e Copel Distribuição (mutuária), no valor de R\$ 1.100.000. O prazo definido foi de 5 anos, com juros de 104% da taxa DI, e a destinação dos recursos foi o programa de investimento da concessão e o pagamento das debêntures repassadas à Copel Distribuição, vencidas em 1º.03.2007.
- 5) A Companhia mantém com a Copel Geração e Transmissão Contratos de Compra e Venda de Energia no Ambiente Regulado - CCARs, Contratos de Prestação de Serviços de Transmissão - CPST e Contratos de Conexão ao Sistema de Transmissão - CCT.
- 6) A Companhia mantém com a Copel Telecomunicações contratos de compartilhamento de postes, com vencimento em 27.12.2016, e Contrato de Prestação de Serviços de Telecomunicação, com vencimento em 30.11.2012.
- 7) A companhia mantém com a Elejor contrato de compra e venda de energia e contratos de uso de sistema de distribuição, com vencimento em 07.07.2015.
- 8) O Instituto de Tecnologia para o Desenvolvimento - Lactec foi constituído em 06.02.1997, sob a forma de associação sem fins lucrativos, e tem por objetivo a promoção do desenvolvimento econômico, científico, tecnológico, social e sustentável da preservação e conservação do meio ambiente. Foi qualificado, em 2000, pelo Ministério da Justiça, com base na Lei nº 9.790, como Organização da Sociedade Civil de Interesse Público - Oscip, que permite, dentre outros desenvolvimentos, o de parceria com o setor público por meio de dispensa do processo licitatório. Os associados são: Copel, Universidade Federal do Paraná - UFPR, Instituto de Engenharia do Paraná - IEP, Federação das Indústrias do Estado do Paraná - Fiep e Associação Comercial do Paraná - ACP.

O Lactec mantém contratos de prestação de serviços e de pesquisa e desenvolvimento com a Copel Distribuição, submetidos a controle prévio ou a *posteriori*, com anuência da Aneel.

Os saldos do ativo referem-se a Programas de Eficiência Energética e Pesquisa e Desenvolvimento, contabilizados no circulante, na conta Serviços em curso, na qual devem permanecer até a conclusão do projeto, conforme determinação da Aneel.

## 27 Seguros (não auditado)

A especificação por modalidade de risco e data de vigência dos principais seguros está demonstrada a seguir.

| <b>Apólice</b>   | <b>Término da vigência</b> | <b>Importância segurada</b> |
|--|----------------------------|-----------------------------|
| Riscos nomeados (27.1)   | 24.08.2012                 | 632.963                     |
| Incêndio - imóveis próprios e locados (27.2)                           | 24.08.2012                 | 339.675                     |
| Responsabilidade civil (27.3)  | 24.08.2012                 | 12.000                      |
| Engenharia (27.4)  | 24.08.2012                 | apólice por averbação       |
| Transporte nacional e internacional - exportação e importação (27.5)   | 24.08.2012                 | apólice por averbação       |
| Riscos diversos (27.6)   | 24.08.2012                 | apólice por averbação       |
| Responsabilidade Civil para diretores e administradores - D&O (27.7) * | 30.06.2012                 | 46.895                      |

\* Os valores das importâncias seguradas de Responsabilidade civil para diretores e administradores foram convertidos de dólar para real com a taxa do dia 30.12.2011, R\$ 1,8758.

### 27.1 Riscos nomeados

Apólice contratada destaca as subestações e usinas, nomeando os principais equipamentos, com respectivos valores segurados. Possui cobertura securitária básica de incêndio, queda de raios, explosão de qualquer natureza e cobertura adicional contra possíveis danos elétricos, riscos diversos, riscos para equipamentos eletrônicos e informática.

### 27.2 Incêndio

Imóveis próprios e locados - cobertura para os imóveis e parte dos seus conteúdos. Garante o pagamento de indenização ao segurado ou proprietário do imóvel, pelos prejuízos em consequência dos riscos básicos de incêndio, queda de raio e explosão de qualquer natureza, mais a cobertura adicional de vendaval.

### 27.3 Responsabilidade civil

Cobertura às reparações por danos involuntários, corporais e/ou materiais e/ou morais causados a terceiros, em consequência das operações comerciais e/ou industriais da Companhia. Possui também cobertura adicional para prestação de serviços em locais de terceiros e responsabilidade civil de empregador.



COPEL

Copel Distribuição S.A.



#### **27.4 Riscos de engenharia**

Cobertura dos riscos de instalação, montagem, desmontagem e testes em equipamentos novos, principalmente em subestações e usinas. Contratada apólice na modalidade por averbação, conforme a ocorrência e necessidade para cobertura dos riscos na execução de serviços de engenharia.

#### **27.5 Seguro de transporte**

Garante cobertura contra as perdas e danos causados às mercadorias durante o transporte, por qualquer meio adequado, em operações no mercado interno ou externo, nas modalidades de transporte nacional e internacional de importação e exportação. Contratada apólice na modalidade por averbação, sendo basicamente utilizada para o seguro de transporte de equipamentos elétricos, eletrônicos e de telecomunicações.

#### **27.6 Riscos diversos**

Garante cobertura para as perdas e danos materiais, causados aos bens descritos na apólice, por quaisquer acidentes decorrentes de causa externa, incluindo os riscos de transladação.

Nesta modalidade de seguro são incluídos os equipamentos elétricos móveis e/ou estacionários, bem como os equipamentos de informática e eletrônicos, quando em operação nas unidades das empresas ou quando arrendados ou cedidos a terceiros.

#### **27.7 Responsabilidade civil para Diretores e Administradores - D&O**

Seguro de responsabilidade civil de sociedades comerciais para conselheiros, diretores e administradores D&O - *Directors & Officers*, com abrangência em todo território nacional e no exterior, contratado pela Companhia.

A finalidade do seguro é a cobertura de pagamento dos prejuízos financeiros, honorários advocatícios e despesas processuais decorrentes de reclamação feita contra os segurados em virtude de atos danosos pelos quais sejam responsabilizados dentro de seus atos regulares de gestão.

Estão cobertos pelo seguro conselheiros, diretores, administradores da Companhia e pessoas indicadas pela Companhia para ocupar cargos equivalentes.

### **28 Conta de Compensação da “Parcela A”**

Em função da adoção das normas internacionais de contabilidade, a Companhia deixou de contabilizar ativos e passivos regulatórios e reverteu os saldos existentes.

Estes ativos e passivos continuam sendo registrados na contabilidade regulatória, instituída pela Resolução Normativa nº 396 da Aneel.

Na Conta de Compensação de Variação de Valores de Itens da “Parcela A” - CVA são acompanhadas as variações ocorridas entre os valores homologados, por ocasião dos reajustes tarifários, e os valores efetivamente desembolsados ao longo do período tarifário, dos seguintes componentes de custo da “Parcela A”: Compra de Energia Elétrica (Bilaterais, Itaipu e Leilões), Custo com Transporte de Energia Elétrica (Transporte de Itaipu e Rede Básica) e Encargos Setoriais (Conta de Consumo de Combustíveis - CCC; Conta de Desenvolvimento Energético - CDE; Encargos de Serviços do Sistema - ESS e Programa de Incentivo a Fontes Alternativas de Energia - Proinfa).

A Aneel autorizou a Copel Distribuição, por meio da Resolução Homologatória nº 1.158, de 21.06.2011, a aplicar em suas tarifas de fornecimento, a partir de 24.06.2011, reajuste médio de 5,55%, sendo 5,77% relativos ao índice de reajuste tarifário e -0,22% relativos aos componentes financeiros pertinentes, dentre os quais, a CVA, representando o total de R\$ (120.071), sendo composta por 2 parcelas: a CVA em processamento, relativa ao ano tarifário 2010-2011, no valor de R\$ (119.409), e o saldo a compensar da CVA de períodos anteriores no valor de R\$ (662).

Caso os ativos e passivos regulatórios fossem contabilizados, a Companhia teria em suas Demonstrações Financeiras os seguintes saldos:

#### Composição dos saldos da CVA

|   |               | Ativo circulante |               | Ativo não circulante |  |
|---|---------------|------------------|---------------|----------------------|--|
|   | 31.12.2011    | 31.12.2010       | 31.12.2011    | 31.12.2010           |  |
| <b>CVA recuperável reajuste tarifário 2010</b>  |               |                  |               |                      |  |
| CCC   | -             | 31.758           | -             | -                    |  |
| Encargos uso sist. transmissão (rede básica)    | -             | 20.871           | -             | -                    |  |
| Energia elétrica comprada p/revenda (Itaipu)    | -             | 20.861           | -             | -                    |  |
| CDE   | -             | 5.220            | -             | -                    |  |
| Proinfa   | -             | 4.974            | -             | -                    |  |
| Energia elétrica comprada p/revenda (CVA Energ) | -             | 6.345            | -             | -                    |  |
| Transporte de energia comprada (Itaipu)         | -             | 1.156            | -             | -                    |  |
|   | -             | <b>91.185</b>    | -             | -                    |  |
| <b>CVA recuperável reajuste tarifário 2011</b>  |               |                  |               |                      |  |
| CCC   | 6.588         | 7.023            | -             | 7.023                |  |
| Encargos uso sist. transmissão (rede básica)    | -             | 981              | -             | 981                  |  |
| CDE   | 4.023         | 1.134            | -             | 1.134                |  |
| Proinfa   | -             | 188              | -             | 188                  |  |
| Transporte de energia comprada (Itaipu)         | 1.111         | 801              | -             | 801                  |  |
|   | <b>11.722</b> | <b>10.127</b>    | -             | <b>10.127</b>        |  |
| <b>CVA recuperável reajuste tarifário 2012</b>  |               |                  |               |                      |  |
| CCC   | 75            | -                | 75            | -                    |  |
| Encargos uso sist. transmissão (rede básica)    | 18.081        | -                | 18.081        | -                    |  |
| CDE   | 3.074         | -                | 3.074         | -                    |  |
| Energia elétrica comprada p/revenda (CVA Energ) | -             | -                | -             | -                    |  |
| Transporte de energia comprada (Itaipu)         | 1.106         | -                | 1.106         | -                    |  |
|   | <b>22.336</b> | -                | <b>22.336</b> | -                    |  |
|   | <b>34.058</b> | <b>101.312</b>   | <b>22.336</b> | <b>10.127</b>        |  |

|   | 31.12.2011     | Passivo circulante |               | Passivo não circulante |            |
|---|----------------|--------------------|---------------|------------------------|------------|
|   |                | 31.12.2010         | 31.12.2011    | 31.12.2010             | 31.12.2011 |
| <b>CVA compensável reajuste tarifário 2010</b>  |                |                    |               |                        |            |
| ESS   | -              | 40.434             | -             | -                      | -          |
| Energia elétrica comprada p/revenda (CVA Energ) | -              | 20.439             | -             | -                      | -          |
|   | -              | <b>60.873</b>      | -             | -                      | -          |
| <b>CVA compensável reajuste tarifário 2011</b>  |                |                    |               |                        |            |
| Encargos uso sist. transmissão (rede básica)    | 4.235          | -                  | -             | -                      | -          |
| Energia elétrica comprada p/revenda (Itaipu)    | 10.414         | 6.040              | -             | 6.040                  | -          |
| ESS   | 12.896         | 3.600              | -             | 3.600                  | -          |
| Proinfa   | 649            | -                  | -             | -                      | -          |
| Energia elétrica comprada p/revenda (CVA Energ) | 23.828         | 26.158             | -             | 26.158                 | -          |
|   | <b>52.022</b>  | <b>35.798</b>      | -             | <b>35.798</b>          | -          |
| <b>CVA compensável reajuste tarifário 2012</b>  |                |                    |               |                        |            |
| Energia elétrica comprada p/revenda (Itaipu)    | 17.273         | -                  | 17.273        | -                      | -          |
| ESS   | 16.696         | -                  | 16.696        | -                      | -          |
| Proinfa   | 166            | -                  | 166           | -                      | -          |
| Energia elétrica comprada p/revenda (CVA Energ) | 27.350         | -                  | 27.350        | -                      | -          |
|   | <b>61.485</b>  | -                  | <b>61.485</b> | -                      | -          |
|   | <b>113.507</b> | <b>96.671</b>      | <b>61.485</b> | <b>35.798</b>          |            |

**Mutação da CVA**

|   | Saldo em<br>31.12.2010 | Diferimento    | Amortização      | Atualização   | Transferência   | Saldo em<br>31.12.2011 |
|---|------------------------|----------------|------------------|---------------|-----------------|------------------------|
| <b>Ativo</b>  |                        |                |                  |               |                 |                        |
| CCC   | 45.804                 | (1.262)        | (40.261)         | 2.457         | -               | 6.738                  |
| Encargos uso sistema de transmissão<br>(rede básica)  | 22.833                 | 33.524         | (21.833)         | 1.638         | -               | 36.162                 |
| Energia elétrica comprada para revenda<br>(Itaipu)    | 20.861                 | -              | (21.732)         | 871           | -               | -                      |
| CDE   | 7.488                  | 11.309         | (9.725)          | 1.099         | -               | 10.171                 |
| Proinfa   | 5.350                  | (376)          | (5.184)          | 210           | -               | -                      |
| Energia elétrica comprada para revenda<br>(CVA Energ) | 6.345                  | -              | (6.345)          | -             | -               | -                      |
| Transporte de energia comprada (Itaipu)               | 2.758                  | 2.685          | (2.388)          | 268           | -               | 3.323                  |
|   | <b>111.439</b>         | <b>45.880</b>  | <b>(107.468)</b> | <b>6.543</b>  | -               | <b>56.394</b>          |
| <b>Circulante</b>                                     | <b>101.312</b>         | <b>11.199</b>  | <b>(107.468)</b> | <b>5.575</b>  | <b>23.440</b>   | <b>34.058</b>          |
| <b>Não Circulante - NC</b>                            | <b>10.127</b>          | <b>34.681</b>  | <b>-</b>         | <b>968</b>    | <b>(23.440)</b> | <b>22.336</b>          |
| <b>Passivo</b>  |                        |                |                  |               |                 |                        |
| Encargos uso sistema de transmissão<br>(rede básica)  | -                      | 8.262          | (4.525)          | 498           | -               | 4.235                  |
| Energia elétrica comprada para revenda<br>(Itaipu)    | 12.080                 | 40.429         | (11.086)         | 3.537         | -               | 44.960                 |
| ESS   | 47.634                 | 49.861         | (56.139)         | 4.932         | -               | 46.288                 |
| Proinfa   | -                      | 1.559          | (695)            | 117           | -               | 981                    |
| Energia elétrica comprada para revenda<br>(CVA Energ) | 72.755                 | 55.452         | (58.717)         | 9.038         | -               | 78.528                 |
|   | <b>132.469</b>         | <b>155.563</b> | <b>(131.162)</b> | <b>18.122</b> | -               | <b>174.992</b>         |
| <b>Circulante</b>                                     | <b>96.671</b>          | <b>38.241</b>  | <b>(131.162)</b> | <b>13.814</b> | <b>95.943</b>   | <b>113.507</b>         |
| <b>Não Circulante - NC</b>                            | <b>35.798</b>          | <b>117.322</b> | <b>-</b>         | <b>4.308</b>  | <b>(95.943)</b> | <b>61.485</b>          |

## 29 Eventos Subsequentes

### 29.1 Mudanças nas taxas de depreciação - Resolução Normativa Aneel nº 474/2012

Em 07.02.2012, a Aneel aprovou a Resolução Normativa nº 474 que estabelece a alteração das taxas anuais de depreciação para os ativos em serviço outorgado no setor elétrico. De acordo com essa resolução, as alterações nas taxas têm vigência a partir de 1º.01.2012. A Administração da Companhia está avaliando os impactos destas alterações e seus efeitos passarão a ser registrados prospectivamente a partir de 1º.01.2012.

---

Em atendimento à Resolução Normativa 396 de 23.02.2010 da Aneel, informamos que as Demonstrações Financeiras Societárias estarão disponíveis no site da Copel a partir de 18.04.2012 e as Demonstrações Financeiras Regulatórias, a partir de 30.04.2012.





COPEL

Copel Distribuição S.A.



## RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Conselheiros e Diretores da

Copel Distribuição S.A.

Curitiba - Paraná

Examinamos as demonstrações financeiras da Copel Distribuição S.A. (“Companhia”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2011 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

### **Responsabilidade da Administração sobre as demonstrações financeiras**

A Administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, assim como pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

### **Responsabilidade dos auditores independentes**

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras da Companhia para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Companhia. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela Administração, bem como a avaliação da apresentação das



COPEL

Copel Distribuição S.A.



demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

### **Opinião**

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras referidas no primeiro parágrafo apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Copel Distribuição S.A. em 31 de dezembro de 2011, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

### **Outros assuntos**

#### ***Demonstrações do valor adicionado***

Examinamos, também, a demonstração do valor adicionado (DVA), referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2011, elaborada sob a responsabilidade da Administração da Companhia, cuja apresentação é requerida pela regulamentação da Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL. Essa demonstração foi submetida aos mesmos procedimentos de auditoria descritos anteriormente e, em nossa opinião, está adequadamente apresentada, em todos os seus aspectos relevantes, em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

#### ***Auditoria dos valores correspondentes ao exercício anterior***

As demonstrações financeiras referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2010, apresentadas para fins de comparação, foram anteriormente auditadas por outros auditores independentes que emitiram relatório datado de 03 de abril de 2012, que não conteve qualquer modificação.

Curitiba, 10 de abril de 2012.

KPMG Auditores Independentes

CRC 2SP014428/O-6-F-PR

José Luiz Ribeiro de Carvalho

Contador - CRC 1SP141128/O-2-S-PR

João Alberto Dias Panceri

Contador CRC 1PR048555/O-2



COPEL

Copel Distribuição S.A.



**PARECER DO CONSELHO FISCAL SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS DO  
EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011**

Os membros do Conselho Fiscal da Copel Distribuição S.A., abaixo assinados, dentro de suas atribuições e responsabilidades legais, procederam ao exame das Demonstrações Financeiras, do Relatório Anual da Administração e da Proposta da Administração para Destinação do Lucro Líquido referente ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2011 e, com base em análises efetuadas e esclarecimentos adicionais prestados pela Administração, considerando, ainda, o Relatório dos Auditores Independentes, KPMG Auditores Independentes, emitido sem ressalvas, concluíram que os documentos analisados, em todos os seus aspectos relevantes, estão adequadamente apresentados, motivo pelo qual opinam favoravelmente ao seu encaminhamento para deliberação da Assembleia Geral de Acionistas.

Curitiba, 10 de abril de 2012

JOAQUIM ANTONIO GUIMARÃES DE OLIVEIRA PORTES

Presidente

LUIZ EDUARDO DA VEIGA SEBASTIANI

JOSÉ TAVARES DA SILVA NETO